

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ENGENHARIA
CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

JOSÉ ROBERTO RAMBO

**PRODUZIR E VENDER? O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS DE AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS
DA REFORMA AGRÁRIA EM TANGARÁ DA SERRA-MT**

Ilha Solteira
2016

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

JOSÉ ROBERTO RAMBO

**PRODUZIR E VENDER? O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS DE AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS
DA REFORMA AGRÁRIA EM TANGARÁ DA SERRA-MT**

Tese apresentada à Faculdade de
Engenharia de Ilha Solteira – UNESP como
parte dos requisitos para obtenção do título
de Doutor em Agronomia.

Especialidade: Sistemas de Produção

Maria Aparecida Anselmo Tarsitano

Orientadora

Gilmar Laforga

Co-orientador

FICHA CATALOGRÁFICA

Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

- R167p Rambo, José Roberto.
Produzir e vender? o caso do programa de aquisição de alimentos de agricultores familiares assentados da reforma agrária em Tangará da Serra-MT / José Roberto Rambo. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2016
180 f. : il.
- Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Área de conhecimento: Sistemas de Produção, 2016
- Orientador: Maria Aparecida Anselmo Tarsitano
Co-orientador: Gilmar Laforga
Inclui bibliografia
1. PAA. 2. Comercialização. 3. Custo de produção. 4. Políticas públicas.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Ilha Solteira

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Produzir e vender? o caso do Programa de Aquisição de Alimentos de agricultores familiares assentados da reforma agrária em Tangará da Serra-MT

AUTOR: JOSÉ ROBERTO RAMBO

ORIENTADORA: MARIA APARECIDA A TARSITANO

CO-ORIENTADOR: GILMAR LAFORGA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em AGRONOMIA, especialidade: SISTEMAS DE PRODUÇÃO pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. GILMAR LAFORGA
Câmpus Universitário de Tangará da Serra / UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT ANA
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

Prof. Dr. ETIENNE GROOT
Agronomia / Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas de Dracena

Prof. Dr. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. RAIMUNDO NONATO CUNHA DE FRANÇA
Curso de Letras / Faculdade Ciências Sociais Aplicada e Linguagem

Ilha Solteira, 29 de julho de 2016

Dedico este trabalho aos que, da roça, pelo suor e labuta diária sustentam esta grande nação com a produção/criação de alimentos básicos, em especial à trabalhadora rural aposentada e minha mãe, Florentina Spies Rambo.

AGRADECIMENTOS

À universidade pública, gratuita e de qualidade, representadas aqui pelas: Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT pela autorização de afastamento para qualificação; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Doutorado), Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo (Mestrado), Faculdade de Agronomia; Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Curso de Graduação em Agronomia, Centro de Ciências Rurais, pelas oportunidades de aperfeiçoamento e formação profissional.

À professora Maria Aparecida Anselmo Tarsitano, pela disponibilidade de orientação; e exemplo de orientadora, professora, pesquisadora, profissional e ser humano com a qual tive a satisfação e a honra de conviver neste período de doutoramento.

Ao professor Gilmar Laforga, pela disponibilidade de co-orientação, colaboração nas coletas de dados (reflexos de projeto de pesquisa aprovado junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT), discussões sobre o tema e os resultados da pesquisa e pelo convívio profissional e pessoal.

Aos professores do PPG em Agronomia da UNESP/FEIS e PPG em Geografia da UNESP/FCT, pela contribuição na formação acadêmica e em especial ao professor Antonio Lázaro Sant’Ana pela amizade e confiança quando da supervisão no Estágio Docência e do convite para contribuir/integrar ao NEDET Noroeste Paulista e ao Guatambu.

Aos colegas professores da UNEMAT, em especial do Campus Universitário de Tangará da Serra-MT, pelas valorosas contribuições em discussões sobre o tema de pesquisa, conforto nas angústias de um doutorando e convivência profissional e pessoal.

Aos colegas de Pós-Graduação, com os quais tive a oportunidade de conviver durante todo este período de aperfeiçoamento; sintam-se todos lembrados em nome de Diego Gabriel Gini Torres, Murilo Didonet Moraes e William de Medeiros Silva; com vocês aprendi, discuti e me diverti muito (e haja chimarrão, churrasco, cerveja, futebol, tequila e trabalhos acadêmicos).

Aos funcionários da UNESP/FEIS, pela solicitude e disponibilidade em todos os momentos necessários durante o período deste aperfeiçoamento.

À minha mãe Florentina Spies Rambo (agricultora familiar) e meu pai Telmo Rambo (*in memoriam*) (agricultor familiar, político e comerciante), pelos ensinamentos, apoio, luta, compreensão e torcida em todos os momentos,

principalmente por me possibilitarem a oportunidade da conquista daquilo que consideram a maior herança que os pais dão aos filhos: o estudo.

Às minhas irmãs (Maria Bernadete, Maria Elizabete, Alice e Maria Doralice), meus irmãos (Fridolino, Antônio Frederico e Miguel) e demais familiares, pelo convívio familiar, fraterno, amigo e incentivador que sempre me ofereceram; que fique aqui uma lembrança especial ao familiar Ivo Kochhann (*in memoriam*) que nos deixou de forma repentina e precoce há poucos dias.

Aos professores Antonio Lázaro Sant'Ana, Etiénne Groot, Raimundo Nonato Cunha de França e Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol pelas importantes e significativas discussões/contribuições que trouxeram aos resultados da Tese.

Aos professores Omar Jorge Sabbag e Silvia Maria de Almeida Lima Costa, pelas valorosas contribuições no exame de qualificação e no decorrer dos estudos de doutoramento.

Aos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT sujeitos da pesquisa, à COOPERVIDA (nas pessoas de Adilson Afonso da Silva e Gérson Gonçalves), à SEAPA de Tangará da Serra-MT (Secretário Ander Clebison Silva dos Santos e Eng. Agr. Kelvin Shin-Iti Kabeya) e à CONAB/SR/MT (na pessoa do Jacir Lopes da Silveira); sem as valiosas colaborações de vocês, com certeza, este trabalho não teria desenvolver algum.

E, por fim, a todos os amigos e àqueles que contribuíram para que este momento se tornasse possível.

Meu Muito Obrigado a **tod@s!**

“ [...]. Não ri, seu moço, mais deste colono. Vai estudar numa faculdade. Tire um "dr.", chegue lá na roça. Repare lá quanta dificuldade. Faça algo por nossos colonos. Que Deus lhe pague por tanta bondade.” (Trecho da música **O Colono**, autoria de Vitor Mateus Teixeira – Teixeirainha)

RESUMO

Com a hipótese de que a aquisição de alimentos por meio da política pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem fortalecido o acesso aos mercados, a organização, a produção e a lucratividade dos agricultores familiares assentados da reforma agrária de Tangará da Serra-MT desenvolveu-se o presente estudo. Realizou-se a pesquisa de campo com a aplicação de formulário de perguntas a agricultores familiares assentados, feita em dois momentos e com objetivos distintos. O primeiro momento, entre junho e julho de 2015, com 14 agricultores familiares assentados, buscou retratar questões socioeconômicas, produtivas, de organização, participação e efeitos quali-quantitativos do PAA na vida e produção destes agricultores. No segundo momento, em novembro de 2015, com três agricultores familiares assentados, procurou-se estimar e analisar os custos de produção e a lucratividade das principais atividades comercializadas com o PAA pelos agricultores familiares assentados. Os resultados apontaram que o PAA promoveu comercialização de produtos agrícolas diversos, aumento da qualidade e quantidade de produtos, com destaque para a produção de banana, mandioca e abóbora, que na comercialização mostram resultados econômicos positivos tanto para o mercado tradicional quanto para o PAA, com desdobramentos positivos quanto à renda e às condições de vida das famílias. No entanto, observou-se que o associativismo tem por finalidade única a comercialização com o programa e que a falta de articulação entre as políticas públicas resulta em ausência de assistência técnica e extensão rural, além de se notarem preocupações quanto as interrupções de projetos do PAA. Ao final percebeu-se que os agricultores familiares assentados da reforma agrária de Tangará da Serra-MT conseguem produzir, tanto para atender à demanda da própria família quanto para comercialização, mas o vender desta produção ainda precisa de um suporte mais efetivo. Apesar de o PAA representar uma ferramenta importante no fortalecimento da agricultura familiar, ainda se mostra embrionário e incipiente na construção de acesso a novos mercados e na organização dos agricultores familiares assentados em Tangará da Serra-MT.

Palavras-chave: PAA. Comercialização. Custo de produção. Políticas públicas.

ABSTRACT

This research was conducted with the hypothesis that the acquisition of food through the public policy of the Food Purchase Programme (PAA) has strengthened access to markets, organization, production and profitability of settled family farmers in agricultural reform of municipality Tangará da Serra, Mato Grosso state, Brazil. The field research was performed based in application of forms, on two different occasions and objectives, to established family farmers. The first time, the form was carried out between June and July 2015 with 14 settled family farmers. It sought to expose socioeconomic, production and organization issues, as well participation and qualitative-quantitative effects of the PAA, in the production and life of these farmers. In the second phase, in November 2015, with three established farmers, the research aimed to estimate and analyze the costs and profitability of the main commercial activities under the PAA by settled established family farmers. The results showed that the PAA promoted the market diversity, and the increase the quality and quantity of products, especially in the production of bananas, cassava and pumpkin that show positive economic results in market, for both traditional market and the PAA, with positive developments related to income and living conditions of families. However, it is observed that the association has the sole purpose of commercializing with the program, and the lack of coordination between public policies results in absence of technical assistance and rural extension, in addition to concerns about interruptions of the PAA projects. At the end the study realized that family farmers settled in municipality Tangará da Serra can produce both to meet the family's own demand, and to commercialize, but in order to sell this production, they still need a more effective support. Despite the PAA being an important tool in strengthening family farming, it is still emerging in constructing access to new markets and in the organization of family farmers settled in municipality Tangará da Serra.

Keywords: PAA. Marketing. Production cost. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Recursos financeiros em R\$ do MDA/MDS aplicados anualmente na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2015	44
Figura 2. Recursos financeiros em R\$ do MDA/MDS aplicados anualmente (atualizados) na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2015.....	45
Figura 3. Localização geográfica do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Antônio Conselheiro em Tangará da Serra, estado de Mato Grosso, Brasil. 2016 ...	47
Figura 4. Placa de identificação do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT.....	117
Figura 5. Aplicação de formulário junto a agricultor familiar assentado de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014 - A.....	118
Figura 6. Aplicação de formulário a agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014 - B.....	118
Figura 7. Aplicação de formulário junto a agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014 - C	119
Figura 8. Documento de controle de entrega de produtos para o PAA por agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014.....	119
Figura 9. Produção de aves de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014	119
Figura 10. Produção de suínos de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014	120
Figura 11. Implantação de horta de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014	121
Figura 12. Produção de mandioca de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014	121
Figura 13. Produção de banana de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014	122

Figura 14. Caixa de transporte de banana de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014..... 122

Figura 15. Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará da Serra e da COOPERVIDA. 123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Recursos financeiros em R\$ do MDA/MDS aplicados anualmente na aquisição de produtos do PAA, por região e total, de 2003 a 2015.....	43
Tabela 2. Idade do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	55
Tabela 3. Nível de escolaridade do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	56
Tabela 4. Experiência com agricultura e/ou agropecuária em anos do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	58
Tabela 5. Tempo de residência em anos do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	58
Tabela 6. Número de pessoas residentes em cada lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	59
Tabela 7. Número de pessoas da família que trabalha no lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	60
Tabela 8. Fonte de água do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	63
Tabela 9. Área do lote em hectares do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	64
Tabela 10. Culturas agrícolas de 1ª, 2ª e 3ª importância econômica no lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	65

Tabela 11. Culturas agrícolas de 1ª, 2ª e 3ª importância de comercialização com o PAA no lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	66
Tabela 12. Produção animal de 1ª, 2ª e 3ª importância econômica no lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	68
Tabela 13. Percentual da produção total comercializada via PAA para o Projeto CPR-2014 do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	71
Tabela 14. Percentual da produção agrícola ou pecuária mais comercializada via PAA para o Projeto CPR-2014 do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	72
Tabela 15. Faixas de renda agrícola monetária total, em salários mínimos por mês para o ano agrícola 2014/2015 do lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	75
Tabela 16. Faixas de valor monetário de outra fonte de renda em salários mínimos por mês, do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT	75
Tabela 17. Faixas de renda provinda da comercialização com o PAA em salários mínimos do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) do Assentamento Antônio Conselheiro em 2015, Tangará da Serra-MT	77
Tabela 18. Estimativa de custo operacional total (COT) de produção de abóbora, para um hectare, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, safra 2015	99
Tabela 19. Estimativas de produção, preços e indicadores financeiros da produção de abóbora, para um hectare, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, em 2015.	100
Tabela 20. Estimativa de custo operacional total (COT) de produção de banana-maçã ou banana da terra, para um hectare, primeiro ano, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, safra 2014/15	103

Tabela 21. Estimativas de produção, preços e indicadores financeiros da produção de banana-maçã, para um hectare, primeiro ano, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, em 2014/15	106
Tabela 22. Estimativas de produção, preços e indicadores financeiros da produção de banana da terra, para um hectare, primeiro ano, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, em 2014/15	109
Tabela 23. Estimativa de custo operacional total (COT) de produção de mandioca, para um hectare, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, safra 2014/2015	113
Tabela 24. Estimativas de produção, preços e indicadores financeiros da produção de mandioca, para um hectare, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, em 2014/15	115

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BM	Banana-maçã
BT	Banana da terra
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Produtor
CDS	Compra com Doação Simultânea
CEP	Código de Endereço Postal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COE	Custo Operacional Efetivo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERVIDA	Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Tangará da Serra e Região
COT	Custo Operacional Total
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPR	Cédula de Produto Rural
CTP	Custo Total de Produção
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMPAER	Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FAPEMAT	Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso
FLV	Frutas, Legumes e Verduras
GGPAA	Grupo Gestor do PAA
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IL	Índice de Lucratividade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LO	Lucro Operacional
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MB	Margem Bruta
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MOC	Manual de Operações da CONAB
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
RB	Renda Bruta
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SEAPA	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Tangará da Serra
UF	Unidade da Federação
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	OBJETIVOS	20
2.1	OBJETIVOGERAL.....	20
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
3	REVISÃO DE LITERATURA	21
3.1	AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	21
3.1.1	Origens históricas	21
3.1.2	Caracterização e diferenciações regionais da agricultura familiar	24
3.1.3	Conceito em construção	30
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA ..	36
3.2.1	O Programa de Aquisição de Alimentos	38
4	MATERIAL E MÉTODOS	46
4.1	BREVE CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA.....	46
4.2	ANÁLISE DOS DADOS: PROCEDIMENTOS.....	48
4.3	COLETA DE DADOS.....	49
4.3.1	Retrato do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Tangará da Serra-MT	49
4.3.2	Análise financeira da produção de abóbora, banana e mandioca	50
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
5.1	RETRATO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT	53
5.1.1	Retrato do(a) entrevistado(a), da família, do trabalho e da infraestrutura básica dos agricultores familiares assentados beneficiários do PAA de Tangará da Serra-MT	53
5.1.2	Retrato da produção, da comercialização e da renda dos agricultores familiares assentados beneficiários do PAA de Tangará da Serra-MT	64
5.1.3	Retrato da participação, organização e apoio para comercialização com o PAA dos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT	79

5.1.4	Retrato de influências pós-participação no PAA na produção e na vida do agricultor familiar assentado de Tangará da Serra-MT	91
5.2	ANÁLISE FINANCEIRA DA PRODUÇÃO DE ABÓBORA, BANANA E MANDIOCA	95
5.2.1	Importância da horticultura para a agricultura familiar	96
5.2.2	Custos e lucratividade da cultura da abóbora.....	96
5.2.3	Custos e lucratividade da cultura da banana.....	101
5.2.4	Custos e lucratividade da cultura da mandioca.....	110
5.3	ILUSTRAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.....	117
6	CONSIDERAÇÕES GERAIS	124
7	CONCLUSÃO.....	126
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE A - Formulário de entrevista para retrato do Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra-MT.....	145
	APÊNDICE B - Formulário de entrevista para Análise Financeira da Produção de Abóbora, Banana e Mandioca	152
	ANEXO A - Relação de Beneficiários Fornecedores ao CPR DOAÇÃO 2010 em Tangará da Serra-MT	158
	ANEXO B - Relação de Beneficiários Fornecedores ao CPR DOAÇÃO 2011 em Tangará da Serra-MT	162
	ANEXO C - Relação de Beneficiários Fornecedores ao CPR DOAÇÃO 2014 em Tangará da Serra-MT	167
	ANEXO D - Convênio entre Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT e COOPERVIDA para apoio ao Programa de Aquisição de Alimentos ..	171

1 INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro atual, nos últimos 20 anos, está revelando importantes mudanças que convergem para novos papéis atribuídos à agricultura familiar no contexto nacional. O segmento, além da grande importância social, econômica e ambiental, é também estratégico na produção de matérias-primas e abastecimento alimentar da população (BECKER; ANJOS, 2010).

Em meados da década de 1990, emergiram políticas públicas no Brasil voltadas à construção de novas vias de desenvolvimento, atreladas ao rural brasileiro, estas, por sua vez, especificamente direcionadas à agricultura familiar (DIAS et al., 2013). Com o advento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, o Brasil passa a contar com uma política de crédito exclusiva para o segmento (BIANCHINI, 2015). Na sequência, a partir da continuidade das lutas dos movimentos sociais do campo e de uma mudança de orientação do executivo federal, o segmento agrícola familiar passou por significativas transformações no marco das políticas públicas (BECKER; ANJOS, 2010).

No contexto dessas transformações, podemos citar a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003a). Lemos e Lima (2014) comentam que o PAA abrange alguns agricultores, não sendo acessível para todos, como também não é desejável que se crie uma dependência com o programa; mas sim, pode o Programa ser uma importante ferramenta que possibilite o acesso aos mercados pelos agricultores familiares, e por consequência, condições de fortalecimento para a agricultura familiar. Isto porque, as políticas públicas, tais como o PAA, deveriam ser capazes de contribuir com a diminuição das dificuldades históricas do setor, no caso do PAA, a dificuldade da comercialização da produção agrícola familiar; e quando esta e outras dificuldades fossem superadas, ter-se-iam as condições para o desenvolvimento econômico e social do segmento (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Porém, de forma direta ou indireta, como os agricultores familiares estão visualizando as consequências do emergir destas políticas públicas em nível de Brasil, de Mato Grosso e de Tangará da Serra-MT? Mais especificamente, para o município de Tangará da Serra-MT, que efeitos os agricultores familiares assentados

da reforma agrária estão tendo a partir da comercialização via PAA? Em que medida, e como sendo de que natureza, esses efeitos são percebidos pelos agricultores familiares assentados do município? A nossa hipótese é a de que a aquisição de alimentos por meio da política pública do PAA fortalece o acesso aos mercados, a organização, a produção e a lucratividade dos agricultores familiares assentados da reforma agrária de Tangará da Serra-MT.

Para responder a essas questões e verificar nossa hipótese, elaborou-se a presente pesquisa, parte de um estudo mais amplo que abrange região de fronteira com a Bolívia, no sudoeste mato-grossense, e outra que abarca a floresta amazônica, no norte mato-grossense¹.

Além da parte introdutória, esta Tese articula-se em torno de seis capítulos: a exposição dos objetivos ocorre no capítulo 2 e a seguir se aborda a temática da agricultura familiar, conceituando e estendendo o “pano de fundo” do debate sobre as políticas públicas, em especial o Programa de Aquisição de Alimentos. A estratégia metodológica e a apresentação dos sujeitos da pesquisa são apresentadas no capítulo 4; na sequência, os resultados desta Tese são confrontados com a literatura, e as considerações gerais tecidas no capítulo 6. Por fim, no último capítulo, apresentam-se as conclusões do trabalho.

¹ Projeto de Pesquisa “Política pública na agricultura familiar matogrossense: uma análise do PAA em assentamentos nos municípios de Tangará da Serra, Juína e São José dos Quatro Marcos” - Processo nº 161302/2014 financiado pela FAPEMAT.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Avaliar os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos junto aos agricultores familiares assentados da reforma agrária no município de Tangará da Serra-MT.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Buscar conhecer de que forma o PAA tem sido estruturado e operacionalizado em Tangará da Serra-MT;
- Analisar as condições socioeconômicas, produtivas e de acesso aos mercados dos agricultores familiares assentados integrantes do PAA em nível municipal;
- Identificar como é a organização social e produtiva dos agricultores familiares assentados integrantes do PAA;
- Verificar as contribuições do PAA em aspectos quanti-qualitativos na vida dos agricultores familiares assentados e, também, os gargalos do programa em nível local;
- Estimar e analisar os custos de produção e a lucratividade das principais atividades comercializadas com o PAA pelos agricultores familiares assentados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Este capítulo trata da agricultura familiar no país, focando suas origens históricas, calcadas em nossas origens coloniais da sociedade e economia; sua caracterização e especificidades regionais; a construção do conceito de agricultura familiar. Aborda ainda a implementação e importância de políticas públicas para o setor.

3.1.1 Origens históricas

Ribeiro (2006) comenta que, quando do início da ocupação do Brasil pelos portugueses no século XVI, dos grupos indígenas presentes no país, o principal eram os Tupis, que na perspectiva da evolução cultural davam os primeiros passos da revolução agrícola, e o faziam por um caminho próprio. Vemos em Guimarães (1977) que os índios brasileiros da época do descobrimento, nas mais diversas regiões, praticavam, com efeito, uma agricultura rudimentar, nos períodos de sedentariedade, que se alternavam com os de nomadismo. Já os cultivos agrícolas dos Tupis brasileiros, em específico, eram realizados em grandes roçados na mata, os quais contribuíam na superação da carência alimentar a que estavam sujeitos povos pré-agrícolas, pois com a prática agrícola se assegurava fartura e diversidade alimentar durante todo o ano (RIBEIRO, 2006).

Guimarães (1977) informa, ainda, que a mão de obra indígena não-escrava também foi utilizada nas roças que se formavam em torno das feitorias, durante os primórdios da ocupação portuguesa. E Altafin (2007) destaca que foram os indígenas os primeiros fornecedores de alimentos para o colonizador português, nos anos iniciais da colonização do Brasil.

Num enfoque mais recente, observam Brumer et al. (1997) que a agricultura familiar brasileira foi marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade, em três grandes características: grandes propriedades; monoculturas de exportação e escravatura. Contribuiu Wanderley (2001), considerando que o modelo original do

campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais da própria história da agricultura brasileira do quadro colonial, que se perpetuou com a dominação econômica, social e política da grande propriedade, a escravidão e uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de ocupação ou posse; onde o camponês é um excluído do contexto social, pois não é de fora, e não é de dentro, e sim das margens da sociedade (MARTINS, 1983).

Altafin (2007) acrescenta a verificação de que o camponês no Brasil sempre ocupou espaços deixados pela grande agricultura. Blum (2001) comenta, nesse sentido, que as propriedades familiares sofrem uma desigualdade muito grande quanto à distribuição de terras. Ou seja, podemos afirmar que à agricultura familiar brasileira sempre coube um lugar secundário e subalterno na sociedade, marcado por lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade (WANDERLEY, 2001; ALTAFIN, 2007). A resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do modo capitalista de produção, e não se expressa num universo particular e isolado, sendo o camponês brasileiro fruto da história atual do capitalismo do país (OLIVEIRA, 1991).

Cerdan (2013) apresenta um contexto da produção agrícola para o município de Itu, no estado de São Paulo, na segunda metade do século XIX, bastante interessante e que pode estar relacionado à agricultura familiar:

[...] num domingo [...], depois de meses cultivando sua pequena roça, o escravo vestiu-se com sua melhor roupa e dirigiu-se ao centro da cidade para negociar o resultado da colheita em *seu próprio lote* de terra ou a galinha ou o porco que criara durante meses em *seu quintal*. Com o dinheiro da venda ele poderia até comprar um agrado para a família, certos gêneros alimentícios para suplementar suas refeições diárias ou poupá-lo para compra de futura alforria. (CERDAN, 2013, p.13)

Cerdan (2013, p. 13) segue: “Outros escravos, talvez, poderiam não ter ido naquele dia à cidade por falta de tempo, pois *suas roças* requeriam suas constantes atenções.”. Isso, porque foi a escravidão a primeira forma “generalizada” de construção de relações de trabalho no campo brasileiro, e foi junto com a escravidão que se desenvolveu o trabalho camponês (OLIVEIRA, 1991). Complementamos com Cardoso (2004), que aponta a existência da produção de gêneros alimentícios feita por escravos negros, dentro da lógica da brecha camponesa, vinculada ao autoconsumo e ao mercado.

Para Brumer et al. (1997), a agricultura camponesa do Brasil nasceu sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra e marcada pelo caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção e pela pobreza da população engajada nestas atividades. Assim como entende Wanderley (2001), no Brasil, a construção de um espaço camponês se efetuou sob uma precariedade estrutural que o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social.

Além disso, Oliveira (1991) afirma que a estrutura fundiária do Brasil teve historicamente uma forma de distribuição e acesso à terra muito desigual, que muito pouco foi alterada ao longo dos anos da história do país, sendo que nos últimos séculos têm-se concentrado ainda mais terras em mãos de poucos proprietários; isto é, existem poucos com muita terra e muitos com pouca terra. Ao mesmo tempo, o autor comenta que, no Brasil, há um aumento no número de latifundiários capitalistas e também das unidades camponesas de produção.

Em acréscimo, Altafin (2007) salienta que a grande propriedade voltada à monocultura de exportação sempre recebeu estímulos e garantias dos governantes, todavia, formas camponesas ligadas a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno eram colocadas à margem das políticas públicas do Estado. Delgado (2001) explana sobre essa disparidade, quando comenta, que no Brasil a penalização da agricultura pela política macroeconômica (especialmente nas décadas de 1970-1980) foi bastante seletiva, pois atingiu pesadamente os pequenos produtores e os trabalhadores rurais, em contraposição aos produtores capitalistas que tiveram, naquele momento, acesso privilegiado à política de crédito rural subsidiado.

Martins (1983), por seu turno, enfatiza que o camponês brasileiro é um desenraizado, é migrante, é itinerante, tem uma história de perambulação, uma história de migrações, na qual esses deslocamentos dos pequenos proprietários são determinados pelo avanço do capital sobre a terra. Wanderley (2001) concorda com o desenraizamento do camponês brasileiro na questão espacial, porém ressalva que esta ausência de vínculo com o território familiar e comunitário de origem significa a possibilidade de constituição (reconstituição) do patrimônio familiar camponês, mesmo que seja em um local distante. A razão para isto é que uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço

para constituir um território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para gerações futuras, apesar da extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais (WANDERLEY, 2001). Com Sachs (2001), corrobora-se que a agricultura familiar constitui-se a melhor forma de ocupação do território.

Vale também ressaltar que, segundo Oliveira (1991), no campo brasileiro, junto com o processo de desenvolvimento capitalista, tem-se a presença das relações de trabalho não capitalistas, a ponto de o próprio capital poder lançar mão das relações de trabalho e produção não capitalistas (de parceria, familiar) para produzir o capital. Tanto que, salienta o autor, o capital não destrói de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês, e sim faz o contrário: cria-o e recria-o, para que o próprio capital tenha produção possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas. Altafin (2007), ao apresentar a situação do surgimento e crescimento das vilas e povoações no Nordeste do Brasil, explicita que, com o aumento da demanda por alimentos, a produção agrícola à margem dos grandes engenhos representava uma importante atividade produtiva, mesmo estando sujeitos estes produtores ao pagamento a quem detinha o domínio sobre a terra (degradada ou situada em áreas remotas).

3.1.2 Caracterização e diferenciações regionais da agricultura familiar

Martins (1983) apresenta algumas denominações para o termo camponês no Brasil, representados pelos: “caipira” palavra utilizada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul; no litoral paulista a denominação é “caiçara”; na região Nordeste “tabaréu”; em outras partes é conhecido como “caboclo”, mas todas retratando o homem do campo, o trabalhador.

Buscando uma caracterização para a agricultura familiar, temos Oliveira (1991), para quem os elementos da produção camponesa seriam: a) presença e qualificação da força de trabalho; b) propriedade da terra; c) propriedade dos meios de produção e d) jornada de trabalho particular. Para Altafin (2007) a produção camponesa é aquela em que a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios

de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado.

Entretanto, no Brasil, os camponeses, de uma maneira ou de outra, tiveram que abrir um caminho entre as dificuldades que encontravam, tais como: submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou complementar a renda trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente (WANDERLEY, 2001).

Regionalmente, de acordo com Wanderley (2001), igualmente são fontes de precariedade: a instabilidade gerada pela alternância entre anos bons e secos no Sertão nordestino; e os efeitos do esgotamento do solo nas colônias do Sul.

Relatando a história do campesinato brasileiro na região Nordeste, Brumer et al. (1997) referenciam-se aos “pobres livres dos campos”, pelo seu isolamento, por sua pobreza e pela agricultura de subsistência. Mas, afirmam os autores que em determinadas situações esses pobres se integravam na economia de mercado e participavam das atividades principais da Colônia; por outro lado, quando se integravam à grande propriedade, constituíam uma força de trabalho mal remunerada. Tanto que, conforme observam Silva e Kageyama (1996), na transição do trabalho escravo para o trabalho livre da região, com a cultura do café, os antigos escravos permaneciam nas propriedades como “moradores de condição”. Com os cultivadores pobres do Nordeste ocorre a descampesinização quando o Estado e os latifundiários desestruturam a economia e as formas sociais desses cultivadores. No entanto, em busca de novas terras no Sertão, os mesmos se reinstalam em novas condições como comunidades de base familiar (WANDERLEY, 2001).

Em análise da região de São Paulo, Brumer et al. (1997) consideram que a agricultura dos “caboclos” era itinerante e rudimentar e, com a força de trabalho oriunda dos trabalhadores estrangeiros, tem-se o reforço do contingente dos agricultores de subsistência dependentes das grandes explorações. Em contrapartida, Wanderley (2001) formula a hipótese que, no caso dos “caipiras” (camponeses de cultura rústica), o projeto para o futuro, pelo qual as gerações atuais se comprometem com aquelas que as sucedem, pôde ser assegurado graças às possibilidades de mobilidade espacial abertas pela prática de agricultura itinerante e pela posse precária da terra, na qual o “caipira” tem como patrimônio a ser transmitido somente o seu próprio modo de vida. Além disso, Graziano da Silva

e Kageyama (1996), tratando do colonato (incorporação de unidades familiares de imigrantes) no complexo cafeeiro paulista, comentam que o “colono” era um trabalhador assalariado temporário (na época da colheita), mas era também um produtor de gêneros alimentícios comercializáveis na própria região, produção esta provinda da roça familiar de subsistência.

Já na região Sul, estabeleceu-se uma certa divisão espacial entre os Pampas, com as grandes propriedades, e as regiões montanhosas, onde se instalam as comunidades camponesas de imigrantes europeus (BRUMER et al., 1997). Para Wanderley (2001), a ocupação das terras gaúchas pelos colonos provindos da Europa desde o século XX demarca uma situação de campesinização evidente.

Conterato, Gazolla e Schneider (2007) explanam que os pequenos proprietários do norte do Rio Grande do Sul, denominados de “colonos”, em função da hostilidade do ambiente natural, tinham como prioridade a derrubada da mata, a construção das primeiras instalações e o desenvolvimento dos primeiros cultivos, satisfazendo as necessidades dos membros da família; e que, no decorrer do tempo, esses “colonos” dão início à especialização produtiva e ao aprofundamento das relações mercantis, que se refletem atualmente em uma modernização da base técnico-produtiva e na “sojicização” deste segmento. Gazolla e Schneider (2013) sublinham que o PRONAF, no estado do Rio Grande do Sul, tem utilizado em custeio mais de 76% de seus recursos somente para as culturas da soja e do milho, assim, o Programa está financiando atividades habituais de grãos e *commodities*, culturas que historicamente tem legados de pouco valor agregado, baixos preços recebidos em função do momento de comercialização e mercados dependentes de outros intermediários, fatores que acabam ocasionando perda da autonomia reprodutiva dos agricultores familiares.

Com Abramovay et al. (1998), vemos que no Sul do Brasil, até o final da década de 1960, além de alimentos e matérias-primas, os agricultores da região produziam novas unidades de produção familiar, pela repartição das terras ou pelo “colocar os filhos”: a reprodução social da família no Brasil gera a expectativa da instalação de cada filho em um novo estabelecimento (WANDERLEY, 2001).

A implantação dessas novas unidades de produção familiar seria possível pelos seguintes mecanismos: a) pela instituição do minorato; b) pelo esforço de dotar os filhos mais velhos dos meios que permitam a reprodução de sua condição de agricultores; c) pela valorização da atividade agrícola como forma de realização

na vida adulta; e d) pela grande mobilidade espacial e um mercado de terras particularmente dinâmico entre os agricultores familiares, conforme elencam Abramovay et al. (1998). Porém, a partir da década de 1970, a situação começa a mudar, segundo os autores, em especial pela limitação de formação de novas unidades produtivas e pela destituição da “verdade” de que os filhos tinham que seguir a profissão dos pais. No entanto, Wanderley (2001) lembra que o instalar filho em novo estabelecimento, é o que permitiu, por exemplo, a ocupação das fronteiras nos estados meridionais e continua presente nas novas fronteiras agrícolas. Para Altafin (2007), a mobilidade espacial dos camponeses sempre foi sua forma de assegurar o projeto para o futuro.

Na economia camponesa tradicional do Cerrado, as “chapadas” são áreas de caça, coleta de frutos, mel e plantas terapêuticas, criação do gado, da “miunça” “na solta”, enquanto no “baixão” há o cultivo do “legume”, de verduras e frutas e os pastos, sendo também o lugar de assentamento e morada, e a policultura camponesa sempre articulou os usos dos “baixões” aos das “chapadas” (MORAES, 2009). Todavia, com a ocupação do Cerrado, a partir dos processos de migração, fruto das novas fronteiras, põem-se em conflito os usos destes espaços, em especial a “chapada”, de interesse da agricultura moderna e intensiva, voltada às exportações. Esta desaloja os pequenos produtores de tais áreas, ficando os mesmos concentrados nos “baixões”, onde produzem alimentos voltados ao consumo da família e interno da comunidade.

Moraes (2009) explica que as populações de pequenos proprietários e posseiros do Cerrado têm uma história de ocupação antiga, voltada ao cultivo da terra, com decisões autônomas no processo de produção em sistema roça-de-toco, estando os agricultores inseridos no mercado de maneira restrita quanto a estes fatores: a mão de obra é familiar, a terra é “apossada”, raramente arrendada ou comprada, e o emprego de insumos e instrumentos manufaturados é mínimo ou nulo.

Xavier e Zoby (2007), por seu lado, estudando comunidades de pequenos produtores de Silvânia, no estado de Goiás, delimitaram 14 tipos de sistemas de produção praticados pelos pequenos produtores, em que a inserção no mercado se dava pela produção de leite, que era comum nas unidades produtivas, sendo porém que o papel da produção leiteira para os agricultores dependia das quantidades produzidas; já a produção vegetal era muito diversificada, havendo predominância

de milho e arroz, destinados à alimentação animal, à alimentação humana ou à venda. Compreendemos com Altafin (2007) que essa diversificação de culturas configura-se como parte da estratégia adotada pela família camponesa, que tem na combinação com a criação de animais sua alternativa de fertilização dos solos e melhoria na produtividade dos cultivos.

Azevedo (2007) complementa a caracterização relacionada aos pequenos produtores ora apresentada, ao comentar que os sistemas de produção de tais agricultores se referem a um conjunto de relações: i) entre os sistemas de cultivo e criação, ii) entre os membros da unidade de produção (relações de gênero, relações de idade, relações trabalhistas, relações de parceria, relações econômicas, etc.) e iii) com o espaço, território e lugar percebido pelos indivíduos. Ao mesmo tempo, o sistema agrícola deste segmento tem por trás dele uma compreensão de mundo capaz de ordenar e dar sentido a todas as coisas, para que a natureza “se comporte adequadamente” e produza de acordo com as necessidades e desejos da sociedade (AZEVEDO, 2007, p. 5).

Também relatam Xavier e Zoby (2007), que os itinerários técnicos aplicados nas culturas do milho e do arroz eram similares, sendo que a escolha técnica levava em consideração a força de trabalho disponível (familiar) ou mobilizável (troca de dia, mão de obra assalariada), o capital disponível, os fluxos de caixa (compra de adubo, mão de obra assalariada, acesso a maquinário) e os objetivos de rendimento.

De acordo com Brumer et al. (1997), apesar de a exploração familiar ter passado, nas últimas décadas, por profundas transformações, estas foram afetadas pelo caráter “conservador” da modernização agrícola, que é discriminatório, parcial e incompleto e pelo qual uma parcela importante da chamada pequena produção é excluída, conservando-se a dependência em relação à grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade espacial; mas os agricultores que se modernizaram devem continuar a assumir a propriedade fundiária e a dependência penosa e ambígua do trabalho assalariado, e somente em alguns raríssimos casos observa-se uma mudança qualitativa do ponto de vista estrutural. Blum (2001) enriquece o entendimento ao explicitar que, até 1950, a agricultura do tipo familiar era baseada na diversificação de culturas, na tração animal, na rotação de áreas e nos cultivos voltados para a subsistência, com pouca comercialização de excedentes, fatores

que foram se alterando pela Revolução Verde, e que este novo modelo ocasionou grandes desigualdades no meio rural, pois acelerou o êxodo rural, a industrialização da agricultura e sua tecnificação, sem proporcionar distribuição equitativa de conhecimento e oportunidades.

Para Kageyama (1990), a modernização da agricultura se dá principalmente pela mudança na base técnica da produção agrícola, que transforma a produção artesanal do camponês numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir que tem apresentado sucesso no aspecto técnico-produtivo, porém não apresenta os mesmos êxitos nas condições de vida das populações rurais camponesas. Sob o impacto das transformações mais gerais da sociedade moderna (importância da cidade e da cultura urbana, centralidade de mercado, etc.), tenta-se adaptar a agricultura familiar transformando-a interna e externamente em um agente da agricultura moderna, ou têm-se outras formas de agricultura familiar que não a camponesa (WANDERLEY, 2001).

A produção voltada ao mercado tem, realmente, obtido cada vez mais importância para os agricultores. Contudo, isso não significa que a produção para autoconsumo, característica fundamental da agricultura familiar, esteja sendo totalmente abandonada, embora um aprofundamento da mercantilização social e econômica da agricultura familiar estimule sua fragilização social e a vulnerabilização da produção de alimentos (CONTERATO, GAZOLLA, SCHNEIDER; 2007).

Entretanto, Conterato, Gazolla e Schneider (2007) alertam que a mercantilização não pode ser identificada necessariamente como sinônimo de fragilização da agricultura familiar: deve ser considerado o ambiente em que este processo se dá e como as famílias passam a orientar suas ações para o estabelecimento de um conjunto de estratégias visando a sua reprodução social. Nem tampouco, segundo Wanderley (2001), a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família representam a desagregação da agricultura camponesa, mas sim constituem elementos positivos com os quais a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução social presentes e futuras.

Corroborando esse entendimento, Altafin (2007) detalha que o desenvolvimento capitalista não levou ao desaparecimento de camponeses, caipiras, pequenos produtores, integrados, colonos, assentados e demais formas familiares de produção rural, mas, pelo contrário, os mesmos persistiram e

apresentaram novas estratégias produtivas e organizacionais. Baiardi (2014), nessa mesma direção, comenta que no percurso da história da agricultura o que se constata é que, malgrado marchas e contramarchas no sentido da concentração da produção e da área produtiva, a produção agrícola familiar sempre esteve presente na história da agricultura.

O processo pelo qual o desenvolvimento capitalista no campo passou, no Brasil, revelou que o capitalismo se expandiu no país pelo predomínio do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e predomínio do trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades, esclarece Oliveira (1991). Também, de acordo com o autor, o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro, e fundamentalmente, pela sujeição da renda da terra ao capital, sendo o essencial para o capital exatamente a sujeição da renda da terra, pois, a partir daí, ele tem condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra.

É igualmente interessante a observação de Veiga (1991) de que foi a forma de produção agrícola familiar que possibilitou o sucesso econômico em todos os países capitalistas centrais e alguns periféricos, sendo que estes países se lançaram em defesa da agricultura familiar porque precisavam garantir comida farta e barata para uma crescente população urbana, e somente a agricultura familiar aceita produzir em troca de uma renda corrente inferior aos salários urbanos, ou seja, com a agricultura familiar nesses países se busca remunerar o trabalho e não o capital, mas, mesmo assim, se possibilita a garantia de condições mínimas de sobrevivência e reprodução ao segmento.

3.1.3 Conceito em construção

Lamarche (1997) define o espaço da exploração familiar como correspondente à unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho são intimamente ligados à família, unidade produtiva esta que recobre situações extremamente variadas, diferentes e assemelhadas, ou seja, as explorações familiares constituem-se em um grupo social não homogêneo, mas contam com uma excepcional capacidade de adaptação. Buainain e Romeiro (2000) especificam que o universo de agricultores familiares não é homogêneo nos aspectos econômico,

social e cultural e, assim, eles não formam uma categoria estanque, imóvel e isolada.

Carneiro (1999), de modo semelhante, vê como agricultura familiar uma unidade de produção em que estejam intimamente relacionados: trabalho, terra e família. E Wanderley (2001) entende por agricultura familiar, aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, havendo, desta forma, uma estrutura produtiva que associa família-produção-trabalho com consequências no modo como esta age econômica e socialmente, já que a expectativa é de que todo o investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção pela geração atual possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo-se assim a sobrevivência imediata bem como a reprodução das gerações subsequentes.

Abramovay et al. (1998) registram o aspecto de que a formação profissional da agricultura familiar é caracterizada pelo pleno exercício profissional por parte das novas gerações e, mais que aprendizado de um ofício, envolve a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Segundo os autores, o aprendizado é desenvolvido a partir do trabalho de toda a família em tal patrimônio, e este possui duplo conteúdo social: a) é a base material de um negócio mercantil e b) sobre este patrimônio repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar; assim a agricultura familiar caracteriza-se pela unidade entre negócio e família.

Wanderley (2001, p. 35) comenta que é bem verdade que a agricultura do século XXI assume uma racionalidade moderna em que o agricultor se profissionaliza e o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional, mas ao mesmo tempo esse novo é resultado de uma continuidade, e os agricultores familiares modernos *enfrentam* os novos desafios com as *armas* que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo.

Marx (1984) citado por Oliveira (1991) entende que na pequena propriedade camponesa uma parte da produção agrícola entra primeiro e fundamentalmente no consumo do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediato, e outra parte, o excedente, é comercializada sob a forma de mercadoria. Para Oliveira (1991) e Chayanov (2014) a lógica de produção camponesa está assentada na

forma simples de circulação das mercadorias, no qual se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, tendo-se, assim, a situação do vender para comprar: a quantia de dinheiro que se obtém através da venda de uma mercadoria vai ser consumida pela compra de outra mercadoria, que em geral o comprador não produz, dando-se deste modo na produção camponesa a satisfação das necessidades; ou seja, no campesinato têm-se uma unidade que simultaneamente realiza produção e consumo.

Também Wanderley (2001) menciona que o campesinato se norteia por dois níveis e afirma que os mesmos são complementares: a) atividade mercantil e b) autoconsumo, embora antes de mais nada o camponês procure, assegurar o consumo alimentar da família.

Vale também lembrar com Sachs (2001) e Altafin (2007) que os agricultores familiares são agentes importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiães da paisagem e conservadores da biodiversidade.

Na perspectiva da tipologia dos produtores em relação à extensão de suas terras e de sua produção, Altafin (2007) afirma que, dentro da lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, voltado à modernização tecnológica em produtos agrícolas de exportação, a partir de 1960, o conjunto de agricultores passa a ser classificado quanto ao tamanho de suas áreas e de sua produção, dividindo-se em: pequenos, médios e grandes produtores. Mostram Graziano da Silva e Kageyama (1996) que até 1960 quase 70% do pessoal ocupado na agricultura ainda era formado por mão de obra familiar e parceiros, agregados e outras formas tradicionais. Com Oliveira (1991), ressalta-se que entre os anos de 1970 e 1985 a concentração do trabalho familiar teve importância significativa, sendo quase absoluta em 94,3% a 96,0% dos estabelecimentos agropecuários do país com área inferior a 100 hectares; até então, via-se portanto o predomínio da forma de produzir familiar em pequenas unidades camponesas.

Em estudo de Blum (2001), encontra-se que muitos atributos podem ser usados para classificar as propriedades rurais e que a escolha destes deve se basear na finalidade a que se destina o estabelecimento, para a agricultura familiar seriam os seguintes a se analisar: a) tamanho de área; b) uso de mecanização; c)

tipo de atividade; d) uso de insumos; e) intensidade de uso dos fatores de produção; f) número de atividades; g) renda obtida e h) consumo de tecnologia.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1996, definem a agricultura familiar com base em três características principais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nesta realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Kageyama e Bergamasco (1989/90), por sua vez, separam as unidades familiares de produção em três tipos: i) estabelecimentos familiares puros; ii) estabelecimentos familiares complementados por empregos temporários e iii) empresas familiares, estabelecendo-se, neste caso, a diferenciação da produção familiar pelo critério do peso do trabalho assalariado (contratado) no conjunto da força de trabalho necessária à exploração do estabelecimento.

Abramovay et al. (1998) utilizam a categorização da agricultura familiar por requisitos de diferenciação interna do segmento, tendo-se para o caso três tipologias: i) agricultores consolidados; ii) agricultores em transição e iii) agricultores em exclusão; percebe-se que o critério característico aqui utilizado é a renda do agricultor. Em direção semelhante, para Buainain e Romeiro (2000) a distinção entre os produtores familiares apresenta três tipos: a) produtores familiares capitalizados; b) produtores familiares em capitalização; c) produtores familiares em descapitalização.

Porém, Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013, p. 110) consideram como estabelecimento familiar: a) assentados (estabelecimento originário de projeto de assentamento); b) exclusivamente familiar (opera apenas com mão de obra da família do produtor, sem nenhum tipo de pessoa contratada) e c) familiar com contratado ou “misto” (tem mão de obra contratada, mas em quantidade *menor que* ou *igual*, em equivalentes-ano, à mão de obra familiar), diferenciando-se então o estabelecimento familiar pela origem da terra e pelo trabalho.

No ano de 2000, o MDA, a FAO e o INCRA caracterizaram o universo da agricultura familiar como aquele que atendia simultaneamente aos requisitos

seguintes: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao contratado; e adicionalmente foi estabelecida uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares.

Atualmente, o conceito de agricultor familiar combina critérios tais como: tamanho da propriedade, predominância familiar da mão de obra e gestão familiar da unidade produtiva, bem como percentual mínimo de renda familiar provindo da unidade produtiva, conforme estabelece a Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006), em seu artigo 3:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, p. 1)

Importa frisar, ainda, que, segundo Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), os agricultores familiares foram historicamente tratados como produtores de subsistência, pequenos agricultores ou produtores de baixa renda, porém a partir do ano de 1995, com a criação do PRONAF, tem-se o reconhecimento pelo Estado brasileiro da agricultura familiar, consolidado pela criação da Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006).

Para acessar o PRONAF, o Banco Central do Brasil (2015) considera que os agricultores familiares devem atender, simultaneamente, aos seguintes critérios:

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas;

b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;

c) não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;

d) obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter

empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015, p. 2).

Com o exposto, vê-se que, quando o poder público implanta uma política federal voltada para agricultura familiar, pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF ou quando cria a Lei 11.326/2006, a opção adotada pelo Estado é delimitar o público “operacional” deste conceito, o qual é centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo, que incorpora inúmeras especificações, tais como: distintos tipos e situações entre regiões, dentro de cada região, de cada estado, de cada município ou território (ALTAFIN, 2007).

É relevante para a compreensão do tema a advertência de Altafin (2007) de que o conceito de agricultura familiar atualmente é utilizado como um guarda-chuva conceitual que abriga grande número de situações e que está em contraposição à agricultura patronal, o ponto focal das diferenças encontrando-se no tipo de mão de obra e de gestão empregadas. Somam-se a estas o tamanho da área e a renda familiar.

De todo modo, vemos, com Kageyama et al. (2013), que os estabelecimentos familiares são os predominantes no Brasil, pois correspondem a 90% do total de propriedades rurais do país, abrigam 80% das pessoas ocupadas na agricultura e geram 50% do valor produzido pelo segmento agropecuário².

A agricultura familiar brasileira, como se vê pelo o que até aqui foi apresentado, exhibe várias conformações e origens e tem uma história pujante. Ultimamente, contudo, o aspecto legislativo dado pelo Estado é que está caracterizando e delimitando conceitualmente o que se considera como agricultura familiar. Deve-se levar em conta, porém, que o mesmo Estado que atualmente delimita a agricultura familiar em busca de inseri-la no mercado foi o que no passado a renegava e atualmente apenas a considera parcialmente, pois ainda não é

² As autoras se utilizaram de tipologia de agricultura familiar menos restritiva que a proposta na Lei 11.326/2006 e das adotadas pelo Censo Agropecuário do ano de 2006.

possível concordar que “a agricultura familiar passa a ser prioridade do Estado” (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p. 11), embora ela seja uma categoria social que ganhou significativa expressividade nos últimos anos. Compreende-se que a consideração atual é fruto das lutas dos movimentos sociais do campo e da história dos agricultores familiares no passado, assim como da sua importância social, econômica, ambiental e produtiva na atualidade brasileira.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Nos anos recentes, o Brasil foi um dos países que, em nível mundial, conseguiu apresentar quedas nos indicadores de desigualdades sociais.

E o alcance dessas transformações no meio rural, especialmente para o segmento da agricultura familiar, foi mais intenso e notável, fruto de uma combinação de fatores e processos que envolveram Estado, políticas públicas, atores e agentes da sociedade civil (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Por outro lado, estas mudanças e transformações, ficaram muito aquém do ponto de se considerar que “a agricultura familiar passa a ser prioridade do Estado” (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p. 11). Embora não se possa negar que foram muito além das ações “ausentes” do Estado no período 1500-1990 em que o segmento ficou à mercê unicamente da sua própria luta, força e sorte.

As políticas públicas podem ser conceituadas como diretrizes (princípios norteadores) da ação do poder público, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos como leis e programas, as quais orientam ações que normalmente envolvem aplicação de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002).

Souza (2006, p. 26) completa, considerando como política pública, em democracias estáveis, ações que um governo faz, em outras palavras, política pública é “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação, e quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso desta ação; ou seja, as políticas públicas, após serem desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisa, que podem ter impactos no curto, médio ou longo prazo.

No Brasil, em meados da década de 1990, emergiram políticas públicas voltadas à construção de novas vias de desenvolvimento, atreladas, por sua vez, à

agricultura familiar (DIAS et al., 2013). Para Leite (2001), o surgimento destas políticas públicas, são reações por parte do Estado, das atuações e reivindicações dos movimentos sociais e sindicais.

Entre as políticas públicas que se destinam a essas mudanças e transformações pelas quais passa o meio rural brasileiro, em especial o segmento da agricultura familiar, pode-se citar, por similitudes, algumas delas: 1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), programas que atuam de forma direta e/ou indireta no âmbito da produção agropecuária, e que procuram adaptar para a agricultura familiar instrumentos de políticas agrícolas existentes desde 1960 para outros segmentos do rural; 2) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), voltado a políticas articuladas entre Estado e sociedade civil de segurança alimentar e nutricional, interligadas a questões de produção e comercialização agropecuária; 3) Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), que busca atuar de forma intersetorial e multidimensional em ações estratégicas voltadas ao desenvolvimento rural; e 4) Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que trata do viver e conviver com maior dignidade no meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Delgado (2001, p. 26) quando retrata a atuação do Estado por meio de “políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural”, direcionadas a segmentos mais empobrecidos e não integrados à modernização produtiva, comenta que estas políticas ou programas em princípio devem procurar levar em conta a especificidade destes segmentos, e a necessidade que sejam desenhados de modo a atender às particularidades destes.

Maia e Ferrante (2014) consideram, todavia, que as políticas públicas para a agricultura familiar, ainda que demonstrem avanços significativos, carecem de conexões mais eficazes entre si, em especial em favor do desenvolvimento do seu público-alvo. Em acréscimo, temos Aguiar e Fonseca (2014), os quais comentam que, apesar de haver uma evolução quanto às políticas públicas no meio rural brasileiro, são também enormes os desafios enfrentados para a sua implementação, fiscalização e sustentação.

Para Resende (2014) compreender como as políticas públicas impactam, é importante, no sentido, de planejar e aplicar melhor os recursos disponibilizados, bem como otimizar os resultados, melhorar a vida das pessoas e promover o desenvolvimento econômico e social; principalmente quando se investiga os impactos locais/regionais das políticas públicas, avaliando-se a efetividade da política e que melhorias, ampliações e/ou modificações podem ser feitas, ou seja, que aprimoramentos necessitam as políticas públicas local e/ou regionalmente, uma vez que seus impactos e repercussões podem ser diferenciados entre locais.

3.2.1 O Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pela Lei nº. 10.696/2003 como parte da política de fortalecimento da agricultura familiar, direcionada especificamente à aquisição, pelo governo, de grupos, cooperativas ou associações, de alimentos produzidos por essa agricultura (BRASIL, 2003a). D'Ávila e Silva (2011) consideram que o PAA se constituiu na primeira ação diferenciada para a segurança alimentar no Brasil, aliando combate à fome com desenvolvimento e valorização da cultura produtiva local.

Segundo Maluf (2001), em ações que envolvem a temática da comercialização agrícola, com enfoque na equidade social, devesse: a) assegurar a renda dos pequenos e médios produtores agrícolas; b) regular diretamente a esfera do atacado e indiretamente a relação entre os preços no atacado e os preços no varejo; e c) atender a programas especiais ligados à questão alimentar; características que, em parte, o PAA conseguiu envolver desde sua criação.

O Programa resulta da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil: o primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira; e o segundo, o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais (GRISA et al., 2011). Maluf (2001) comenta também, que políticas públicas, que viabilizam condições para atividades produtoras de alimentos de famílias rurais, podem representar, ao mesmo tempo, a possibilidade de criação de oportunidades de trabalho e renda para as famílias.

Pela Lei nº 12.512/2011, em seu Artigo 33, percebe-se que além de “incentivar a agricultura familiar”, o PAA possui as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização. (BRASIL, 2011, p. 6)

Pelo Decreto nº 7.775/2012, o PAA abrange ainda mais em suas finalidades: “[...] IV - [...] inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos; [...]; VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e IX - estimular o cooperativismo e o associativismo” (BRASIL, 2012, p. 1).

Momentaneamente no PAA existem seis diferentes modalidades (seja em termos produtivos, seja em formas de organização social): I – Compra com Doação Simultânea; II – Apoio a Formação de Estoques; III – Compra Direta; IV – Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; V – Compra Institucional e VI – Aquisição de Sementes (BRASIL, 2014)³.

Os alimentos adquiridos pelo Programa têm como destino: a) o consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional; b) o abastecimento da rede socioassistencial; c) o abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição; d) o abastecimento da rede pública e filantrópica de ensino; e) a constituição de estoques públicos de alimentos, destinados a ações de abastecimento social ou venda; e f) o atendimento de outras demandas definidas pelo PAA (BRASIL, 2012).

³ A existência de diferentes modalidades de execução do PAA no decorrer dos anos, demonstra a necessidade de ajuste das políticas públicas as especificidades e particularidades da agricultura familiar, conforme comenta Delgado (2001).

Convém ainda detalhar que o PAA atende a finalidades específicas, possibilitando: i) estímulo a redes locais de produção e distribuição de alimentos oriundos da agricultura familiar; ii) regulação de preços por meio da compra de produtos específicos destinados à formação de estoques públicos; iii) a aquisição de alimentos e formação de estoques pelas próprias organizações sociais (associação e cooperativas), visando à sustentação de preços e agregação de valor; iv) a compra e doação de leite; e v) o abastecimento de hospitais, presídios, restaurantes universitários e outros estabelecimentos públicos com produtos da agricultura familiar (SCHMITT; GRISA, 2013).

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2014), o objetivo do PAA é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, o que permite afirmar que, o PAA estaria agindo simultaneamente em três grandes eixos: produção-comercialização-consumo (BECKER; ANJOS, 2010).

A produção agrícola é feita pelos agricultores familiares beneficiários fornecedores do PAA, enquadrados nas regras do PRONAF (identificados pela emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP) (AGAPTO et al., 2012). Nehring e McKay (2013) trazem o esclarecimento que a DAP contém informações que permitem copilar dados sobre renda, trabalho, terra e gestão dos produtores, é o mecanismo de registro e focalização governamental para todos os agricultores familiares do país, e sem a mesma eles não podem ter acesso a políticas governamentais e a crédito.

A aquisição dos produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar local é realizada de forma individual ou coletiva por grupos ou cooperativas ou associações, até um limite máximo de valor por produtor ao ano, conforme modalidade de compra⁴. Os valores que cada agricultor familiar consegue comercializar via PAA

⁴ Para o caso do PAA – Compra com Doação Simultânea – CDS - a organização fornecedora elaborará uma “Proposta de Participação”, submetendo à análise da Superintendência Regional da CONAB (Sureg), seguindo suas orientações até obter aprovação da proposta apresentada. Nesta proposta, constam como itens: Código da Proposta, Valor Total, Duração do Projeto, % de Mulheres no Projeto, Identificação do Proponente, Representantes Legais do Proponente, Caracterização do Proponente, Identificação dos Beneficiários Fornecedores com: Nome do Fornecedor, CPF, Categoria, Município, UF, Nº da DAP, Enquadramento no PRONAF e Valor Contratado. Relação dos Produtos para Doação com: Produto, Safra, Unidade de Comercialização, Preço Unitário (R\$), Quantidade, Peso Líquido Total (kg) e Valor Pretendido (R\$). Identificação das Unidades

partiram de R\$2.500,00⁵ (BRASIL, 2003b) e ultimamente se encontram delimitados segundo a modalidade: a) por unidade familiar: R\$4.000,00 (PAA – Leite, semestralmente), R\$6.500,00 (Compra com Doação Simultânea)⁶, R\$8.000,00 (Compra Direta), R\$8.000,00 (Formação de Estoques), R\$16.000,00 (Aquisição de Sementes) e R\$20.000,00 (Compra Institucional); b) por organização: R\$2.000.000,00 (Compra com Doação Simultânea), R\$500.000,00 (Compra Direta), R\$1.500.000,00 (Formação de Estoques – 1º acesso, valor limitado a R\$300.000,00), R\$6.000.000,00 (Compra Institucional) e R\$6.000.000,00 (Aquisição de Sementes) (BRASIL, 2014).

Pela Resolução nº 59/2013, o preço de referência de aquisição dos alimentos será definido pela média de 3 (três) pesquisas de preços praticados no mercado atacadista local ou regional, apurados nos últimos 12 (doze) meses, devidamente documentadas e [...] (GGPAA, 2013).

Observam Schimitt e Guimarães (2008) que o ingresso aos mercados institucionais, particularmente via PAA, promoveu o acesso dos produtores a um mercado próximo, capaz de absorver grande diversidade de produtos e de se ajustar, pelo menos em certa medida, às variações sazonais. Os autores consideram ainda possíveis ajustes entre a oferta e a demanda de alimentos nos projetos do PAA: isso é feito mediante acerto entre as organizações dos produtores e as instituições beneficiárias receptoras, por meio de diálogo.

Grisa e Porto (2015) apontam que o PAA também possibilitou a permanência do trabalho na agricultura em contraposição à busca por trabalho em outros setores.

Receptoras com: Nome da Unidade Receptora, CNPJ, Categoria, Endereço, Município, UF, CEP, Informações do Representante da Unidade Receptora e de 3 (três) responsáveis pelo recebimento e Número de Pessoas Atendidas por faixa etária. Previsão de Entrega com: Produto, Quantidade, Unidade de Comercialização e Total em Kg. Informações específicas tais como: Caracterização das Unidades Receptoras, Objetivos Gerais e Específicos do Projeto, Organizações Parceiras, Descrever os procedimentos de entrega dos produtos aos beneficiários consumidores, Articulação do projeto com outros programas sociais desenvolvidos junto aos beneficiários consumidores, Critérios de definição dos produtos distribuídos aos beneficiários consumidores, Avaliação das melhorias sociais de projetos anteriores (se houver projeto anterior), observações. E ainda Mecanismos de Avaliação e Controle Social a serem implementados no desenvolvimento do projeto. Depois de aprovada a “Proposta de Participação” tem-se início a execução do PAA-CDS - CPR Doação Nº (XXXXXX), Valor da CPR em R\$ (XXXX,XX), onde a organização fornecedora se compromete a entregar à CONAB, qualificada como Compradora, ou a quem ela indicar, os produtos nomeados na “Proposta de Participação”, e nas condições ali previstas, até o dia XX do mês de XX de XXXX. Mais informações estão disponíveis no link: (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>).

⁵ Com correção pelo IGP/DI da Fundação Getúlio Vargas, o valor de R\$2.500,00 de julho de 2003 em agosto de 2014 (época do Decreto 8.293/2014) corresponderia em valor atualizado a R\$6.078,70.

⁶ No Artigo 19, § 5, “O limite anual de participação por unidade familiar na modalidade Compra com Doação Simultânea, nas aquisições realizadas por meio de organizações fornecedoras, será de R\$8.000,00 (oito mil reais)” (BRASIL, 2014).

Ressalta-se ainda a inserção de agricultores familiares em situação de maior vulnerabilidade social, em que houve incrementos da produção tanto àquelas voltada para fins comerciais, quanto ao autoconsumo.

Mielitz (2014) afirma, no entanto, que somente 4,2% dos agricultores familiares nacionais fazem parte do PAA, e em diversos estados essa proporção é baixíssima, sendo que percentualmente as regiões Sul e Sudeste são as que apresentam maior participação.

Pelas informações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no período de 2003 a 2015, em recursos financeiros, no PAA foi aplicado o total nominal em reais de R\$3.634.808.802,00, que atualizados representariam o total de R\$5.070.730.719,00 (Tabela 1) (CONAB, 2016).

As aplicações de recursos financeiros no PAA têm tendência crescente de investimentos de 2003 até o ano de 2012, esse último ano conta com a maior quantidade de recursos investidos no Programa, e a partir de 2013 a quantidade de recursos investidos tem uma diminuição significativa, exceto para o ano de 2014, que tem leve aumento de investimentos comparado ao ano de 2013 (Figura 1).

Levando-se em consideração a correção com bases no IGP/DI⁷ dos recursos investidos, a tendência crescente de investimentos no PAA vai de 2003 até o ano de 2009, pois no ano de 2010 os investimentos são menores que no ano anterior (Figura 2). De 2011 a 2012 os recursos investidos no Programa voltam a crescer. Em 2013 os investimentos diminuem, se chegando a patamares próximos aos anos iniciais do Programa, em 2014 os recursos tem leve crescimento e em 2015 diminuem novamente, percebendo-se que nos últimos anos, o PAA passa a ter descompassos de regularidade na quantidade de recursos financeiros aplicados no Programa.

Porém, o PAA mostra-se importante para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, ao valorizar seus produtos, encurtando o canal de distribuição, aproximando produtor e consumidor e ainda ao ampliar a participação da agricultura familiar no mercado (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014). Na visão de Porto et al. (2014), são indubitáveis as contribuições do PAA para o desenvolvimento com justiça social e ambiental para a consolidação democrática do país, apesar de que se mostram ainda incipientes.

⁷ Com correção pelo IGP/DI da Fundação Getúlio Vargas de Janeiro de 2016.

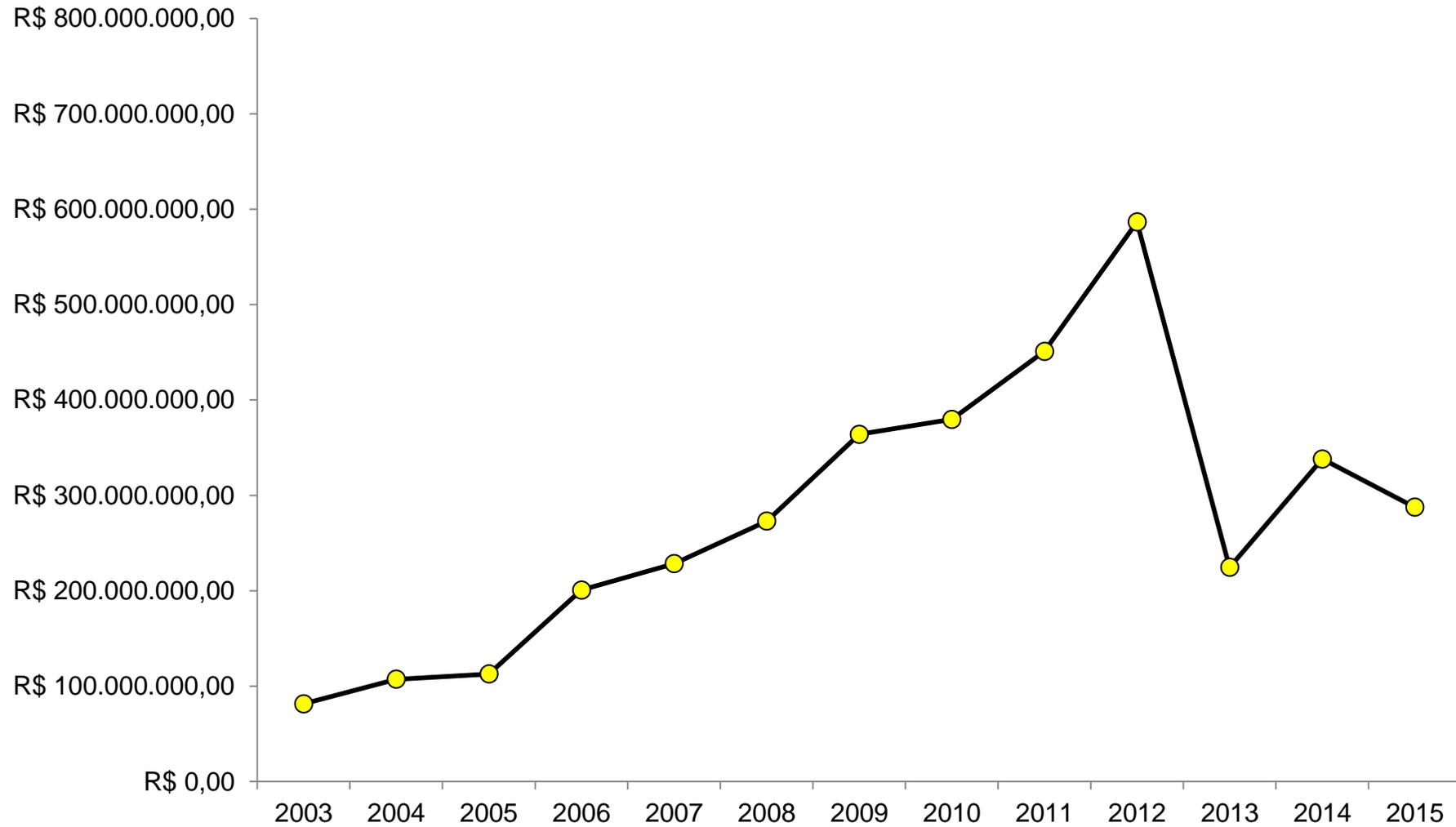
Tabela 1. Recursos financeiros em R\$ do MDA/MDS aplicados anualmente na aquisição de produtos do PAA, por região e total, de 2003 a 2015

Ano	Valor (R\$)					Total nominal Valor (R\$)	Total (atualizado ⁸) Valor (R\$)
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul		
2003	12.238.974,00	31.672.408,00	12.386.912,00	7.603.665,00	17.639.249,00	81.541.207,00	171.989.083,00
2004	3.386.094,00	42.307.978,00	28.391.528,00	8.903.396,00	24.196.831,00	107.185.826,00	202.566.548,00
2005	5.538.352,00	34.745.917,00	16.149.222,00	13.876.678,00	42.481.492,00	112.791.660,00	209.751.010,00
2006	10.045.899,00	54.857.717,00	17.812.507,00	32.440.707,00	85.510.564,00	200.667.394,00	360.653.947,00
2007	8.706.953,00	56.116.343,00	18.799.859,00	42.080.968,00	102.648.840,00	228.352.963,00	378.155.284,00
2008	9.893.516,00	80.838.353,00	15.679.112,00	73.486.284,00	93.032.175,00	272.929.439,00	418.306.880,00
2009	13.225.303,00	102.830.480,00	15.549.939,00	78.842.348,00	153.516.158,00	363.964.228,00	560.358.350,00
2010	21.400.943,00	121.858.906,00	28.348.787,00	79.151.714,00	128.975.115,00	379.735.466,00	525.411.451,00
2011	32.025.103,00	153.674.198,00	29.386.137,00	111.741.509,00	124.209.257,00	451.036.204,00	598.305.608,00
2012	43.282.942,00	154.904.344,00	36.045.217,00	131.776.716,00	220.557.912,00	586.567.131,00	719.634.417,00
2013	24.075.247,00	66.487.273,00	22.938.796,00	67.812.376,00	43.203.433,00	224.517.124,00	260.787.917,00
2014	31.155.531,00	79.992.989,00	37.860.917,00	128.709.065,00	60.286.440,00	338.004.942,00	377.295.009,00
2015	29.589.161,00	92.549.198,00	33.399.258,00	77.902.561,00	54.075.037,00	287.515.216,00	287.515.216,00
Total	244.564.017	1.072.836.103	312.748.192	854.327.986	1.150.332.504	3.634.808.802,00	5.070.730.719,00

Fonte: Adaptado de CONAB (2016).

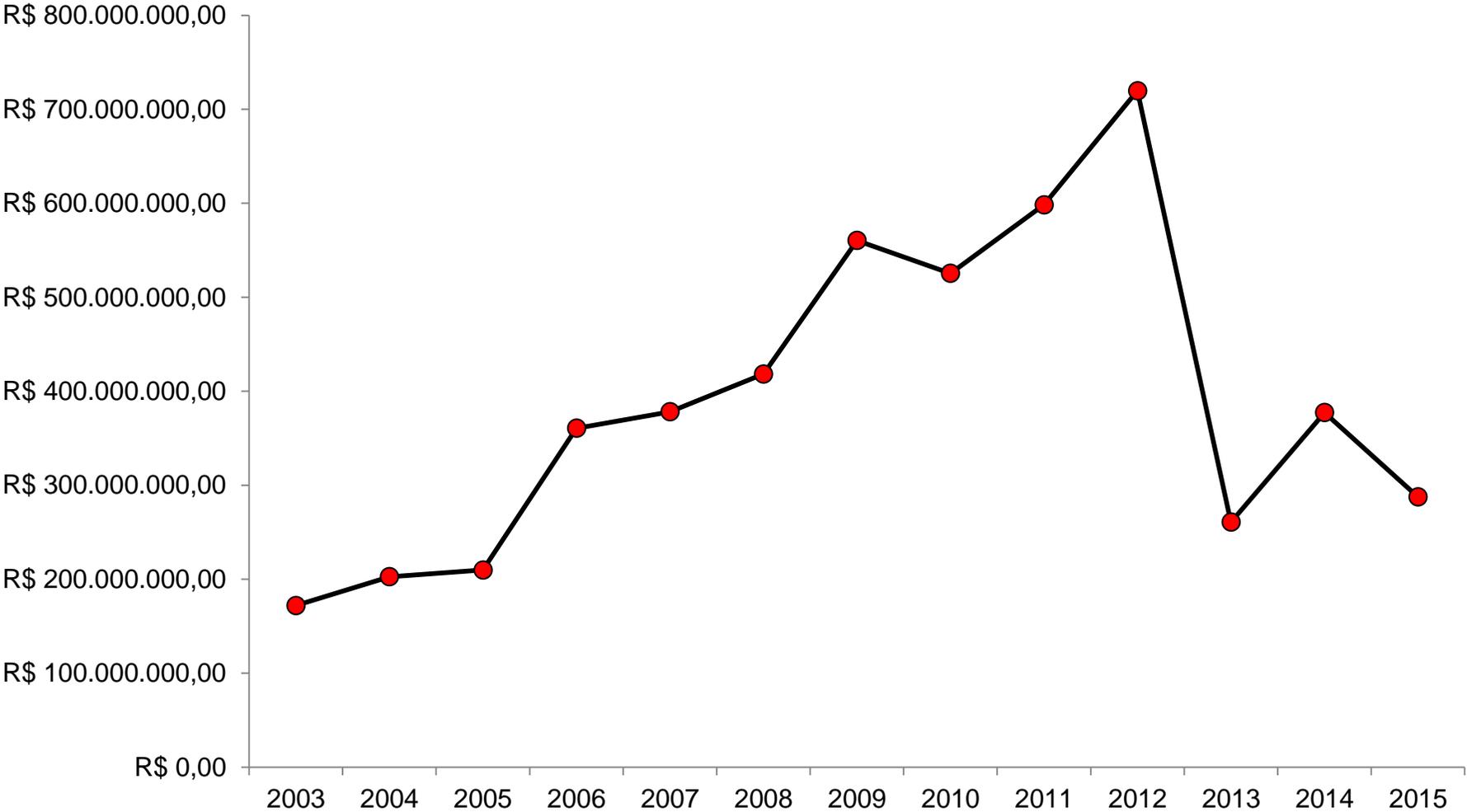
⁸ Com correção pelo IGP/DI da Fundação Getúlio Vargas tendo-se como referência o mês de Janeiro de 2016.

Figura 1. Recursos financeiros em R\$ do MDA/MDS aplicados anualmente na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2015



Fonte: Adaptado de CONAB (2016).

Figura 2. Recursos financeiros em R\$ do MDA/MDS aplicados anualmente (atualizados) na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2015



Fonte: Adaptado de CONAB (2016).

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

A região Centro-Oeste do Brasil, inclusive o estado de Mato Grosso, possui uma economia de caráter essencialmente agrícola. Pereira e Mendes (2002) comentam que, ao final dos anos 1960 e nos 1970, foi reservada à economia agropecuária de Mato Grosso no cenário nacional a função de produção de excedentes destinados ao consumo interno e à exportação. Tal produção pautava-se tanto no cultivo de bens de origem agrícola quanto na produção pecuária, tendo destaques a expansão da cultura da soja, da pecuária bovina, do algodão, do milho, da cana-de-açúcar, das aves e dos suínos (PEREIRA; MENDES, 2002).

A visão econômica de produtor de matéria-prima (monocultura) é uma das características marcantes do estado de Mato Grosso, ficando invisível a presença e a importância do segmento da agricultura familiar. Na verdade, nem tão invisível assim, pois são aproximadamente 105.000 estabelecimentos rurais⁹ no estado, que contribuem com aproximadamente 70% do alimento que vai à mesa da população estadual, salientando-se as cadeias produtivas do leite, da piscicultura, de FLV (frutas, legumes e verduras), da mandioca e da borracha (EMPAER, 2015).

No estado em foco, o município de Tangará da Serra¹⁰ apresenta importante participação no PAA com 4 projetos aprovados¹¹ e investimento total de R\$1.759.454,88. A sede do município é distante 240 quilômetros da capital estadual,

⁹ O total de núcleos rurais do estado é estimado em 140.000 estabelecimentos rurais, sendo que, portanto, a agricultura familiar corresponde a 75% dos estabelecimentos rurais do estado. Dados do IBGE (2006) demonstram ter sido recenseado em 2006 no Mato Grosso 112.978 estabelecimentos, dos quais 86.167 (76%) eram de agricultura familiar. Para Marques, Del Grossi e França (2012) os estabelecimentos da reforma agrária no estado de Mato Grosso compreendem 50.307 (45%) do total de estabelecimentos do estado.

¹⁰ Informações da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) envolvendo o PAA nos anos de 2011 a 2014 trazem que Tangará da Serra-MT foi o 11º município em número de agricultores familiares cadastrados no Programa e o 8º em produção comercializada (quantidade em kg). O município de Mato Grosso com maior participação em número de agricultores familiares e de produção é Poconé-MT, na região da Baixada Cuiabana.

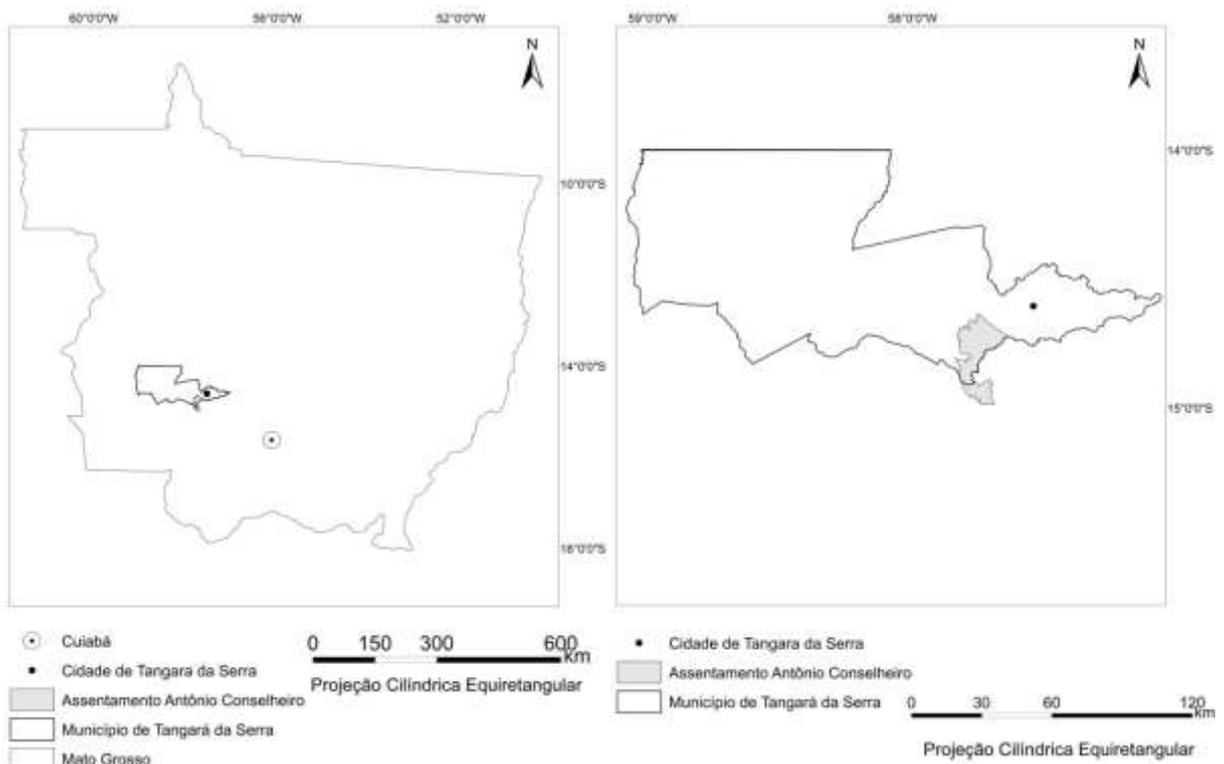
¹¹ As propostas apresentadas à CONAB que englobam o PAA no município de Tangará da Serra-MT foram encaminhadas por: 1) Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Nova Conquista – 2008 – no valor de R\$186.672,00; 2) Associação Comunitária Antônio Conselheiro Vale do Tatumã – 2010 – no valor de R\$295.651,20; 3) Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Tangará da Serra e Região – 2011 – no valor de R\$524.513,60 e 4) Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Tangará da Serra e Região – 2014 – no valor de R\$756.618,08.

Cuiabá, possui área territorial de 11.323 km², com população estimada em 94.289 habitantes (IBGE, 2016), e conta com aproximadamente 2.000 estabelecimentos rurais.

A luta pela terra, na região de Tangará da Serra-MT, por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem início no dia 09 de outubro de 1996, quando vinte núcleos com mais de cinquenta famílias cada, totalizando mais de 1.000 famílias (organizadas e preparadas anteriormente), concentram-se às margens da BR-MT 358 no município de Nova Olímpia-MT, e por meio de lutas e mobilizações, esses tem a garantia da desapropriação da Fazenda Tapirapuã, com sede no município de Tangará da Serra-MT, por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (SILVA, 2010).

O Assentamento Antônio Conselheiro, foi criado pela Portaria INCRA/SR-13/MT/Nº 109/1997 de 12 de dezembro de 1997 está localizado nos municípios de Tangará da Serra, acima referido, além de Barra do Bugres e Nova Olímpia. É pertencente à mesorregião sudoeste Mato-Grossense, microrregião de Tangará da Serra, no estado de Mato Grosso (Figura 3).

Figura 3. Localização geográfica do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Antônio Conselheiro em Tangará da Serra, estado de Mato Grosso, Brasil. 2016



Fonte: Gouveia (2016).

No local, onde seria o Assentamento, num período denominado de pré-assentamento as famílias ficaram organizadas por aproximadamente 18 meses (até o dia 11 de abril de 1998), quando cada família teve definido onde seria de fato o *seu* lote. O parcelamento dos lotes foi projetado na maior parte do Assentamento Antônio Conselheiro no tipo “raio de sol”, de modo a facilitar o sistema de cooperação, comunicação, entre as famílias e a implantação de infraestrutura próxima das mesmas tais como: água, energia elétrica, estradas, posto de saúde e outros (SILVA, 2010).

O Assentamento Antônio Conselheiro tem uma área territorial de cerca de 38.000 hectares, e divide-se internamente em 37 agrovilas e três microrregiões (municípios): Che Guevara (Tangará da Serra), Paulo Freire (Barra do Bugres) e Zumbi dos Palmares (Nova Olímpia), contando com 999 famílias assentadas (estima-se que só na microrregião Che Guevara haja mais de 600 famílias assentadas), dispondo cada família de uma área variando de 25 a 50 hectares.

Logo no início do Assentamento, quando as famílias foram para os lotes enfrentaram diversas dificuldades, tais como: de acesso aos lotes e agrovilas; de retirada da produção para comercialização; e outras tantas que passa um grupo que está iniciando a construção de um novo território. Com o passar do tempo e com muitas lutas, mobilizações e reivindicações; se percebe avanços que beneficiariam o Assentamento e os agricultores familiares assentados (SILVA, 2010).

4.2 ANÁLISE DOS DADOS: PROCEDIMENTOS

Este trabalho, de análise quantitativa e qualitativa, com informações primárias e secundárias¹², classifica-se como exploratório e descritivo, visando a proporcionar familiaridade com o problema. Com vistas a torná-lo mais explícito, sua descrição está associada à observação, registro, análise e correlações entre fenômenos ou fatos. Procurou-se o aprofundamento na compreensão do PAA para com os agricultores familiares assentados, no entanto, sem interferir no ambiente analisado. Com Richardson (1999) entende-se que a pesquisa quantitativa é também

¹² Informações secundárias foram obtidas através de levantamentos junto à Superintendência Estadual da CONAB, COOPERVIDA (Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Tangará da Serra e Região) e Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

qualitativa, visto que, não importa como foram efetuadas as medidas, o que é medido continua a possuir qualidade; portanto, as duas formas de análise podem ser consideradas como complementares, isto é, cada uma contribui à sua maneira para o entendimento do caso analisado.

A análise dos dados foi realizada a partir da tabulação dos dados levantados por meio da aplicação dos formulários de perguntas abertas e fechadas, bem como da sistematização de informações secundárias sobre o PAA. Os dados e sistematizações foram apresentados textualmente e por meio de tabelas ou de figuras.

4.3 COLETA DE DADOS

Para a definição dos agricultores familiares assentados participantes da pesquisa, delimitou-se que os mesmos deveriam figurar como beneficiários fornecedores dos três últimos projetos do PAA em Tangará da Serra (CPR-Doação 2010, CPR-Doação 2011 e CPR-Doação 2014 – este último em execução), conforme constassem na lista de beneficiários fornecedores disponível no Portal de Transparência Pública do PAA (Anexo 1, Anexo 2 e Anexo 3)¹³, e ter lotes no Assentamento Antônio Conselheiro¹⁴.

4.3.1 Retrato do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Tangará da Serra-MT

A pesquisa de campo destinada a caracterizar o PAA e seus beneficiários foi desenvolvida entre os dias 02 de junho e 01 de julho de 2015, com a aplicação de formulário de perguntas abertas e fechadas (Apêndice A) a 14 agricultores familiares assentados, sendo as questões apresentadas e as respostas anotadas pelo entrevistador no contato face a face com o entrevistado (PÁDUA, 2004).

¹³ Disponível no site:

<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>.

¹⁴ No Portal da Transparência da CONAB constam como assentados da reforma agrária, também aqueles agricultores familiares que fazem parte de Projetos de Crédito Fundiário no município de Tangará da Serra-MT, porém, na presente pesquisa os beneficiários fornecedores deveriam pertencer ao Assentamento Antônio Conselheiro.

Aplicaram-se formulários constituídos de perguntas abertas e fechadas com os seguintes intuitos: as do primeiro tipo, de modo a dar liberdade de abordagem ao pesquisado; e as do segundo, para auxiliar nas tabulações de assuntos específicos abordados. Buscou-se com a pesquisa indagar sobre o sexo, idade, escolaridade, tempo de exercício de atividades agropecuárias, tempo de residência no assentamento, condições de infraestrutura da propriedade e da moradia, atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade, produtos comercializados, formas de comercialização da produção, produtos comercializados via PAA, renda agrícola obtida pela produção, renda obtida pela comercialização via PAA, renda provinda de outras fontes, recebimento de serviços de assistência técnica e extensão rural, acesso a crédito rural, se o preço pago pelos produtos comercializados via PAA é considerado justo e remunerador, como o agricultor familiar se inseriu no programa, que motivos o levaram a participar do PAA, como se dá a organização dos produtores para participarem do programa, se após participar do programa aumentou a produção e diversificação da produção agropecuária, obteve melhorias na propriedade e na produção, entre outras informações. Assim sendo, o formulário constituía-se de questões que abordam os seguintes blocos temáticos: a) família, trabalho e infraestrutura básica; b) produção, comercialização e renda; c) participação, organização e apoio para comercializar com o PAA e d) influências pós-comercialização com o PAA.

4.3.2 Análise financeira da produção de abóbora, banana e mandioca

Desenvolveu-se entre os dias 19 e 25 de novembro de 2015, esta parte do estudo voltada a análise financeira¹⁵, com a aplicação de formulário de perguntas abertas e fechadas (Apêndice B) a três agricultores familiares assentados (um agricultor para cada cultura, a saber, abóbora, banana e mandioca, tendo-se por critério de participação serem representativos dos produtores locais na respectiva cultura); as questões foram propostas, bem como as respostas anotadas, pelo entrevistador no contato face a face com cada entrevistado (PÁDUA, 2004).

¹⁵ A escolha das culturas da abóbora, da banana e da mandioca para a análise financeira é reflexo dos resultados obtidos no primeiro momento da pesquisa de campo, uma vez que, as três culturas foram as de maior comercialização com o PAA (CPR Doação 2014) por parte dos agricultores familiares assentados do Assentamento Antônio Conselheiro de Tangará da Serra-MT.

A metodologia do cálculo do custo de produção foi a definida por Matsunaga et al. (1976) acerca do Custo Operacional Total (COT), seguindo a descrição feita por Martin et al. (1998). A estrutura do Custo Operacional Total de produção das três atividades focalizadas é formada pelos seguintes componentes:

A) Despesas com Operações Mecanizadas - são os custos com as operações agrícolas utilizadas no sistema produtivo, representados pelas despesas do produtor em reais (R\$.ha⁻¹) com hora/máquina (hm)¹⁶ para a realização da gradagem da área no preparo do solo para o cultivo de abóbora e de mandioca;

B) Despesas com Operações Manuais - constituem as despesas com atividades realizadas por hectare: i) despesas com preparo da área, na obtenção de mudas/manivas, distribuição das mudas/manivas e plantio das mudas/manivas/sementes na área em reais (R\$) por homem/dia (hd)¹⁷, ii) tratamentos culturais em reais (R\$) por homem/dia (hd), na abertura das covas de abóbora, banana e mandioca, no coroamento da touceira da banana, na limpeza do cultivo de abóbora, banana e mandioca, na aplicação de fertilizantes de base e de cobertura de abóbora e na aplicação de inseticida no controle de insetos na abóbora, iii) colheita e encaixamento das abóboras, dos cachos de banana, da mandioca em reais (R\$) por homem/dia (hd);

C) Despesas com Material Consumido - são as despesas relativas à quantidade de cada material consumido na atividade multiplicada pelo preço de aquisição: i) sementes de abóbora, ii) fertilizantes de base e de cobertura e iii) produtos fitossanitários - inseticida;

D) Custo Operacional Efetivo (COE) - constitui o somatório das despesas A, B e C e representa o desembolso, por hectare, realizado pelo agricultor assentado para produzir determinada quantidade de produto;

E) Outros custos operacionais - correspondem à parte das despesas gerais da empresa agrícola e podem ser estimados sobre 5% do percentual do COE (MARTIN et al., 1998);

F) Custo Operacional Total (COT) - é o somatório do COE e dos outros custos operacionais, representando aquele custo em que o agricultor familiar assentado

¹⁶ Levando-se em consideração o preço cobrado localmente de R\$100,00 por hora/máquina por prestador deste serviço ao agricultor familiar assentado de Tangará da Serra-MT.

¹⁷ Levando-se em consideração o preço cobrado localmente de R\$80,00 pelo trabalho homem/dia por prestador deste serviço em Tangará da Serra-MT, mesmo que este serviço tenha sido realizado pela mão de obra do próprio agricultor(a) familiar assentado(a) ou de familiar.

incorre no curto prazo para produzir e para repor outros gastos, por hectare, e continuar produzindo.

Alerta-se que neste estudo não foram levados em consideração os custos de oportunidade da atividade produtiva relativos à remuneração do capital fixo em terra, instalações e máquinas, que se somados ao COT corresponderiam ao Custo Total de Produção (CTP).

Já para a análise econômica da atividade, foram determinados os seguintes indicadores econômicos, conforme descrevem Martin et al., (1998):

A) Receita Bruta (RB): trata-se da receita esperada para a atividade¹⁸ e o respectivo rendimento por hectare, por um preço de venda pré-definido (produtividade da abóbora, banana-maçã, banana da terra e mandioca em $\text{kg}\cdot\text{ha}^{-1}$ x preço de venda do produto em $\text{R}\$.\text{kg}^{-1}$);

B) Lucro Operacional (LO): é constituído da diferença entre os valores da receita bruta (RB) e o custo operacional total (COT) por hectare de abóbora, banana-maçã, banana da terra e mandioca ($\text{LO} = \text{RB} - \text{COT}$);

C) Índice de Lucratividade (IL): demonstra a relação entre o LO e a RB, em percentagem ($\text{IL} = (\text{LO}/\text{RB}) \times 100$), sendo uma medida que mostra a taxa disponível (%) de receita da atividade após o pagamento de todos os custos operacionais;

D) Margem Bruta (MB): indica a margem de relação da RB ao COT ($\text{MB} = (\text{RB}-\text{COT})/\text{COT} \times 100$), isto é, caracteriza qual é a disponibilidade (%) para cobrir os demais custos fixos, o risco e a capacidade empresarial do produtor assentado;

E) Ponto de Nivelamento (Produção): permite visualizar, dados os custos de produção da abóbora, banana-maçã, banana da terra e mandioca e o preço de venda (pv) do produto, qual a quantidade deste produto necessária para pagar os custos operacionais totais ($\text{Produção} = \text{COT}/\text{pv}$);

F) Ponto de Nivelamento (Preço): permite visualizar, dados os custos operacionais totais da abóbora, banana-maçã, banana da terra e mandioca e a produtividade (p) do sistema produtivo, qual o preço de comercialização da abóbora, banana-maçã, banana da terra e mandioca necessário para pagar os custos de produção ($\text{Preço} = \text{COT}/\text{p}$).

¹⁸ Definida a partir dos preços de comercialização praticados pelo agricultor familiar assentado na produção de abóbora, banana e mandioca, tanto para o mercado tradicional (comercialização com intermediário e/ou venda direta), quanto para com o PAA (CPR Doação 2014).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Referem-se os resultados apresentados e discutidos a seguir, à tabulação de dados qualitativos e quantitativos colhidos a partir dos formulários aplicados junto a agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT integrantes dos projetos CPR-Doação 2010, CPR-Doação 2011 e CPR-Doação 2014 do PAA e de informações secundárias sobre o programa no município.

5.1 RETRATO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT

Os resultados e discussões concernentes ao retrato do PAA no município de Tangará da Serra-MT estão divididos, como se verá na sequência, em 4 (quatro) seções temáticas, resultantes da aplicação de quatorze formulários junto a agricultores familiares assentados: i) retrato do(a) entrevistado(a), da família, do trabalho e da infraestrutura básica; ii) retrato da produção, da comercialização e da renda; iii) retrato da participação, organização e apoio para comercialização com o PAA e iv) retrato de influências, pós-participação no PAA, sobre a produção, comercialização e vida do agricultor familiar assentado.

5.1.1 Retrato do(a) entrevistado(a), da família, do trabalho e da infraestrutura básica dos agricultores familiares assentados beneficiários do PAA de Tangará da Serra-MT

Dos agricultores familiares entrevistados do Assentamento Antônio Conselheiro, o percentual de 35,70% correspondeu às entrevistadas do sexo feminino e a participação do sexo masculino foi de 64,30%.

A participação feminina no PAA em Tangará da Serra-MT no projeto CPR-Doação 2014 é de 41,46% e, a masculina, de 58,54%. O percentual de participação feminina está respeitando o proposto pela Resolução nº44/2011 GGPA, a qual indica em seu artigo 4º que, “nas operações realizadas na modalidade de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, será exigida a participação de, pelo menos, quarenta por cento de mulheres, do total de produtores fornecedores [...]” (GGPA, 2011, p. 2).

Entre os motivos de na presente pesquisa, o percentual de entrevistadas ser menor que o proposto pelo GGPA, pode estar o fato de que, nos primeiros projetos de PAA do município, a participação de mulheres era menor, tanto que no ano de 2010 a participação feminina correspondeu somente a 20,61%, e em 2011 este índice aumentou para 21,85%. Evidencia-se que, anteriormente à exigência mínima, tinha-se percentuais menores de mulheres como fornecedoras de alimentos ao Programa.

Essa característica evolutiva da presença feminina no contexto do PAA também se percebe em Siliprandi e Cintrão (2014), que relatam que no ano de 2008 28% de produtores fornecedores correspondiam à participação das mulheres, e para o ano de 2012 esta presença já era de 35% em nível nacional. Em oposição, Holanda (2012), estudando o PAA nos Territórios da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu, no estado do Ceará, delimitou a participação feminina nos projetos do Programa em 25,24% no ano de 2010 e 22,87% em 2011.

Gonzaga (2015), em estudo sobre o PAA no município de Pereira Barreto-SP, em áreas de assentamento, verificou que a participação feminina foi de 47% e a masculina de 53%, mas que, na maioria dos casos, quem se responsabilizava pela organização de quais produtos entregar ao Programa, administração da horta, processos de assepsia e de embalagem dos produtos era a mulher.

Apesar de indícios de que a participação formal de mulheres seja maior devido a características próprias do Programa (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015), uma vez que a prática agrícola de quintal em muitos casos é desenvolvida pela mulher (MAIA; FERRANTE, 2014). Também Marques, Moal e Andrade (2014) retratam que no Pontal do Paranapanema-SP as mulheres estiveram em grande medida na linha de frente de interesse em participar do PAA, já que o Programa foi visto como possibilidade de incremento de renda devido à comercialização de produtos dos quintais em torno das casas.

Dos entrevistados, 7,14% têm de 20 a 29 anos de idade (Tabela 2), também 7,14% possuem de 30 a 39 anos, 21,43% está entre 40 e 49 anos, 35,71% possuem de 50 a 59 anos e 28,57% têm 60 anos ou mais de idade; na média, a idade dos agricultores familiares assentados é 51,5 anos.

Hespanhol (2013) comenta que em Dracena-SP a idade média dos agricultores familiares que participam do PAA é de 50 anos. Paula e Hespanhol (2012), ao estudarem o PAA em assentamento de Presidente Prudente-SP,

identificaram que 70% de seus entrevistados possuíam idade acima de 50 anos de idade, fator que pode indicar problemas de sucessão familiar no lote. Para Gonzaga (2015), em Pereira Barreto-SP 42% dos entrevistados tinha mais de 50 anos.

Tabela 2. Idade do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Idade	Frequência (%)
20 - 29 anos	7,14
30 - 39 anos	7,14
40 - 49 anos	21,43
50 - 59 anos	35,71
60 anos ou mais	28,57
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Como se pode observar, a força de trabalho, devido um número significativo de entrevistados idosos (28,57%) já se encontra diminuída, ou em idade considerada como não ativa, com perceptível transição da idade adulta para a idade avançada, situação igualmente percebida em assentamento de Ilha Solteira-SP (SIMONATO et al., 2014). Moraes e Sant'Ana (2015), pesquisando assentamento de Nova Xavantina-MT, em relação à idade dos proprietários dos lotes também observaram esse descompasso entre os entrevistados, visto que naquele município somente 12% dos entrevistados situavam-se entre 20 e 30 anos, 40% tinham entre 41 e 50 anos, 24% mais de 50 anos e outros 24%, mais de 60 anos.

E não é só o envelhecimento do rural, mas também a baixa presença relativa de jovens que deve preocupar quanto à capacidade de reprodução social do segmento da agricultura familiar. Os números do presente estudo assemelham-se à tendência do rural brasileiro relatada em inúmeros autores em que é cada vez menor a participação de jovens no meio rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; ANJOS; CALDAS, 2015). Gonzaga (2015), por exemplo, constata que em Pereira Barreto-SP somente 11% dos entrevistados que realizam comercialização com o PAA têm menos que 30 anos.

O nível de escolaridade do agricultor familiar assentado é apresentado na Tabela 3. Verifica-se que, dos entrevistados, 78,54% possuem o ensino fundamental

incompleto, fator bastante corriqueiro em se tratando do rural brasileiro em que a população apresenta baixo nível de escolaridade; no entanto, é importante ressaltar também que nenhum dos entrevistados respondeu não ser alfabetizado; e com ensino fundamental completo, ensino médio e ensino superior tem-se participação percentual de 7,14% para cada nível.

Tabela 3. Nível de escolaridade do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Escolaridade	Frequência (%)
Ensino Fundamental Incompleto	78,54
Ensino Fundamental Completo	7,14
Ensino Médio	7,14
Superior Completo	7,14
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Esses números da presente pesquisa são muito animadores, uma vez que contrastam com os apresentados por Bergamasco (1997), que então apontavam para os assentados da reforma agrária o percentual de 39,40% de analfabetos e/ou com alfabetização incompleta, 39,40% com ensino primário incompleto, e somente 21,20% com mais que ensino primário (atual 5º ano), e são também maiores que o percentual obtido de 13,75% para agricultores familiares assentados que estudaram além do ensino fundamental (INCRA, 2010).

Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2010) identificaram que na região Centro-Oeste a presença de analfabetos no rural é de 8,40%, percentual bem menor que a média nacional rural (24,5%), e que para a mesma região os níveis de escolaridade no ensino fundamental completo, ensino médio e ensino superior atingem percentuais de 12,6%, 13,2% e 6,4% respectivamente.

Scheuer et al. (2016) constataram que em São José dos Quatro Marcos-MT o nível de escolaridade dos agricultores familiares participantes do PAA é de 97,83% e 2,17% são considerados analfabetos; dos alfabetizados 56,52% possuem ensino fundamental incompleto, 13,04% ensino fundamental completo, 21,74% ensino médio e 6,52% ensino superior. Queiroz et al. (2015), em pesquisa com agricultores familiares que participam do PAA em Curvelândia-MT, relatam que todos os

entrevistados possuíam alguma escolaridade, e destes 54,54% tinham ensino fundamental completo, 27,23% ensino médio, 4,5% ensino médio incompleto, 9,23% ensino superior incompleto e 4,5% tinham concluído o nível técnico.

Em Gonzaga (2015), retratando os entrevistados de Pereira Barreto-SP, tem-se que 13,2% se declararam sem escolaridade, 47% com ensino fundamental incompleto, 13,2% ensino fundamental completo, 18,4% concluíram o ensino médio, 5,3% possuem algum curso técnico e somente 2,6% concluíram o ensino superior. Doretto e Michellon (2007) afirmam que em Cerro Azul-PR, das pessoas de referência do lote ou parcela que participam do PAA, não se constatou a presença de analfabetas, contudo em Querência do Norte-PR em torno de 1/6 dessas pessoas era analfabeta e, independentemente do município de análise, os demais membros do núcleo familiar possuem nível educacional menor ou igual ao da pessoa de referência, e 2/3 destes não estavam matriculados em nenhum curso de formação escolar.

Moraes e Sant'Ana (2015), no que diz respeito ao nível de escolaridade, apresentam que em Nova Xavantina-MT a maioria dos proprietários de lotes do assentamento não possui sequer o ensino fundamental completo (68%), 16% possui ensino médio incompleto, 8% ensino médio, além de outros 8% serem considerados analfabetos.

Dos entrevistados, todos responderam ter experiência anterior à residência no Assentamento Antônio Conselheiro com atividades da agricultura e/ou agropecuária, sendo que esta também se alonga com a ocupação pregressa (pai, mãe e irmãos). A experiência dos agricultores familiares assentados variou de 6 anos a mais de 21 anos (Tabela 4), sendo que 71,40% dos entrevistados responderam ter 21 anos ou mais de experiência com a agricultura e/ou pecuária. Já para a faixa de experiência de 11 a 15 anos e também de 16 a 20 anos, 7,14% dos entrevistados declaram ter este tempo de experiência, e 14,28% dos entrevistados responderam possuir de 6 a 10 anos de experiência.

Já Bergamasco (1997) aponta que, em nível de Brasil, 74,10% dos assentados da reforma agrária já tinham trabalhado com agricultura anteriormente ao assentamento, na forma de arrendatários, parceiros, foreiros, posseiros, ocupantes, assalariados e também proprietários. Bavaresco (2001) expõe que na Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, 100% dos agricultores familiares assentados também tinham experiência pregressa na agricultura ou agropecuária,

sendo que, anteriormente, trabalhavam com pais ou parentes (63%), 20% eram pequenos proprietários, 7% eram assalariados rurais e 10% eram arrendatários ou agregados. Moraes e Sant'Ana (2015), em Nova Xavantina-MT, no que se refere ao tempo em que os proprietários dos lotes trabalhavam como agricultores, notaram que a grande maioria (68%) destes estava na atividade desde a infância.

Tabela 4. Experiência com agricultura e/ou agropecuária em anos do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Experiência	Frequência (%)
6 a 10 anos	14,28
11 a 15 anos	7,14
16 a 20 anos	7,14
21 anos ou mais	71,40
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Outro indicador importante que se deve somar à experiência é o tempo de residência no Assentamento Antônio Conselheiro. Nesta pesquisa 100% dos entrevistados afirmaram ali residir há mais de 6 anos (Tabela 5). Para 21,43% deles este tempo fica nas faixas de 6 a 10 anos e 11 a 15 anos, e para 16 anos ou mais de residência o percentual é de 57,14%, sendo estes últimos beneficiários iniciais do projeto do assentamento.

Tabela 5. Tempo de residência em anos do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Experiência	Frequência (%)
6 a 10 anos	21,43
11 a 15 anos	21,43
16 anos ou mais	57,14
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Hespanhol (2013) verificou que os agricultores familiares participantes do PAA em Dracena-SP residem em sua grande maioria (80%) há mais de 20 anos na propriedade.

Entre nossos entrevistados que participam do PAA, foi inquerido se eram residentes ou não no lote, e o número variou de nenhum residente a 5 residentes por família (Tabela 6), sendo que 7,14% não são residentes no lote mas residem com os pais em outro lote da reforma agrária no mesmo Assentamento e assim se deslocam ao lote para desenvolver as atividades agrícolas. Já a frequência de duas pessoas residentes no lote, que correspondem aos cônjuges (homem e mulher), foi de 35,71%, sendo a situação mais corriqueira; a presença de 3 residentes no lote foi constatada em 7,14% dos entrevistados, com 4 residentes 21,43% e com 5 residentes 28,57%, o que mostra 50% das famílias com 4 ou mais residentes no lote.

Tabela 6. Número de pessoas residentes em cada lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Residentes no Lote	Frequência (%)
Nenhuma pessoa	7,14
2 pessoas	35,71
3 pessoas	7,14
4 pessoas	21,43
5 pessoas ou mais	28,57
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Os dados da Pesquisa sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária (PQRA) demonstram que as famílias de assentados da reforma agrária são compostas em sua maioria por 4 ou mais integrantes (56%) (INCRA, 2010). Queiroz et al. (2015) retratam que, em Curvelândia-MT, 45,46% das famílias que comercializavam com o PAA possuíam dois residentes na propriedade, 13,63% apresentavam três residentes, 27,28% contavam com quatro residentes e 13,63% destas famílias possuíam 5 residentes. Gonzaga (2015), em Pereira Barreto-SP, constatou por sua vez, que das famílias

entrevistadas que comercializam com o PAA, 34% eram compostas por duas pessoas (cônjuges), 29% relataram ter três pessoas residentes, 13% tinham quatro pessoas, também 13% contavam com 5 pessoas, 8% com seis pessoas na composição familiar do lote, e somente 3% dos entrevistados residia sozinho.

Porém, quando questionados os sujeitos desta pesquisa sobre o número de pessoas da família que trabalham no lote, a situação apresenta alteração (Tabela 7). Na grande maioria dos casos somente dois membros do núcleo familiar trabalham no lote (71,40%). Já o trabalho de uma pessoa ou de 4 pessoas da família foi encontrado para 14,28% dos casos.

Tabela 7. Número de pessoas da família que trabalha no lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Trabalho no Lote	Frequência (%)
1 pessoa	14,28
2 pessoas	71,40
3 pessoas	-
4 pessoas	14,28
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Queiroz et al. (2015) constataram que, das famílias que comercializam com o PAA em Curvelândia-MT, a grande maioria contava com o trabalho de até dois membros do núcleo familiar, sendo que 59,09% das famílias tinham dois trabalhadores no estabelecimento, 9,09% destas possuíam somente um trabalhador; já 32,63% das propriedades contavam com o trabalho de 3 a 5 pessoas no estabelecimento.

Marques, Del Grossi e França (2012) constatam que o número médio de pessoas ocupadas por estabelecimento da reforma agrária em nível nacional é 3,1 pessoas, e no estado de Mato Grosso esse número é de 2,6 pessoas.

Tem-se também que na presente pesquisa, para 71,40% das famílias dos entrevistados, o trabalho dos membros do núcleo familiar é realizado em tempo integral no lote. Somente 28,56% das famílias têm ocorrência de trabalho parcial:

nestes casos, 1 membro do núcleo familiar trabalha fora do lote, na condição de empregado permanente, empregado temporário ou como comerciário.

De acordo com Doretto e Michellon (2007) nos municípios de Cerro Azul e Imbaú, no estado do Paraná, em torno de 1/3 dos domicílios de agricultores beneficiários do PAA tem trabalho fora do estabelecimento, e isso pode ser atribuído à característica da produção agropecuária local, pois os agricultores são desprovidos de recursos técnicos e econômicos, situação que não difere muito dos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT. Acrescenta-se, com Marques, Moal e Andrade (2014) que, na região do Pontal do Paranapanema-SP, os agricultores familiares assentados praticam atividades agrícolas e não agrícolas, conforme a oportunidade; sendo que o trabalho fora do lote está se tornando cada vez mais importante e que o PAA pode ser uma perspectiva convincente para evitar o crescimento do proletariado rural.

Apurou-se que no presente estudo, 57,14% das famílias dos entrevistados realizam a contratação de mão de obra para atender às demandas do lote. A contratação de diarista (trabalho parcial) ocorre para realizar trabalho específico em tempo de maior demanda, em especial plantio, tratos culturais e colheita quando na produção agrícola; e também nos procedimentos de vacinação, cura de animais e construção/conserto de cercas ou currais, na produção pecuária.

Por outro lado, a contratação de trabalho fixo não foi encontrada na presente pesquisa, da mesma forma que em trabalho de Gonzaga (2015) em Pereira Barreto-SP e de Camargo et al. (2013) em Itapetininga-SP, ambos em estudos do PAA. Agapto et al. (2012) constataram que em Campina do Monte Alegre-SP nenhum participante do PAA possuía trabalhadores fixos contratados, porém os agricultores familiares deste município, em 40,20% dos casos, realizavam a contratação de mão de obra ou serviços em determinados períodos, cabendo os destaques para atividades que exigem mecanização (preparo do solo para plantio). Gonzaga (2015) comenta que em Pereira Barreto-SP os entrevistados que se utilizam de ajuda de terceiros para o serviço no lote realizam a troca de dias de serviço com vizinhos e amigos ou contratam diarista. Para Queiroz et al. (2015), em Curvelândia-MT, a mão de obra utilizada na produção dos agricultores que comercializam com o PAA é familiar.

Quanto à residência construída nos lotes dos entrevistados, eram em sua maioria de alvenaria (78,54%); as de madeira corresponderam a 14,28%, e 7,14%

destas foram classificadas como de construção mista, ou seja, construção conjunta de materiais de madeira e alvenaria. De modo geral, as residências dos entrevistados apresentam condições de qualidade que atendem as exigências básicas para moradia da família.

Apesar de as residências no meio rural serem mais precárias que no meio urbano, 68,90% dos domicílios do rural brasileiro já são de alvenaria (MELO; DI SABBATO, 2006). Sousa, Lara e Souza (2012), no estado do Sergipe, por exemplo, apresentam que 93,62% das residências possuem paredes de alvenaria, sendo que 83,85% das famílias comentavam estar satisfeitas ou muito satisfeitas com as condições das casas. Segundo Gonzaga (2015), em Pereira Barreto-SP, há um predomínio de construções de alvenaria nos assentamentos objeto de estudo sobre o PAA no município. Destaca-se que todos esses números são muito maiores que os apresentados por Bergamasco (1997), com somente 22,90% das residências de alvenaria.

Todas as residências dos entrevistados contavam com o fornecimento de energia elétrica por rede, que lhes permite desde iluminação básica da residência como a utilização de bens que necessitam de energia elétrica, com utilidade tanto para o trabalho agropecuário como não agropecuário.

Percebeu-se que a presença de energia elétrica no meio rural foi muito alterada nos últimos anos, uma vez que no ano de 1996 somente 20% das famílias beneficiárias da reforma agrária possuíam energia elétrica (BERGAMASCO, 1997), e para o ano de 2010 este percentual tinha subido para 76,48% (INCRA, 2010). Ademais Sousa, Lara e Souza (2012) observaram que 96,61% das famílias assentadas do estado do Sergipe tinham rede de energia elétrica no lote ou parcela. Corroboram Mello e Figueiredo (2012) afirmando que em Cuiabá-MT, 93% dos agricultores familiares que comercializam com o PAA dispõem do fornecimento de energia elétrica.

Estes resultados recentes, de certa forma, demonstram uma melhoria nas condições de moradia e fornecimento de energia para o rural, reflexos das políticas públicas recentes voltadas ao segmento da agricultura familiar, consequências do PNHR, Programa Luz para Todos, entre outras, que agem de forma direta ou indireta em benefício do segmento.

Já quanto à fonte de água dos entrevistados, 57,14% responderam possuir poço próprio como fonte de água para a residência (Tabela 8), 35,71% utilizam

como fonte de água o rio, um córrego ou alguma mina de água que esteja próximo ou nas divisas do lote, e somente 7,14% dos entrevistados declararam usar como fonte de água da residência um poço artesiano comunitário, ou seja, água procedente de uma rede de distribuição coletiva.

Tabela 8. Fonte de água do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Fonte de Água	Frequência (%)
Poço Próprio	57,14
Rio – Córrego – Mina de Água	35,71
Poço Artesiano Comunitário	7,14
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Os números da presente investigação seguem, em parte, a tendência nacional apontada por Melo e Di Sabbato (2006) de que, em assentamentos da reforma agrária, 73,70% dos estabelecimentos têm água proveniente de um poço próprio ou nascente, e 24% têm água procedente de uma rede geral de distribuição. Por outro lado, Sousa, Lara e Souza (2012), para as condições do estado de Sergipe, registram que 72,35% das famílias contam com rede geral de água encanada no lote.

Os lotes da reforma agrária dos entrevistados apresentam área de dimensões que variam de 25 a 44 hectares (Tabela 9). A maioria dos lotes, 57,14%, possui área de 25 a 29 hectares, 28,57% têm área que varia de 30 a 34 hectares, e somente 14,28% possuem área maior que 40 hectares, mas todos com área de dimensões menores que 45 hectares, sendo que a área média dos lotes foi de 30,63 hectares¹⁹.

Marques, Del Grossi e França (2012) comentam que a área média dos estabelecimentos de beneficiários da reforma agrária no Brasil é de 49,3 hectares, sendo a área média aproveitável de 39,2 hectares, enquanto Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2010) apontam que a área média de um lote ou parcela de assentado da reforma agrária é de 26,2 hectares. Ao mesmo tempo, os números do presente estudo divergem de Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2010) e de

¹⁹ O módulo fiscal definido para o município de Tangará da Serra-MT é de 80 hectares (INCRA, 2013).

Marques, Del Grossi e França (2012), uma vez que para ambos, no estado de Mato Grosso, tem-se concentração de áreas de agricultores familiares assentados com mais de 50 hectares²⁰.

Tabela 9. Área do lote em hectares do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Área do Lote	Frequência (%)
25 a 29 hectares	57,14
30 a 34 hectares	28,57
35 a 39 hectares	-
40 a 44 hectares	14,28
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Temos ainda Queiroz et al. (2015), verificando que as propriedades dos agricultores familiares de Curvelândia-MT que comercializam com o PAA tinham até 25 hectares; Hespanhol (2013), comenta que a extensão territorial das propriedades dos agricultores familiares participantes do PAA em Dracena-SP varia de 5 a 15 hectares; Doretto e Michelon (2007), no estado do Paraná constataram que as áreas variam de menos de 10 hectares até 50 hectares. Por fim Mattei (2007), para o estado de Santa Catarina, retrata que praticamente não foram registrados estabelecimentos com área superior a 50 hectares, ficando a grande maioria na faixa de até 20 hectares. Ou seja, percebe-se que os beneficiários do PAA são predominantemente agricultores familiares com áreas menores que 50 hectares.

5.1.2 Retrato da produção, da comercialização e da renda dos agricultores familiares assentados beneficiários do PAA de Tangará da Serra-MT

Das culturas agrícolas, diagnosticou-se uma grande diversidade de espécies com importância econômica (como geradoras de renda e também sustento da família) para os agricultores familiares assentados. A diversidade produtiva é uma característica marcante da agricultura familiar. Para o caso estudado, essa

²⁰ Os módulos fiscais definidos para os municípios do estado de Mato Grosso variam de 60 a 100 hectares, exceto a capital Cuiabá-MT onde o módulo fiscal é de 30 hectares (INCRA, 2013).

diversidade fica mais evidente para a horticultura nas atividades de fruticultura e olericultura, sendo produzidos e com importância econômica: banana, mandioca, abóbora, melancia, laranja, limão, hortaliças folhosas, batata-doce e quiabo (Tabela 10).

Tabela 10. Culturas agrícolas de 1ª, 2ª e 3ª importância econômica no lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Culturas Agrícolas	1ª Importância Frequência (%)	2ª Importância Frequência (%)	3ª Importância Frequência (%)
Banana	78,54	7,14	-
Mandioca	7,14	42,84	7,14
Abóbora	-	14,28	35,71
Melancia	7,14	7,14	7,14
Laranja	-	7,14	-
Limão	-	-	7,14
Hortaliças Folhosas	-	7,14	-
Batata-doce	-	-	7,14
Quiabo	-	-	7,14
Sem Produção Agrícola	7,14	-	-
TOTAL	100	85,68	71,40

Fonte: Elaboração do autor.

A cultura da banana foi considerada a de principal importância econômica para a maioria dos entrevistados (78,54%), sendo presente e geradora de renda para 85,68% destes. A cultura da mandioca foi a segunda em importância econômica, citada por 57,14% dos entrevistados, sendo que 7,14% destes têm na referida cultura sua principal atividade, para 42,84% esta é a segunda principal cultura e para 7,14% é a terceira em importância. A terceira cultura mais importante economicamente foi a abóbora, citada também por 50% dos entrevistados, porém não foi considerada a de maior importância por nenhum deles, e sim a segunda para 14,28% e principalmente mencionada como a terceira (35,71%). É interessante, ao mesmo tempo, perceber que dos entrevistados somente 7,14% declarou não ser as culturas agrícolas as de maior importância.

Acerca destas culturas agrícolas produzidas e dotadas de importância econômica, os entrevistados foram questionados quanto à importância das mesmas na comercialização com o PAA. A diversidade de comercialização com o Programa é menor que a diversidade produtiva do lote, uma vez que obteve o relato de que são destinados ao PAA: banana, mandioca, abóbora, melancia, laranja, limão e batata-doce (Tabela 11).

Tabela 11. Culturas agrícolas de 1ª, 2ª e 3ª importância de comercialização com o PAA no lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Culturas Agrícolas	1ª Importância Frequência (%)	2ª Importância Frequência (%)	3ª Importância Frequência (%)
Banana	71,40	-	-
Mandioca	7,14	42,84	-
Abóbora	-	7,14	28,57
Melancia	-	7,14	7,14
Laranja	-	7,14	-
Limão	-	-	14,28
Batata-doce	-	-	7,14
Sem Comercialização	21,43	-	-
TOTAL	100	64,27	57,14

Fonte: Elaboração do autor.

Foi a cultura da banana novamente a mencionada como de maior importância na comercialização com o PAA, tanto que 71,40% dos entrevistados citaram ter comercializado banana com o Programa. A segunda cultura mais comercializada foi a mandioca, sendo que para 7,14% deles foi a principal cultura agrícola comercializada e para 42,84% foi a segunda; portanto, 50% dos entrevistados comercializaram mandioca com o PAA. E a terceira cultura mais citada foi a abóbora (35,71% dos entrevistados), porém esta cultura não se mostrou de maior importância para nenhum entrevistado, foi a segunda em importância para 7,14%, e, por fim, foi sobretudo a terceira cultura de importância na comercialização com o PAA para 28,57% dos entrevistados.

Gonzaga (2015), em Pereira Barreto-SP, teve por sua vez como culturas agrícolas com maiores índices de participação na comercialização com o PAA a abóbora, a mandioca, a alface e o cheiro-verde.

Vale destacar que 21,43% dos entrevistados de Tangará da Serra-MT não comercializaram nenhuma cultura agrícola para o projeto CPR-Doação 2014, conforme Tabela 11, acima exposta. Destes, 7,14% não o fizeram por não possuírem produção agrícola de interesse econômico; já 14,28% dos entrevistados ainda não tinham produção agrícola desde o início efetivo da comercialização do Projeto no município (iniciada em final de abril e início de maio de 2015), e devido a isso ainda não tinham realizado comercialização via PAA, e destes, 7,14% dos agricultores familiares assentados estavam a implantar horta e 7,14% estavam a esperar o início das chuvas da região para iniciar um planejamento de produção/comercialização com o PAA.

Diferentemente da situação da produção agrícola, a produção animal de importância econômica (geradora de renda e também sustento da família) foi citada por todos os entrevistados. A produção de gado de leite foi a que se mostrou de maior importância para 42,84% dos entrevistados. Quanto à produção de gado de corte, esta foi citada como de maior importância para 28,57% dos entrevistados, sendo para a produção de carne em 21,43% dos casos e para cria e/ou recria em 7,14% (Tabela 12).

Assim sendo, percebe-se a grande importância da produção de gado (leite e corte) para os agricultores familiares assentados, já que 71,40% dos entrevistados se referiram à atividade como a de maior importância, quando se trata de produção animal. Os entrevistados citaram também a produção de aves (14,28%) e de suínos (14,28%) como de principal importância econômica, sendo a produção de aves também a segunda em importância econômica para 64,27% dos entrevistados, portanto 78,54% dos entrevistados produzem aves. A produção de suínos está presente em 57,14% dos lotes, sendo que para 42,84% destes é a terceira em importância econômica. É interessante ao mesmo tempo notar que 42,84% dos entrevistados declaram ter três tipos de produção animal de importância econômica, ressaltando, mais uma vez, a diversidade produtiva do segmento da agricultura familiar.

Tabela 12. Produção animal de 1ª, 2ª e 3ª importância econômica no lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Produção Animal	1ª Importância Frequência (%)	2ª Importância Frequência (%)	3ª Importância Frequência (%)
Gado de Leite	42,84	-	-
Gado de Corte – Carne	21,43	-	-
Gado – Cria e/ou Recria	7,14	14,28	-
Aves	14,28	64,27	-
Suínos	14,28	-	42,84
TOTAL	100	78,54	42,84

Fonte: Elaboração do autor.

Da mesma forma, Gonzaga (2015) também aponta a grande importância e diversidade que apresenta a produção animal para os agricultores familiares assentados em Pereira Barreto-SP, para o caso, também, a produção de bovinos de leite, bovinos de corte, aves e suínos.

Na comercialização da produção animal com o PAA, diversamente da produção agrícola, somente 14,28% dos entrevistados a realiza, com a venda de carne bovina. A justificativa para tal situação pode ser encontrada nas rígidas exigências sanitárias colocadas para a comercialização de produtos de origem animal, neste caso, também válidas para participação no Programa.

Veloso e Hespanhol (2012) e também Grisa et al. (2011) comentam que a carência de serviços de inspeção sanitária com metodologias de ação adaptadas à realidade da agricultura familiar limita a inclusão de produtos de origem animal ou manufaturados deste segmento no PAA. Pontes e Santos (2015), bem como Deves (2009), constata as dificuldades dos agricultores familiares, tanto para certificar ou conseguir alvará para processamento de alimentos, como no que se refere à procedimentos básicos para legalizar, por exemplo, uma agroindústria, fatores que se possibilitados poderiam auxiliar na agregação de valor à produção familiar.

Lopes e Almeida (2012), porém, relatam que na região de Andradina e Castilho, no estado de São Paulo, a cooperativa local conseguiu, por meio de convênio com um laticínio, repassar o leite comercializado com recursos do PAA. Neste caso, o leite tanto é pasteurizado e embalado como também transformado em

bebida láctea, mediante o pagamento pela cooperativa de uma taxa pelo serviço, e, assim, agrega-se valor a produção do agricultor familiar.

Mielitz (2014) comenta sobre o leque de produtos cobertos pelo PAA, que integra mais de 400 produtos comercializados, abarcando toda a diversidade produtiva da agricultura familiar.

Autores como Gonzaga (2015), Queiroz et al. (2015), Maia e Ferrante (2014), Marques, Moal e Andrade (2014), Holanda (2012), Mello e Figueiredo (2012), Lopes e Almeida (2012), Veloso e Hespanhol (2012), D'Ávila e Silva (2011), Becker e Anjos (2010), Deves (2009), Hespanhol (2009) e Pandolfo (2008) citam como produtos comercializados pelo PAA, tanto de origem vegetal como de origem animal, assim como que tiveram algum processamento: abacate, abacaxi, abóbora, acerola, açúcar mascavo, alface, arroz, banana, banha, batata-doce, batata-inglesa, bebida láctea, berinjela, bolacha caseira, bolo, café, caqui, carambola, cebola, cenoura, chuchu, coco verde, couve, cuca caseira, doce de frutas, farinha de mandioca, farinha de milho, farinha de trigo, feijão, frango caipira, geléia, inhame, iogurte, laranja, limão, leite pasteurizado, macarrão colonial, mamão, mandioca, manga, maracujá, maxixe, mel, melado, melancia, melão, milho verde, ovos, pão colonial, pepino, pimenta, pimentão, polpa de frutas, queijo, quiabo, rapadura, rapadurinha, repolho, rúcula, schimier de frutas, tomate, uva, vagem e outros, exemplificando a grande diversidade de produtos que o Programa adquire.

Em se tratando do tema comercialização, todos os agricultores familiares assentados entrevistados a realizavam com outros mercados no período anterior às execuções dos projetos do PAA. Entre outros mercados citados, 57,14% do total mencionaram a comercialização da produção com intermediário ou “atravessador”, 21,43% declararam que comercializavam a produção na Feira do Produtor Rural de Tangará da Serra, 14,28% citaram a comercialização com mercados ou supermercados, 7,14% comentaram que comercializavam a produção com outros produtores do Assentamento, e 7,14% a comercializavam somente com laticínio local. Deve-se também considerar que dentre os entrevistados 7,14% citaram realizar comercialização com dois outros mercados: tanto com o intermediário, como na Feira do Produtor Rural de Tangará da Serra.

Após a participação nos projetos do PAA, a característica de comercialização se altera um pouco, uma vez que 7,14% dos entrevistados deixaram de comercializar com outros mercados, embora 92,86% dos entrevistados

continuassem a comercializar parte da produção com os outros mercados. Neste sentido, vale destacar que para 7,14% dos entrevistados, de certa forma, o PAA deixou de cumprir a função de ser uma ferramenta fomentadora de comercialização da produção, com o Programa e com outros mercados.

O risco na comercialização exclusiva com o PAA realmente existe, uma vez que o Programa localmente não tem assegurado regularidade, nem todos os anos se realiza e ainda não abrange todos os meses do ano (ex: CPR Doação 2010, CPR Doação 2011 e CPR Doação 2014). Scheuer et al. (2016), Hespanhol (2013) e Deves (2009) comentam sobre a comercialização somente com o PAA e o temor pelos agricultores familiares de estar ameaçados em caso da não continuidade do Programa.

Pontes e Santos (2015), em contrapartida, constataram que em Morrinhos-GO a quase totalidade da produção dos agricultores familiares assentados é adquirida por programas de políticas públicas (PNAE e PAA) e/ou associações locais, pouco é comercializado com intermediários e feirantes, e muito pouco das vendas desses agricultores se realiza com consumidores finais e comércio varejista. No mesmo sentido, Marques, Moal e Andrade (2014), no Assentamento Milton Santos em Campinas-SP, verificaram que o PAA é a principal fonte de remuneração das famílias, sendo que muitas delas vendem mais da metade de seus produtos para o Programa. Estas situações de Morrinhos-GO e Campinas-SP não seriam as mais desejáveis, visto que, de certa forma, os agricultores familiares assentados destes municípios estariam ficando dependentes do mercado das políticas públicas de aquisição de alimentos, e quando houve alguma interrupção dessas, esses ficariam desassistidos.

Entre os que continuavam a comercializar com outros mercados no presente estudo, 46,15% continuavam a realizar com intermediários, 15,38% na Feira do Produtor Rural de Tangará da Serra, 15,38% comercializavam parte da produção com mercados ou supermercados locais, 15,38% comercializam com laticínio local, 7,69% começaram a realizar venda direta aos consumidores no próprio lote, e o percentual de 7,69% dos entrevistados continuava a realizar a comercialização com outros produtores do Assentamento.

Como citado anteriormente, 7,14% dos entrevistados disseram comercializar 100% da produção com o PAA, e 14,28% ainda não tinham realizado nenhuma comercialização no projeto CPR-Doação 2014. Dentre os que comercializam com o

PAA e com outros mercados, quando questionados, acerca do percentual da produção total do lote, quanto era comercializado com o Programa, 7,14% disseram comercializar até 20% da produção, 42,84% declaram comercializar de 20 a 40% da produção, 28,57% comercializavam de 41 a 60% (Tabela 13). Percebe-se que, de certo modo, os agricultores familiares do Assentamento tentam conciliar a comercialização realizada com o PAA e com outros mercados, vale dizer, os produtores estão a colocar, em sua grande maioria (71,40%), seus produtos em mais de um mercado, com distribuição que varia de 21 a 60%. Essa estratégia utilizada pelos agricultores familiares não os deixa vulneráveis e dependentes de um único mercado.

Tabela 13. Percentual da produção total comercializada via PAA para o Projeto CPR-2014 do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Comercialização via PAA (% Produção Total)	Frequência (%)
0%	14,28
0,1 a 20%	7,14
21 a 40%	42,84
41 a 60%	28,57
61 a 80%	-
81 a 100%	7,14
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Finalmente, é importante esclarecer, acerca da produção do produto agrícola ou pecuário mais comercializado via PAA no ano até o momento da pesquisa, que 28,57% dos entrevistados disseram ter comercializado de 0,1 a 20% dessa produção com o Programa (Tabela 14), 14,28% comercializado de 21 a 40%, 7,14% de 41 a 60%, e 35,71% de 81 a 100%. Percebe-se aqui uma grande diversidade de situações, por exemplo, a dos entrevistados que comercializaram de 81 a 100% da produção com o PAA, que decorreu devido ao período de colheita dos produtos ser compatível com o início da comercialização (coleta) do Programa, uma vez que a dependência de comercialização com um único mercado não é desejável, conforme comentado anteriormente.

Seria muito salutar o agricultor familiar assentado conseguir fazer um planejamento produtivo e de comercialização, no qual o PAA fosse mais um dos mercados, como é o caso daqueles que comercializaram de 21 a 60% da produção (21,43% dos entrevistados), e quando atingido a cota limite de comercialização com o Programa, tem os agricultores familiares assentados buscar outros mercados.

Tabela 14. Percentual da produção agrícola ou pecuária mais comercializada via PAA para o Projeto CPR-2014 do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Comercialização via PAA (% Produção Total)	Frequência (%)
0%	14,28
0,1 a 20%	28,57
21 a 40%	14,28
41 a 60%	7,14
61 a 80%	-
81 a 100%	35,71
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Mielitz (2014), Maia e Ferrante (2014), Dias et al. (2013), Valnier e Ricci (2013), Holanda (2012), Grisa et al. (2011) e D'Ávila e Silva (2011) entendem que com o PAA tem-se garantida a comercialização de parte da produção agrícola e pecuária, e isso significa fortalecimento dos agricultores familiares em relação aos atravessadores, principalmente por que com o Programa o atravessador não poder mais colocar o seu preço de forma exclusiva nos produtos, ou seja, tem-se uma minimização do poder dos atravessadores.

Acrescenta-se com Grando e Ferreira (2013) e Lopes e Almeida (2012) que com o PAA aqueles agricultores familiares que não têm condições de competir em circunstâncias de livre mercado vendem seus produtos a preços definidos e assim tornam-se menos dependentes da ação dos atravessadores e das oscilações excessivas dos preços do mercado varejista. E Marques, Moal e Andrade (2014) acrescentam que, com estabilidade para a produção, o PAA contribui para a multiplicação de vias de comercialização, em especial as de venda direta no próprio Assentamento ou entrega a consumidores próximos.

O PAA, no entanto, deve servir como alavanca de mercado, que mais tarde ofereça condições para os agricultores familiares buscarem outros mercados (DEVES, 2009). Tem também o PAA incitado o fortalecimento ou a criação de novos mercados aos agricultores familiares, demonstrando ter o programa um potencial de geração de efeitos sinérgicos, uma vez que os agricultores familiares não podem se tornar dependentes do PAA, e sim o Programa deve ser apenas um *pontapé inicial* para a inserção desses produtores nos mercados (GRISA et al., 2011, p. 38).

Quando, a respeito da comercialização da produção do lote, foi questionado aos agricultores familiares assentados se estes realizam comparação entre os preços recebidos pela comercialização via PAA e os preços praticados em outros mercados, o percentual de 21,43% dos entrevistados respondeu não fazer comparação de preços na comercialização; já 78,54% disseram fazer a comparação. É relevante, no entanto, observar o fato de que quando questionados sobre se consideram remuneradores os preços pago pelo PAA à produção, 85,68% concordaram, sendo que somente 14,28% responderam que o preço pago pelo PAA à produção não é remunerador.

Dentre os entrevistados que fazem a comparação de preços pagos e realizaram comercialização para o Projeto vigente, 40% comentaram que o preço pago/estipulado pelo PAA aos produtos agrícolas era maior que o preço pago pelos outros mercados, 20% consideraram que o preço pago era independente do mercado comprador, e 40% consideraram o preço pago pelo PAA menor que o pago pelos outros mercados. Entre os motivos de ocorrer tal situação, está o fato que um projeto de PAA é algo que demanda tempo entre a elaboração, aprovação e execução, tanto que, para o caso estudado, o Projeto foi aprovado para execução no ano de 2014, ou seja, fora elaborado no ano de 2013, sendo que a comercialização teve início somente em meados de 2015.

Estudos de Pontes e Santos (2015), Queiroz et al. (2015), Ferreira et al. (2014), Marques, Moal e Andrade (2014), Mielitz (2014), Camargo et al. (2013), Valnier e Ricci (2013), Agapto et al. (2012) e Mattei (2007) esclarecem que o PAA constitui-se em alternativa aos canais de comercialização tradicionais, por preço referência, ou pelo preço mais justo pago aos agricultores. Nehring e McKay (2013), por sua vez, comentam que, com a participação no PAA, os agricultores familiares relatavam receber entre 30% e 300% a mais do que receberiam de uma empresa privada ou vendendo diretamente ao mercado, isso, claro, dependentemente da

cultura e do mercado, pelo fato de via Programa o preço pago/estipulado ser independente da safra/entressafra dos produtos agrícolas.

Já Grando e Ferreira (2013) afirmam que, com o PAA, vêm se alcançando resultados positivos junto aos agricultores familiares em função do mesmo influenciar diretamente na renda do produtor, principalmente ao oferecer garantias de compra a preços que remunerem os custos de produção (inclusive mão de obra). De acordo com Scheuer et al. (2016), Queiroz et al. (2015), Dias et al. (2013), Holanda (2012), D'Ávila e Silva (2011), Hespanhol (2009) e Deves (2009), os agricultores familiares que comercializam com o PAA consideram os preços da CONAB baixos para alguns produtos, mas, para outros, o preço era maior que o praticado no mercado local/regional. Doretto e Michellon (2007), fazendo comparação entre preços pagos pela CEASA/PR²¹ em Curitiba-PR com os da CONAB em Cerro Azul-PR, no ano de 2005, na época de maior entrega (sazonalidade de produção) dos produtos ao PAA, verificaram que a tabela de preços da CONAB sempre remunerou os produtos acima daqueles que eram comercializados na CEASA.

No aspecto renda agrícola total do ano agrícola 2014/2015, vê-se que a mesma apresentou variação de 0,34 a 16,11 salários mínimos/mês entre as famílias pesquisadas²² (Tabela 15). Para 35,71% dos entrevistados a renda variou de 0,34 a 1 salário mínimo/mês, e a mesma participação percentual declarou renda agrícola de 1,01 a 2 salários mínimos/mês. Para 7,14% dos entrevistados, a renda agrícola total no último ano agrícola foi de aproximadamente R\$2.000,00/mês, correspondente a 2,76 salários mínimos; 14,28% dos entrevistados apresentaram renda agrícola mensal de aproximadamente R\$3.600,00, correspondente a 4,96 salários mínimos. Já para 7,14% dos entrevistados, a renda agrícola para o ano de 2014/2015 foi de aproximadamente R\$11.600,00/mês (correspondente a mais de 16 salários mínimos mês).

Importa notar que, além da renda agrícola, muitos agricultores familiares assentados (71,40%) possuem renda que não provém somente da produção agropecuária no lote. A outra fonte de renda é correspondente ao recebimento de pensão, auxílio-doença, aposentadoria ou de remuneração de diarista como

²¹ Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA/PR.

²² Pelo Decreto 8.166/2013 o valor do salário mínimo com vigência de 01/01/2014 a 31/12/2014 é de R\$724,00 (BRASIL, 2013). E este foi o valor de referência utilizado para os cálculos da renda dos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT.

trabalhador rural ou em outras atividades. Verificou-se que 28,57% dos entrevistados possuem renda de outra fonte no valor de 0,01 a 1 salário mínimo/mês e que para 35,71% a mesma é de 1,01 a 2 salários mínimos (Tabela 16). Somente 7,14% dos entrevistados recebem mais de 2,01 salários mínimos/mês de renda de outra fonte, e para isso, agrega-se a renda provinda da aposentadoria com a renda que consegue obter da atividade de comerciante.

Tabela 15. Faixas de renda agrícola monetária total, em salários mínimos por mês para o ano agrícola 2014/2015 do lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Renda Agrícola Total em Salários Mínimos (Mês)	Frequência (%)
0,34 a 1	35,71
1,01 a 2	35,71
2,01 a 4	7,14
4,01 a 6	14,28
6,01 a 16	-
16,01 a 17	7,14
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 16. Faixas de valor monetário de outra fonte de renda em salários mínimos por mês, do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Renda de Outra Fonte em Salários Mínimos (Mês)	Frequência (%)
0	28,57
0,01 a 1	28,57
1,01 a 2	35,71
2,01 a 4	7,14
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Ainda quanto à renda, Queiroz et al. (2015) verificaram que em Curvelândia-MT o percentual de 68,17% das famílias que participavam do PAA não possuía outra

fonte de renda que não fosse a atividade agrícola ou pecuária no seu estabelecimento.

Queiroz et al. (2015), Maia e Ferrante (2014), Valnier e Ricci (2013), Grisa et al. (2011), bem como Deves (2009), inferem que a garantia de comercialização do PAA e seus efeitos sobre os preços e a criação de novos mercados podem repercutir em melhoria da renda obtida pelos agricultores familiares. Antunes e Hespanhol (2011) e Doretto e Michellon (2007) delimitam os rendimentos mensais da grande maioria dos agricultores familiares que participavam do PAA na faixa de até no máximo 4 salários mínimos. No caso do presente estudo, nesta faixa de renda enquadram-se 78,54% dos entrevistados.

Temos, ainda, que Mello e Figueiredo (2012), Doretto e Michellon (2007) e Mattei (2007) entendem que foram os agricultores com condições de produção mais vulnerável ou com menores níveis de investimentos os que tiveram maior acréscimo relativo na renda com a comercialização com o PAA. Apesar disso, para Grandó e Ferreira (2013), Veloso e Hespanhol (2012) e Mattei (2007), o PAA beneficia agricultores familiares mais organizados, que possuam maior inserção social e sejam mais capitalizados.

Para o projeto CPR-Doação 2014 em Tangará da Serra-MT, o valor limite anual de comercialização por agricultor foi de R\$6.500,00, sendo que o valor médio de cada agricultor foi de R\$6.151,37²³. Na época da pesquisa, tinha-se agricultor familiar assentado que já havia comercializado com o Programa todo o valor limite/cota previsto (21,43%), obtendo renda via PAA de 8,01 a 8,25 salários mínimos/ano²⁴, assim como 14,28% dos agricultores ainda não haviam iniciado a comercialização. Dos entrevistados, 35,71% comercializaram um valor que variava de 4,01 a 6 salários mínimos, e 14,28% tinham comercializado de 6,01 a 8 salários mínimos; ou seja, um percentual de 71,40% já tinha comercializado mais de 50% do valor previsto para com o Projeto. Excetuando aqueles que ainda não haviam comercializado com o PAA, somente 14,28% dos entrevistados tinham comercializado menos que 50% do valor limite/cota previsto de comercialização com o Programa (Tabela 17).

²³ Informação repassada pela COOPERVIDA.

²⁴ Pelo Decreto 8.381/2014 o valor do salário mínimo com vigência de 01/01/2015 a 31/12/2015 é de R\$788,00 (BRASIL, 2014). E este foi o valor de referência utilizado para os cálculos da renda provinda do PAA para os agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT.

Tabela 17. Faixas de renda provinda da comercialização com o PAA em salários mínimos do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) do Assentamento Antônio Conselheiro em 2015, Tangará da Serra-MT

Renda via PAA em Salários Mínimos	Frequência (%)
0	14,28
0,01 a 1	7,14
1,01 a 4,01	7,14
4,01 a 6	35,71
6,01 a 8	14,28
8,01 a 8,25	21,43
TOTAL	100

Fonte: Elaboração do autor.

Por outro lado, Scheuer et al. (2016), Camargo et al. (2013), Lopes e Almeida (2012), Becker e Anjos (2010) e Deves (2009) observaram que os agricultores familiares participantes do PAA reclamam do baixo limite de comercialização estabelecido pelo Programa para cada produtor. E Valnier e Ricci (2013) trazem o relato de que os agricultores familiares desejam a continuidade e também a ampliação do PAA, tanto em número de agricultores participantes como no montante de recursos disponibilizados. Entre os agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT, também se percebe a insatisfação destes quanto ao limite de comercialização com o PAA, que é considerado baixo, assim como, quanto à regularidade de execução do Programa a nível municipal, que é descontinuada, como comentado anteriormente; dois fatores que causam nos produtores locais insegurança e desconfiança com relação à efetividade do PAA, ao menos, localmente.

Camargo et al. (2013), em Itapetininga-SP, comentam que o impacto causado pela renda advinda do PAA é de extrema importância no sustento da maioria das famílias participantes do Programa, porém ainda não suficiente para o atendimento de todas as necessidades básicas destes participantes. Para Agapto et al. (2012), a receita auferida pelo PAA exerce função prioritária para o sustento da maioria das famílias participantes do Programa em Campina do Monte Alegre-SP, mesmo entre aqueles agricultores familiares que recebiam algum tipo de benefício governamental ou salário proveniente de trabalho fora da unidade de exploração agrícola. Doretto e

Michellon (2007) constataram, por sua vez, que, no estado do Paraná, a efetiva inserção de agricultores familiares ao PAA fez com que estes recorressem menos a trabalhos externos ao estabelecimento agropecuário como fonte de renda.

Convém, neste ponto, salientar que a comercialização com o PAA em Tangará da Serra-MT quando efetiva, pode ocorrer sob duas dinâmicas, uma voltada para a produção vegetal e outra para a produção animal. Para a produção vegetal, a comercialização se dá no decorrer de cada mês, sendo a coleta dos produtos realizada duas vezes ao mês (2x ao mês) em pontos de coleta no Assentamento para 78,54% dos entrevistados. Já para a produção animal, a dinâmica é diferenciada: ocorre uma única comercialização da produção (1x ao ano), e 7,14% dos entrevistados unicamente assim a tinham realizado.

Gonzaga (2015), Agapto et al. (2012) e Hespanhol (2009) tinham informações de que a entrega de produtos da agricultura familiar adquiridos pelo PAA para as entidades e as famílias carentes era realizada semanalmente.

É interessante também perceber que todos os entrevistados disseram que o projeto do PAA, executado em Tangará da Serra-MT, consegue contemplar adequadamente os calendários de produção das culturas e/ou criações. Mesmo aqueles agricultores familiares assentados que ainda não tinham comercializado a produção com o Programa disseram que não o fizeram por falta de planejamento e de recursos que possibilitassem produzir em períodos fora da estação das águas²⁵. Quem já tinha comercializado havia planejado produção para atender ao Programa durante a estação das águas, e o Projeto tinha começado a realizar coletas no mês de abril de 2015, ou seja, no final das “águas”, e assim contemplado o planejamento produtivo; caso o Programa tivesse atrasado nas coletas, esses agricultores também não teriam ainda comercializado a quantidade de produção mencionada anteriormente.

Todavia, Hespanhol (2013), Agapto et al. (2012), D’Ávila e Silva (2011), Muller, Fialho e Schneider (2007) e Gomes e Bastos (2007) trazem à tona a situação do interstício entre as execuções do Programa, fator que prejudica tanto o beneficiário fornecedor, que por isso não consegue realizar um planejamento adequado da produção, como com os beneficiários consumidores, que deixam de receber produtos. Mello e Figueiredo (2012) apresentam que em Cuiabá-MT as

²⁵ A estação das águas na região de Tangará da Serra-MT compreende o período que vai dos meses de outubro a abril (DALLACORT et al., 2011).

entregas dos produtos agrícolas comercializados via PAA não ocorrem em todos os meses do ano, estando concentradas principalmente nos meses de janeiro, março, agosto, setembro, outubro e novembro, e fazendo com que, em algum momento, as entidades beneficiárias fiquem sem entrega alguma, isso decorrente, de certa forma, da sazonalidade de produção. No entanto, Doretto e Michellon (2007) comentam que foi graças ao PAA que os agricultores familiares do Paraná puderam realizar a produção programada de produtos e com isso introduzir novos produtos na pauta das lavouras conduzidas.

Scheuer et al. (2016), em São José dos Quatro Marcos-MT, constataram que os agricultores familiares solicitam a renovação do contrato do PAA de forma anual e/ou de ciclo contínuo, como forma de evitar a interrupção do Programa e assim ter uma comercialização continuada com geração de renda.

5.1.3 Retrato da participação, organização e apoio para comercialização com o PAA dos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT

A grande maioria dos entrevistados (78,54%), quando questionados sobre há quanto tempo realizam comercialização com o PAA, relataram comercializar com o Programa há 5 anos ou mais, 14,28% comentaram que a realizavam a 4 anos, e 7,14% disseram ter realizado comercialização há somente 2 anos. É importante ressaltar que, dos entrevistados, todos constavam como participantes dos 3 últimos projetos do PAA no município. A justificativa para os resultados acima pode ser dada pelas sucessivas prorrogações para a conclusão dos Projetos. Isso de fato ocorreu para os Projetos de 2011 (concluído em 2013) e 2014 (conclusão prevista para 2016). Com isso, pode ser que o entrevistado não tenha se lembrado com exatidão desde quando comercializa com o Programa, ou que, por ter comercializado muito pouco de sua produção, principalmente nos primeiros anos, não tenha contabilizado esse período como de participação efetiva no Programa.

Mello e Figueiredo (2012) comentam que em Cuiabá-MT também houve caso de prorrogação da vigência do Projeto em mais um ano, e isso ocorreu devido à necessidade de se atingir a meta (fechar o Projeto), a qual não foi possível alcançar em somente um ano. Estes casos de prorrogações de projetos são prejudiciais quando se considera o valor limite/cota de comercialização com o Programa

anualmente, pois com isso o valor se divide no decorrer do prazo de execução do projeto e acaba diminuindo a renda auferida do PAA pelos agricultores familiares.

Quanto à questão de como os agricultores familiares assentados souberam da existência e comercialização com o PAA no município, todos os entrevistados responderam que foi pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará da Serra. Atualmente, a COOPERVIDA que é a entidade que coordena o projeto CPR-Doação 2014 no município, tem como sede de recebimento e distribuição dos produtos adquiridos pelo PAA um espaço dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará da Serra. Isso nem sempre foi assim: o próprio pesquisador já presenciou e acompanhou, ainda no ano de 2010, que o recebimento e distribuição dos produtos adquiridos pelo Programa ocorriam em um galpão pertencente à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Tangará da Serra (SEAPA). Deve-se lembrar também que nesse período as entidades responsáveis pelos Projetos eram outras (Associação Nova Conquista - 2008 e Associação Vale do Tarumã - 2010 - ambas com sede no Assentamento Antônio Conselheiro), mas, sempre foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais o elo de informações entre os agricultores familiares e a comercialização com o PAA. É relevante, ainda, a informação de que nenhum agricultor familiar assentado respondeu ter tido dificuldade com documentação para acessar o PAA, o que se deve também em parte à ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local.

Queiroz et al. (2015) ressaltam que em Curvelândia-MT, os agricultores familiares ficaram sabendo do PAA pelo técnico que trata do Programa em nível municipal, que foi até as propriedades destes agricultores e lhes apresentou esta política pública. Doretto e Michellon (2007) comentam que nos municípios paranaenses de Cerro Azul, Imbaú e Querência do Norte, os agricultores souberam do PAA pela CRESOL²⁶, pelo Banco do Brasil e pela COANA²⁷, respectivamente. Ressaltam ainda que esses produtores enfrentaram dificuldades quanto a reunir a documentação básica para acessar ao Programa.

Grisa et al. (2011) e Gomes e Bastos (2007) informam também que a documentação exigida para acessar o PAA é uma limitação a muitos agricultores familiares, que acaba restringindo sua participação. Os principais aspectos citados são: i) exigência de um comprovante de posse da terra, ii) cobrança indevida de

²⁶ Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL.

²⁷ Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda. – COANA.

emissão da DAP, iii) problemas internos do INCRA e iv) ausência de serviços de ATER. Deves (2009) apresenta que, em São Pedro do Butiá-RS, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais local contribuiu com o PAA, em especial nos aspectos documentais como encaminhamentos de DAP. Para Holanda (2012), a maior dificuldade de documentação dos agricultores familiares do Ceará estava em abrir conta bancária.

A importância do elo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará da Serra com os agricultores familiares assentados fica ainda mais evidente quando estes são indagados a respeito de quais são as instituições ou entidades mais próximas do trabalho deles no Assentamento²⁸. Significativos 71,40% dos entrevistados citaram a entidade; 42,84% se referiram às associações locais das agrovilas e/ou COOPERVIDA com mais proximidade à lide do dia a dia do agricultor familiar assentado; outros 14,28% dos entrevistados citaram a proximidade e importância do trabalho da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, das igrejas evangélicas (construídas próximas ou nos lotes dos(as) entrevistados(as)) e das escolas instaladas no Assentamento. Para 14,28% dos entrevistados, não há nenhuma instituição/entidade próxima ao trabalho ou demanda do agricultor familiar assentado.

A proximidade, atuação e importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, são, em especial, relatadas em falas como: “(o sindicato) corre atrás das coisas de documento, me ajudou na aposentadoria.” (Entrevistado(a) 4). Já a contribuição da Prefeitura Municipal por intermédio da SEAPA e das associações locais das agrovilas está ligada ao oferecimento dos trabalhos de patrulha agrícola, e a da COOPERVIDA está relacionada à “venda dos produtos” (Entrevistado(a) 6).

Para fazerem o recolhimento da produção comercializada com o PAA, 71,43% comentaram ser a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra um apoiador, realizando o transporte dos produtos do Assentamento até ao ponto de distribuição na cidade. Foi relatado também o apoio da Prefeitura Municipal com a disponibilização de patrulha agrícola aos agricultores familiares assentados de algumas agrovilas locais, sendo essa situação encontrada para 27,27% dos entrevistados. Já para 28,57% dos agricultores familiares assentados não há apoio da Prefeitura Municipal para o transporte ou funcionamento do PAA no município.

²⁸ Houve casos de mais de uma resposta para a pergunta, e todas as respostas foram levadas em consideração.

Ou seja, o apoio da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, apesar dos agricultores familiares assentados não o identificar ou ser contemplado, é extremamente importante no auxílio logístico, político e financeiro ao PAA e a COOPERVIDA, e sem o mesmo, provavelmente o Programa não seria executado no município, como demonstra o Convênio 015/ADM/2015 entre a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra e a COOPERVIDA (Anexo 4).

Grisa et al. (2011) inferem a necessidade de participação mais ativa do poder público municipal no PAA, em especial no que se refere à estruturação de uma logística adequada para implementação do Programa (caso de Compra com Doação Simultânea). Já Ferreira et al. (2014), Agapto et al. (2012), Ghizelini (2012), Pandolfo (2008), Mattei (2007) e, ainda, Gomes e Bastos (2007) comentam a participação e envolvimento do poder público municipal na operacionalização do PAA e a integração de várias instituições e organizações sociais para o desenvolver do Programa. Assim sendo, tendo-se ambiente institucional favorável, vê-se como sucesso a experiência do PAA, tanto que os agricultores familiares passam por processo de valorização e afirmação.

Dias et al. (2013), Doretto e Michellon (2007) e Muller, Fialho e Schneider (2007), porém, consideram que falta diálogo do PAA (agricultores e organizações) com as prefeituras, ou que as relações são distantes entre agentes municipais e gestores do Programa. Apontam ainda a existência de motivos políticos e partidários em âmbito municipal contrários ao Programa, que prejudicam e inviabilizam a sensibilização do potencial do mesmo; soma-se também o fato de que a maioria dos conselhos municipais é ausente e não acompanha o andamento do PAA nas entidades beneficiárias.

Hespanhol (2009), pesquisando em Tupi Paulista-SP, observa que os produtos adquiridos via PAA são entregues diretamente pelos próprios agricultores familiares às entidades beneficiárias, sem a colaboração de transporte dos produtos pela Prefeitura Municipal. Gomes e Bastos (2007) comentam que, em Cabo-PE, a associação local dos agricultores familiares é quem os apoiou no sentido de resolver os problemas de transporte dos produtos até as entidades sociais beneficiárias selecionadas pela Prefeitura Municipal de Recife-PE.

Entre os aspectos considerados motivadores pelos agricultores familiares assentados para a participação no PAA, tem-se um bojo de respostas que engloba duas grandes temáticas de: i) poder entregar, “comercializar”, produtos produzidos e

ii) ter garantia de recebimento das entregas da “comercialização”, com preços bons, “remuneradores”, e geração de renda.

Respostas sobre a temática do poder comercializar produtos são mais claras quando são assim enunciadas: “Posso levar 8 caixas de banana para a feira, mas não é garantido vender”, mas já na comercialização com o Programa, “Quando a banana tá boa, levam tudo.” (Entrevistado(a) 1), ou “Se plantar tem para quem entregar.” (Entrevistado(a) 9), ou “O que a gente tem, a gente pode entregar.” (Entrevistado(a) 12).

Quanto ao aspecto da garantia de recebimento e dos preços remuneradores possibilitada pelo PAA, dizeres do tipo seguinte são esclarecedores: “Precisava de gerar renda.” (Entrevistado(a) 4), ou “Preços eram bons [...]” (Entrevistado(a) 7), ou “Como é do governo, é bom, então eu participo.” (Entrevistado(a) 8), ou ainda, simplesmente que, com o PAA, tem-se a “Garantia de receber.” (Entrevistado(a) 6).

Gonzaga (2015) comenta que entre os principais motivos que levaram os agricultores de Pereira Barreto-SP a participar no PAA estavam: a possibilidade de obtenção de renda extra (76% dos casos) em relação a renda que dispunham e a possibilidade de comercializar a produção (55% dos casos), isso, devido ao fato de que muitos produtores locais não conseguem realizar a comercialização direta aos consumidores e tampouco ao varejo, visto que possuíam lotes distantes da cidade.

Hespanhol (2009) aponta que, em Tupi Paulista-SP, os agricultores consideram como uma vantagem à comercialização com o PAA, a garantia de que vão receber pelos produtos entregues, visto que os calotes de intermediários aos agricultores familiares da região são relativamente comuns.

Para se poder comercializar produtos com o PAA, tem-se pelo Decreto nº 7.775/2012 em seu Artigo 7 que “As aquisições de alimentos serão realizadas preferencialmente por meio de organizações fornecedoras que tenham em seu quadro social beneficiários fornecedores prioritários definidos pelo GGPA.” (BRASIL, 2012, p. 3), que ainda em seu Parágrafo único diz “A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB priorizará, no âmbito do PAA, a aquisição de alimentos de organizações fornecedoras.” (BRASIL, 2012, p. 3). Porém, quando os entrevistados foram questionados sobre participação em alguma Cooperativa/Associação para comercializar com o PAA, a resposta foi afirmativa para 78,54% dos agricultores familiares assentados, enquanto 21,43% comentaram

não fazer parte de Associação e/ou Cooperativa, porém têm-se comentários tais como: “Entrego para a Cooperativa.” (Entrevistado(a) 3).

Dentre os que disseram participar de alguma Associação/Cooperativa, sendo-lhes questionado sobre o motivo que os levou a fazer parte da mesma, teve-se como respostas: “Para poder entregar na CONAB, só isso.” (Entrevistado(a) 8), ou “ Para poder entregar os produtos, não só para a CONAB, mas também para o PNAE.” (Entrevistado(a) 5). Porém, não foram só em respostas relacionadas à comercialização encontrados os motivos, pois houve aqueles que relacionaram a participação em Associação/Cooperativa com lutas pelos direitos dos agricultores e com a organização destes, como se pode perceber em: “É uma corrente, (pois) você sozinho não resolve.” (Entrevistado(a) 2), “Por conta da CONAB e também estar organizado.” (Entrevistado(a) 6), “Desejo de ter uma organização para gente ter um apoio.” (Entrevistado(a) 10) e porque “a gente, como se diz, [...] sempre tem (precisa) um incentivo para o pequeno produtor.” (Entrevistado(a) 4).

Pelas respostas dadas pelos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT que comercializam com o PAA, de certa forma, se rompe com um dos princípios básicos do associativismo, pelo qual a adesão é livre, assim como é livre sua saída alertam Alves et al. (2011). Os autores inferem que o associativismo, quando realizado sob alguma exigência formal, a exemplo do PAA, em vez de se fortalecer, muitas vezes acaba contribuindo com o enfraquecimento do espírito associativista. Nehring e McKay (2013) e Muller, Fialho e Schneider (2007), no entanto, entendem que a presença de prefeitura municipal, cooperativas, associações, organizações não-governamentais e demais entidades sociais é um sinal de comprometimento com o PAA, fator que potencializa seus resultados e aumenta sua importância na realidade que se intervém, colaborando para resultados positivos do Programa e em consonância com os anseios dos atores envolvidos.

Neste sentido, Dias e Rocha (2015), Pontes e Santos (2015), Maia e Ferrante (2014), Marques, Moal e Andrade (2014), Grando e Ferreira (2013), Nehring e McKay (2013), Valnier e Ricci (2013), Lopes e Almeida (2012), Veloso e Hespanhol (2012), Hespanhol (2009) e Doretto e Michellon (2007) comentam que o PAA contribui com o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, e isso pode resultar em uma comunidade mais integrada, participativa e socialmente inclusiva, assim como em um segmento melhor habilitado para responder as exigências do PAA. Já Ferreira et al. (2014), Ghizelini (2012), Deves (2009) e Muller, Fialho e

Schneider (2007) expõem que muitos agricultores familiares participavam de cooperativa justamente devido às exigências do PAA, ou seja, a cooperativa/associação atua para eles como um mero agente de comercialização. Para Lopes e Almeida (2012), em Andradina e Castilho, no estado de São Paulo, as cooperativas locais não conseguem atender ao pedido de todos os produtores que querem participar do PAA.

Contudo, Grisa et al. (2011) também comentam que, em alguns casos, os agricultores familiares relatam comercializar seus produtos para associações ou cooperativas sem saber se estas acessam ou não o PAA.

Quando os agricultores familiares assentados que fazem parte da COOPERVIDA, que comercializa com o PAA, foram questionados sobre a participação em reuniões e assembleias, obteve-se que 72,72% deles se fazem presentes às reuniões e/ou assembleias, e 27,27% disseram não participar. E dentre os participantes das reuniões e/ou assembleias, 37,50% afirmam não existir conflitos entre os interesses dos agricultores familiares assentados e dos dirigentes da COOPERVIDA; já para 62,50% há conflitos de interesses entre o que pensam os agricultores familiares assentados e os dirigentes. Entre os conflitos foram citados: “A Cooperativa funciona para intermediar a CONAB, e a gente entende que poderia ser mais atuante.” (Entrevistado(a) 10), ou: a COOPERVIDA “Não tem recurso de nada.” (Entrevistado(a) 4), e também existem conflitos porque há “falta de informação, por falta de participação dos agricultores.” (Entrevistado(a) 2).

Camargo et al. (2013), em Itapetininga-SP, tiveram a resposta de que todos aqueles que foram entrevistados participavam ativamente da associação e que os agricultores familiares assentados estavam contentes com sua atuação; desta forma, o PAA serviu como um importante elemento mobilizador da organização social dos participantes do Programa. Deves (2009) informa que em São Pedro do Butiá-RS a Cooperbutiá²⁹ vem ampliando seu leque de ações voltadas à geração de renda aos cooperados, principalmente em atividades complementares ou diferenciadas relativamente à produção de leite (produto local de grande importância econômica).

Vale ressaltar, no entanto, que, ao serem questionados se sabiam quantos agricultores residentes do Assentamento Antônio Conselheiro participavam das

²⁹ Cooperativa Agrícola Butiá Ltda. – Cooperbutiá.

entregas para o PAA, 92,86% responderam que existiam outros agricultores que comercializam com o Programa, mas com expressões do tipo “uns 10.” (Entrevistado(a) 12), “20.” (Entrevistado(a) 9) e “[...] sabe de muitas outras famílias” (Entrevistado(a) 1). Para 7,14% a resposta foi negativa para a pergunta, porém, o mesmo comentou participação em reunião como sendo a forma de organização das famílias para participar do PAA.

Também é interessante a resposta afirmativa de todos os agricultores familiares assentados sobre o destino dos produtos comercializados com o PAA, sendo citados por esses como beneficiários consumidores: Escolas, Creches, Hospital, APAE, Lar do Idoso, Casa do Adolescente, Casa da Criança; de forma geral: “um bucado de entidades.” (Entrevistado(a) 8). Apesar de saberem o destino de suas produções, a distância do lote até o ponto de distribuição às entidades é grande, variando de 25 quilômetros a mais de 60 quilômetros. Somente 1 agricultor(a) familiar assentado(a), que comercializa unicamente a carne bovina, disse ser o responsável pelo transporte dos produtos comercializados com o PAA até o ponto de distribuição para entidades beneficiárias; para os demais, no máximo, esses têm de levar seus produtos aos pontos de entrega (recolhimento) no Assentamento.

Em Hespanhol (2013), vê-se que as propriedades que fazem parte do PAA em Dracena-SP encontram-se localizadas, em sua maioria (75%), num raio de 10 quilômetros da sede da associação e atendem a um público bastante amplo e diversificado, constituído de crianças, idosos, moradores de rua, portadores de deficiência e enfermidades, entre outros. Mello e Figueiredo (2012) comentam que com PAA distribuiu produtos alimentícios a 83 entidades que participam de programas sociais locais em Cuiabá-MT. Segundo Dias e Rocha (2015), Gonzaga (2015), Marques, Moal e Andrade (2014), Dias et al. (2013), Holanda (2012), Lopes e Almeida (2012), Hespanhol (2009) e Gomes e Bastos (2007), os produtos adquiridos via PAA são destinados a asilo, APAE, escolas, creches, instituições filantrópicas, hospitais, restaurantes populares, igrejas, abrigos, centros de apoio, pastoral da criança, pastoral da terceira idade, associações de bairros, centro de assistência social, instituições de assistência social, entre outras.

Os agricultores familiares assentados também relataram que para participar do PAA existem custos (71,43%), os quais se refletem em desconto no valor pago

pela CONAB³⁰. Pelos relatos, o valor do desconto pode variar de 5% a 22% (foi comentado que esse desconto de 22% ocorreu devido à aquisição de caixas via COOPERVIDA por parte do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) para facilitar o transporte e identificação dos produtos). Esse desconto, para os entrevistados, explica-se por despesas como: “[...] ajuda de custo para transporte.” (Entrevistado(a) 8), pagamento da “[...] mão de obra das pessoas que fazem a coleta.” (Entrevistado(a) 13); mas para 28,57% a resposta foi negativa quanto a custos para participar do PAA. Em consulta com os responsáveis pelo Projeto CPR-Doação 2014, foi relatado que o desconto cobrado aos agricultores familiares que são do Assentamento Antônio Conselheiro é de 10% do valor pago pela CONAB aos produtos, desconto esse relativo a custos de manutenção e execução das atividades da COOPERVIDA e de tributos.

Scheuer et al. (2016), em São José dos Quatro Marcos-MT, constataram que a associação gestora local do PAA faz a cobrança de 12% sobre o valor de entrega dos alimentos. De acordo com Ferreira et al. (2014), em Angatuba-SP, a associação local gestora do PAA retém 8% sobre o valor de entrega dos agricultores familiares, e antigamente, com a comercialização sendo realizada via uma cooperativa local, o valor retido era de 22%. E Gonzaga (2015), em Pereira Barreto-SP, comenta que 7% do valor total das vendas para o PAA é destinado ao prestador de contas da associação, e há reclamações por parte dos agricultores acerca deste valor cobrado.

Quando se trata da produção agrícola, em especial a relacionada ao segmento da agricultura familiar, é notório o surgimento do comentário relativo à ausência de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). E para o caso dos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT e que estão a comercializar sua produção com o PAA e outros mercados, essa situação não é diferente, uma vez que todos os entrevistados disseram não ter recebido nenhum tipo de serviço de ATER no lote. Expressivos 92,86% dos entrevistados, porém consideram o serviço importante, quando não “essencial” (Entrevistado(a) 6), em especial se direcionado a dar possibilidades de “[...] produzir mais e melhor.” (Entrevistado(a) 13). Já 7,14% não veem o serviço como importante, e isso é decorrente de experiência negativa, uma vez que “[...] fez PRONAF, a assistência

³⁰ Conforme Manual de Operação CONAB - Título 30 - Compra com Doação Simultânea - CDS - Comunicado CONAB/MOC N.º 019, de 01/09/2014 - Item 16.b da Liberação dos Recursos Após Entrega, “os custos operacionais poderão ser deduzidos do valor a ser pago aos beneficiários fornecedores, desde que previamente acordado com estes beneficiários [...]” (CONAB, 2014).

não veio [...]” (Entrevistado(a) 8) e a dívida ficou para o agricultor familiar assentado.

Para Sambuichi et al. (2014), Valnier e Ricci (2013), D’Ávila e Silva (2011) e Grisa et al. (2011), os serviços de assistência técnica continuada seriam capazes de dar apoio ao planejamento da unidade produtiva familiar, e a falta desse serviço pode ser considerada um problema estruturante ao PAA. Segundo os autores, a ausência dos serviços de ATER pode inviabilizar o acesso dos agricultores ao Programa, já sua presença poderia proporcionar condições de acesso aos recursos disponibilizados em sua totalidade, isto é, organizar, planejar a produção e atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PAA seria facilitado se a ATER estivesse vinculada a esta política pública.

Becker e Anjos (2010), pesquisando no sul do estado do Rio Grande do Sul, trazem confirmação que o diferencial dos agricultores familiares fornecedores ao PAA da região, em relação aos demais agricultores familiares, é o fato de 93,3% dos entrevistados terem recebido algum tipo de assistência técnica no último ano agrícola, serviço que auxilia os agricultores familiares participantes do PAA no planejamento das atividades produtivas e na organização social da produção. Nesse sentido, Muller, Fialho e Schneider (2007, p. 25) comentam que, para os municípios gaúchos de Pelotas e São Lourenço do Sul, o “saber fazer” acumulado pelo CAPA³¹ com relação às políticas públicas para a agricultura familiar, principalmente articulando uma rede de organizações e cooperativas e prestando assistência técnica aos integrantes destas, fez a diferença na operacionalização do PAA, demonstrando-se com isto o quanto o papel da assistência técnica pode contribuir na produção e, principalmente, na organização da produção e da comercialização, mesmo que a agência oficial de ATER estadual não tenha se envolvido com as ações do programa. Gomes e Bastos (2007), para o estado de Pernambuco, consideram que foram os movimentos sociais os responsáveis pela organização da produção e demais etapas do PAA.

Scheuer et al. (2016), Queiroz et al. (2015), Holanda (2012), Mello e Figueiredo (2012), Veloso e Hespanhol (2012), Hespanhol (2009), Mattei (2007), Doretto e Michellon (2007) constata, por outro lado, que a ausência de articulação de políticas públicas e a deficiência de serviços de ATER dificultam o

³¹ Centro de Apoio ao Pequeno Produtor – ONG.

desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores familiares, e se presentes muito poderiam contribuir, em especial num planejamento para a participação destes produtores no PAA a médio prazo.

É relevante ainda a resposta dos entrevistados relativa ao acesso a crédito rural no último ano, pois evidencia que somente 21,43% dos mesmos tiveram acesso ao PRONAF (produção pecuária)³², enquanto 78,54% informaram não ter acessado o crédito rural. Aqui, fica evidente, também, a precariedade que têm os agricultores familiares assentados para iniciar ou melhorar o desenvolver de alguma atividade produtiva, especialmente fazer investimentos naquelas que, de certa forma, já possuem até mesmo um mercado “garantido” e “remunerador”. Nesse caso, se tivessem acesso ao crédito rural voltado à produção agrícola/pecuária destinada à comercialização com o PAA, os agricultores familiares assentados poderiam adotar técnicas e práticas mais adequadas/eficientes/sustentáveis a título até mesmo de melhorar os índices de produtividade das culturas e/ou criações.

Gonzaga (2015) informa que, em Pereira Barreto-SP, 52,6% dos agricultores que comercializam com o PAA possuíam algum tipo de crédito ativo, sendo o PRONAF o de maior participação; porém, curiosamente, a destinação destes créditos é voltada em quase sua totalidade à produção pecuária, ou seja, o crédito não tem vínculo direto com a execução e/ou planejamento direcionado a atender a demandas do PAA, tanto que nenhum dos agricultores investiu recursos diretamente na melhoria da produção dos alimentos entregues ao Programa.

Sambuichi et al. (2014) trazem a necessidade urgente de se coordenar ações governamentais de modo a melhorar a assistência técnica e a possibilitar a oferta de crédito para atender a demandas específicas, tais como as apresentadas pelos inseridos no PAA; também sugerem que os agentes financeiros fornecedores de crédito deveriam avaliar e aprovar projetos de crédito para sistemas de produção que consideram o todo do sistema produtivo da propriedade, assim sendo o PAA poderia ampliar sua inserção e importância. Para Holanda (2012) e Grisa et al. (2011), as políticas públicas do PRONAF e do SEAF poderiam estar interligadas ao PAA, principalmente a última.

³² Deve-se considerar que no segmento da agricultura familiar (em investimento ou custeio das atividades agrícolas e pecuárias) não se realiza as divisões contábeis de recursos financeiros aplicados de forma estrita nas atividades (GOUVEIA et al., 2012); assim sendo, com o financiamento da produção pecuária, se possibilita ao produtor transferir os recursos financeiros próprios que seriam investidos na produção pecuária, para que sejam investidos na produção agrícola, numa espécie de, “transição” de recursos aplicados nas atividades.

Os entrevistados também foram questionados sobre a quem recorriam para resolver algum problema na produção ao qual podem estar expostos no dia a dia da lide na agricultura e/ou pecuária. Do total pesquisado, 35,71% responderam que quando ocorre algum problema na produção não recorrem a ninguém; 35,71% disseram recorrer a casas agropecuárias, 7,14% disseram procurar por técnicos do MST ou EMPAER; 7,14% buscam informações com o “atravessador”, uma vez que este “deve” ter conhecimento/informação sobre como proceder em determinado problema produtivo; 7,14% disseram buscar informações em algum vizinho; e 7,14% responderam buscar/obter informações via rádio e/ou televisão.

Quando questionados sobre possíveis dificuldades para desenvolver a atividade agropecuária no lote, 35,71% citaram não ter dificuldades, já 42,84% comentaram apresentar uma dificuldade, e 21,43% declararam ter mais de uma dificuldade, o que de certa forma compromete o melhor desempenho agropecuário. Dos que responderam ter dificuldade produtiva³³, 33,33% comentaram ser a falta de água o fator mais limitante ao desenvolver da agropecuária. Outros 33,33% disseram que o desconhecimento de práticas agrícolas adequadas é um fator limitador ao desempenho produtivo. Também foram comentados: a falta de recursos financeiros e renda (33,33%), problemas de saúde, a idade do produtor e as condições das estradas, com 11,11% cada elemento como limitantes ao melhorar da produção agropecuária. Pelo exposto, percebe-se a fragilidade de ações de políticas públicas articuladas junto aos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT, assim como os limites dos recursos naturais, para que esses produtores desenvolvessem as atividades agrícolas na plenitude das potencialidades.

Gonzaga (2015), para Pereira Barreto-SP, comenta que as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores que comercializam com o PAA no município, em relação aos cultivos, referem-se à falta de água e de energia elétrica, constituindo-se, portanto, limites, para o caso, tanto de recursos naturais como de infraestrutura básica. Queiroz et al. (2015) em Curvelândia-MT, constataram que somente um produtor que comercializava com o PAA disse não ter problemas ou gargalos produtivos; já os demais citaram dificuldades de acesso a crédito e

³³ Percentual total de dificuldades que o agricultor familiar diz possuir para desenvolver as atividades agropecuárias é maior que 100%, pois se teve casos com mais de uma resposta para a pergunta, e todas as respostas foram levadas em consideração.

assistência técnica, dificuldade de formalização da comercialização e devido aos atravessadores, que acabam ganhando mais que o produtor.

5.1.4 Retrato de influências pós-participação no PAA na produção e na vida do agricultor familiar assentado de Tangará da Serra-MT

Quando questionados se, após iniciarem comercialização com o PAA, teriam aumentado a diversificação e quantidade de produtos no lote, 42,84% dos entrevistados concordaram, havendo relatos tais como: “A motivação para iniciar na horta foi o PAA.” (Entrevistado(a) 9); já outros comentaram terem aumentado a produção de banana, mandioca e ainda alguns citaram terem iniciado a produção de abóbora, quiabo, maxixe, amendoim, melancia e melão; tendo-se comentário que “[...] quiabo e maxixe foram plantados para a CONAB.” (Entrevistado(a) 1).

Entretanto, a produção ampliada foi em 14,28% dos casos considerada perdida, pois, se iniciou a produção, mas esta não foi comercializada com o PAA, e assim se perdeu na lavoura, devido principalmente a problemas de inserção no mercado, o qual o Programa busca intermediar. Dos entrevistados, 57,14% comentaram não terem aumentado a produção e a diversificação após a participação no Programa, mas que, se houver por parte do PAA em nível municipal a segurança de execução contínua, os mesmos pretendem ampliar produção e diversificação, como se percebe pela seguinte fala “[...] ainda não, diversificação [...]. Mas se a CONAB firmar, a gente vai plantar horta grande, porque temos fartura de água.” (Entrevistado(a) 7), ou se teve aqueles que até pensaram em aumentar produção e diversificação, contudo pelas experiências negativas dos vizinhos desistiram: “[...] o problema que quem plantou perdeu tudo”, e assim sendo o “incentivo à diversificação parou aí.” (Entrevistado(a) 4); houve também 14,28% que comentaram ter mesmo diminuído a produção e diversificação depois do PAA, já que antes “[...] tinha amendoim.” (Entrevistado(a) 2 e 5).

Em sentido semelhante, vê-se também, por exemplo, que Mello e Figueiredo (2012) detectaram em Cuiabá-MT, devido à interrupção do PAA, ou seja, a não execução em um ano do Programa, transformou-se em um verdadeiro pesadelo para os agricultores familiares, uma vez que eles continuaram a plantar e, com a interrupção, não conseguiram comercializar a produção na sua totalidade, fator que lhes acabou gerando prejuízos.

Scheuer et al. (2016), Queiroz et al. (2015), Dias e Rocha (2015), Gonzaga (2015), Ferreira et al. (2014), Maia e Ferrante (2014), Marques, Moal e Andrade (2014), Dias et al. (2013), Hespanhol (2013), Camargo et al. (2013), Agapto et al. (2012), Holanda (2012), Grisa et al. (2011), Hespanhol (2009) e Doretto e Michellon (2007) observam, porém, que o PAA tem possibilitado mudanças produtivas importantes nas unidades familiares, no que concerne à diversificação, já que muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar os produtos locais, devido ao mercado do Programa possuir certas garantias que outros mercados não apresentam e, principalmente, em virtude dos preços pagos pelo PAA. E Hespanhol (2013) constata que 40% dos agricultores familiares que participam do PAA não ampliaram e diversificaram a produção motivados por questões como: i) a área de cultivo na propriedade ser pequena (15%); ii) não possuírem condições econômicas (15%) e iii) por terem receio de descontinuidade do Programa (10%).

No presente estudo, os agricultores familiares assentados que participam do PAA, foram unânimes quanto a terem obtido melhorias no contexto produtivo após participarem do Programa, percebida principalmente nos aspectos renda e comercialização. Para o aspecto renda, 92,86% comentaram ter tido melhorias devido à participação no PAA, e 78,58% disseram ter obtido melhorias no aspecto comercialização da produção. Assim sendo, percebe-se a importância do PAA como ferramenta de comercialização da produção e gerador de renda para a agricultura familiar, apesar das descontinuidades de execução do Programa localmente.

Ainda no aspecto produtivo do lote, segundo 78,57% dos entrevistados não houve, após a participação no PAA, necessidade para estes da inclusão de mais mão de obra no sistema produtivo. Já 21,42% comentaram que houve necessidade de aumento de mão de obra no lote, possível com a contratação de diarista ou o trabalho esporádico de membros da própria família que residem na cidade, em especial nos momentos de plantio e/ou colheita da produção.

Quando aos agricultores familiares assentados se questionou sobre novas exigências para acessar/manter-se no PAA, tais como agroindustrialização, planejamento, manejo/técnicas, percebeu-se que para nenhum caso isso foi de fato constatado. Houve, sim, comentários relativos à exigência, de qualidade e diversidade de produtos agrícolas e garantia de comercialização para com o Programa. Isso fica mais evidente com falas como: “Não houve exigências. Apenas quanto a (mais) tipos de produto.” (Entrevistado(a) 10), ou destacando que os

produtos têm de possuir qualidade: “E dos meus produtos não reclamou, não.” (Entrevistado(a) 5), em uma referência a cobranças/reclamações da COOPERVIDA sobre qualidade, e “Houve exigência quanto à garantia de entregar.” (Entrevistado(a) 2), pois assim não passavam, tanto a entidade que coordena a proposta como os beneficiários consumidores, em ter falta de produtos, uma para realizar suas entregas conforme cronograma previsto, e os outros no acesso aos produtos em quantidade e qualidade para o devido consumo, como já mencionado anteriormente.

Ferreira et al. (2014), Nehring e McKay (2013), Valnier e Ricci (2013), Agapto et al. (2012), D’Ávila e Silva (2011), Deves (2009), Doretto e Michellon (2007) verificaram, além disso, que os agricultores familiares que participam do PAA estão preocupados e conscientes com a qualidade e segurança dos produtos comercializados, em especial devido à estreita relação destes produtores com os consumidores, vendo-se poucos casos de produtos impróprios para consumo.

Acrescenta-se com Hespanhol (2009) que a associação gestora do PAA ou a entidade beneficiária, quando recebe os produtos dos agricultores, faz vistoria certificando-se da qualidade dos produtos entregues. Caso o produto não apresente condições, o agricultor familiar deve fazer a substituição desse, tendo-se na verdade número pequeno de produtos não aceitos já que o agricultor familiar não recebe do Programa por produtos sem qualidade e, ainda, pode não ser cadastrado em possível renovação de projeto. Gomes e Bastos (2007) comentam que em Recife-PE, devido à entrega ser feita pelos próprios agricultores e/ou suas organizações junto às entidades beneficiárias, e pela qualidade dos produtos entregues, existem casos de funcionários dessas entidades beneficiárias terem feito encomendas particulares de produtos diretamente com os produtores, evidenciando-se que, com o PAA, acabaram-se abrindo outros mercados e possibilitando gerar mais renda.

Para se adequarem às exigências oriundas da comercialização com o PAA, deve haver instituições ou entidades que forneçam suporte aos agricultores familiares assentados. E, nesse sentido, ficou evidente a falta destas no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, ao se ouvirem muitas reclamações de que, para que conseguissem melhorar a qualidade dos produtos produzidos, eles tinham que ter iniciativas próprias, ou essa melhora não seria possível. Tanto que houve queixas acerca “[...] da EMPAER, em 20 anos, nunca vi presença de técnico (no lote).” (Entrevistado(a) 4), ou de aprendizados do tipo “Apreendi muita coisa na televisão (Programa Globo Rural).” (Entrevistado(a) 5).

Assim como se explicitou que, após o PAA com essas novas exigências, pouca coisa mudou, no sentido de atender a outros mercados, pois “A forma de produção não mudou. Acesso aos mercados (ficou) da mesma forma.” (Entrevistado(a) 6).

Percebe-se também que a inserção no PAA não possibilitou ou estimulou os agricultores familiares assentados a participar ou se capacitar em atividades como cursos, dias de campo ou outras atividades técnicas, já que 57,14% dos entrevistados responderam de forma negativa ao questionamento, e mesmo para aqueles (28,57%) que tinham interesse/necessidade a situação não foi alterada, e, ainda, aqueles 14,28% que comentaram ter realizado algum curso destinado ao sistema produtivo, estes foram desenvolvidos em período anterior à participação no Programa. Holanda (2012) confirma, mostrando que, no estado do Ceará, junto com a possibilidade do PAA, faltam ofertas de cursos de capacitação para os jovens e oportunidade de trabalho para estes na sua localidade.

Quando aos agricultores familiares assentados se perguntou se após o PAA ocorreram melhorias no lote, em que os recursos fossem resultados da comercialização com o Programa, 57,14% disseram ter obtido melhorias, e 42,84% responderam não as ter obtido. Entre as melhorias citadas, percebeu-se que envolvem três temáticas: i) equipamentos, ii) infraestrutura e iii) investimentos em animais. No item equipamentos, os comentários envolveram aquisições de: motor para irrigação, tubulação para irrigação, trator usado, triturador de grãos e ferramentas novas. Para melhorias relacionadas à infraestrutura do lote, pode-se dizer que foram: melhoria da pastagem, construção/manutenção de cercas, construção/manutenção de currais, construção de represa destinada aos animais e construção de pequeno depósito (para sal e rações). Os investimentos foram direcionados à aquisição de animais bovinos, a título de ampliar o plantel.

A propósito Gonzaga (2015), em Pereira Barreto-SP, observou que 95% dos produtores que participam do PAA reverterem seus ganhos no lote, tendo-se casos de mais de um tipo de utilização.

Finalmente, quando questionados sobre melhorias no lar/moradia/vida em que o recurso fosse oriundo do Programa, 78,54% relataram ter obtido melhorias no lar/moradia/vida, enquanto 21,43% disseram não ter melhorias. Para os que relataram melhorias, tem-se que estas eram perceptíveis em questões tais como: i) aquisição de eletrodomésticos, 28,57%; ii) ampliação ou reforma da casa, também 28,57%; iii) aquisição de carro ou motocicleta, 14,28%; e iv) outros. Entre os “outros”

benefícios que o PAA possibilitou ao lar/moradia/vida dos entrevistados, tem-se: fazer viagem (7,14%), aquisição de roupas e/ou calçados (14,28%), pagamento de energia elétrica (21,43%), pagamento de água (7,14%), pagamento de compras do mês (em mercados e supermercados) (35,71%), e 7,14% relatou que com o dinheiro conseguido pela comercialização com o PAA, conseguiram pagar dívidas bancárias.

Assim também Scheuer et al. (2016) constataram que em São José dos Quatro Marcos-MT, 89,13% dos agricultores familiares conseguiram realizar algum projeto familiar a partir da participação no PAA, desde a aquisição de um carro, a reforma e/ou ampliação da casa, até a simples compra de eletrodomésticos. E Gonzaga (2015), em Pereira Barreto-SP, pôde observar que 45% dos entrevistados que comercializam com o PAA aplicam recursos oriundos do PAA em bens de consumo familiar, tais como: geladeira, materiais de construção, *freezer*, máquina de lavar e móveis em geral.

Um relato que muito bem representa a situação de melhorias ora apresentada em Tangará da Serra-MT, é apresentada por D'Ávila e Silva (2011), para o estado de Minas Gerais:

[...] muitas vezes o dinheiro é empregado em outras coisas, como em 50 metros de cerâmica que eu comprei para 'arrumar' a casa. O dinheiro entrando na casa serve pra tudo, porque na roça a gente sempre tem uma parte que precisa, mas também precisa comprar outras coisas. (D'ÁVILA e SILVA, 2011, p. 313)

5.2 ANÁLISE FINANCEIRA DA PRODUÇÃO DE ABÓBORA, BANANA E MANDIOCA

Os resultados e discussões da análise financeira que se apresenta a seguir são resultantes da aplicação de 3 (três) formulários a agricultores familiares assentados, relativos às 3 (três) principais culturas agrícolas comercializadas no PAA CPR Doação 2014 e desenvolvidas no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, e estão divididos em 4 (quatro) seções: i) importância da horticultura para a agricultura familiar; ii) custos e lucratividade da cultura da abóbora; iii) custos e lucratividade da cultura da banana e iv) custos e lucratividade da cultura da mandioca.

5.2.1 Importância da horticultura para a agricultura familiar

A horticultura representa uma atividade com significativa importância econômica, social e alimentar no Brasil, desenvolvida tanto por pequenos, quanto por médios ou grandes produtores, porém, o segmento da agricultura familiar é o responsável por 63% da produção nacional deste ramo (IBGE, 2006). E tanto a fruticultura (frutas), como a olericultura (hortaliças), subdivisões da grande área horticultura, possuem algumas especificidades muito particulares, entre elas: a) forte presença da agricultura familiar; e b) elevada relação trabalho/capital (SILVA et al., 2015; BUAINAIN; BATALHA, 2007).

No processo de comercialização de frutas e hortaliças, o produtor pode comercializar sua produção para indústrias, cooperativas, intermediários, atacadistas, varejistas, aos consumidores finais e, ultimamente, têm-se ainda os mercados institucionais, a exemplo do PAA e PNAE. Importa ressaltar que o mercado de frutas e hortaliças impõe, contudo, exigências em quantidade, qualidade, preço, regularidade de oferta, padronização da mercadoria e embalagem (TRENTO; SEPULCRI; MORIMOTO, 2011), fatores a que o produtor tem de atentar na análise de seus possíveis mercados, pois essas exigências podem ser maiores ou menores conforme o mecanismo de comercialização a se adotar.

Na microrregião de Tangará da Serra, uma importante região produtora de frutas e hortaliças no estado de Mato Grosso, as atividades são predominantemente realizadas por agricultores familiares, os quais apresentam entre si diferentes condições de produtividade e nível tecnológico. E como se percebe na Tabela 11, anteriormente exposta, a horticultura tem importante participação na comercialização dos agricultores familiares assentados do Assentamento Antônio Conselheiro, em especial da produção de abóbora, banana e mandioca.

5.2.2 Custos e lucratividade da cultura da abóbora

As cucurbitáceas compõem a segunda família de maior importância econômica entre as hortaliças produzidas no Brasil (RAMOS et al., 2010). Os cultivos agrícolas de culturas da família, tais como abóbora (*Cucurbita moschata*), chuchu (*Sechium edule*), maxixe (*Cucumis anguria*), melancia (*Citrullus lanatus*),

melão (*Cucumis melo*), moranga (*Cucurbita máxima*) e pepino (*Cucumis sativus*), são de ampla importância social, econômica e alimentar (SOUZA et al., 2014a, RESENDE; BORGES; GONÇALVES, 2013). Para Amaro et al. (2014), especificamente abóboras e morangas ocupam o 7º lugar em volume entre as hortaliças mais cultivadas no país.

Resende, Borges e Gonçalves (2013) estimam que no ano de 2010 a produção mundial em escala comercial foi de aproximadamente 22,4 milhões de toneladas de abóbora, cultivadas em área de 1,67 milhão de hectares, proporcionando uma produtividade média de 13,4 t.ha⁻¹. Para o Brasil, os dados referentes à cultura são escassos, e as informações disponíveis para o ano de 2006 (IBGE, 2016) registram área colhida de 88.197 hectares, com 384.912 toneladas produzidas e produtividade média de 4,4 t.ha⁻¹.

A abóbora é cultivada em mais de 127 mil estabelecimentos agropecuários, cultivo este que ocorre normalmente em pequenas propriedades rurais, sendo importante na diversificação da produção da propriedade familiar (RAMOS et al., 2010). No estado de Mato Grosso, também para o ano de 2006, foram produzidas 3.253 toneladas de abóbora, em uma área colhida de 1.489 hectares e produtividade média de 2,18 t.ha⁻¹, em 1.677 estabelecimentos agropecuários; pode-se afirmar que a participação percentual estadual é de somente 1% em relação aos números nacionais (IBGE, 2016).

O cultivo de cucurbitáceas, no caso as abóboras, apresenta importante valor econômico e alimentar e também grande importância social na geração de empregos diretos e indiretos, pois demanda grande quantidade de mão de obra em todas as fases de produção, desde a semeadura até a comercialização (MARCELINO; MARCELINO, 2012).

A propriedade pesquisada conta com mão de obra familiar efetiva de quatro pessoas e possui experiência no cultivo de abóbora³⁴ (*Cucurbita moschata*) em sistema de plantio convencional manual intensivo em trabalho³⁵.

O cultivo de abóbora foi realizado sobre área que anteriormente era ocupada com culturas anuais; o(a) agricultor(a) familiar assentado(a) identificou a abóbora como Mini Paulista; as sementes foram adquiridas em casa agropecuária na sede do

³⁴ O ciclo produtivo da abóbora é de 120-150 dias, no qual o(a) agricultor(a) familiar assentado realizou Plantio no mês de abril de 2015 e a Colheita foi no mês de agosto de 2015.

³⁵ Sistema assim denominado pelo pesquisador.

município, o espaçamento utilizado foi de 4 x 4 metros, com 625 covas por hectare e produção média por hectare de 2.400 quilogramas; no sistema de produção se faz utilização de insumos: sementes, calcário, fertilizantes e inseticida e não se conta com sistema de irrigação.

A planilha de estimativa de custo operacional total (COT) de produção de abóbora, com o custo operacional efetivo (COE) e suas despesas com operações manuais e com os outros custos operacionais para a cultura, é detalhada na Tabela 18, logo adiante exposta.

As despesas com os materiais consumidos (sementes, fertilizantes, corretivos e inseticidas) na produção de abóbora, por sua vez, foram de R\$386,00 por hectare e representaram 30,58% do COT (R\$1.262,10). Os fertilizantes utilizados na implantação da abóbora, como o esterco bovino e o superfosfato simples, somados aos de cobertura (ácido bórico e cloreto de potássio) e corretivos (calcário), corresponderam a 67,62% deste total. Já a semente (R\$80,00) constituiu 20,72% das despesas com materiais consumidos. A despesa com inseticida (R\$45,00) representou 11,65% das despesas de materiais consumidos, porém percebeu-se que não houve tratamentos fitossanitários para o controle de doenças, fator que comprometeu a produção de abóbora.

Fachini et al. (2009) por seu turno, apuraram que os fertilizantes foram responsáveis por 47% do COT da cultura da abóbora, a aquisição das sementes correspondeu a 1% do COT e a participação de corretivos, fungicidas e inseticidas somados foi menor que 1% do COT. Já para Araújo e Correia (2010), com fertilizantes, o custo foi de 20,36% do COE, sementes representaram 2,17% do COE, o espalhante adesivo, inseticidas e fungicidas atingiram 4,5% do COE, e a água foi responsável por despesas que corresponderam a 12,24% do COE no cultivo de abóbora.

O COE de um hectare de abóbora em Tangará da Serra-MT foi de R\$1.202,00/ha. Somando-se o COE obtido neste trabalho ao valor de R\$60,10 de outros custos operacionais, o COT de um hectare de abóbora foi estimado em R\$1.262,10/ha.

Tabela 18. Estimativa de custo operacional total (COT) de produção de abóbora, para um hectare, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, safra 2015

Descrição	Especificação	Valor		Valor Total (R\$)
		Unitário (R\$)	Quantidade	
1. Despesas com Operações Mecanizadas				
Gradagem	hm	100,00	2,0	200,00
Subtotal 1				200,00
2. Despesas com Operações Manuais				
2.1. Implantação				
Correção do solo	hd	80,00	0,5	40,00
Coveamento	hd	80,00	0,75	60,00
Incorporação de fertilizantes	hd	80,00	0,25	20,00
Semeadura	hd	80,00	1,0	80,00
2.2. Tratos culturais				
Capinas	hd	80,00	1,0	80,00
Adubação de cobertura	hd	80,00	0,25	20,00
Aplicação de inseticida	hd	80,00	0,95	76,00
2.3. Colheita				
Colheita e encaixamento	hd	80,00	3,0	240,00
Subtotal 2				616,00
3. Despesas com Materiais Consumidos				
3.1 Sementes				
Semente	pct	80,00	1,0	80,00
3.2. Fertilizantes				
Esterco bovino	t	120,00	0,625	75,00
Cloreto de potássio (1x)	kg	3,00	10,0	30,00
Superfosfato simples (1x)	kg	1,20	45,0	54,00
Ácido bórico	kg	10,00	3,2	32,00
Corretivo – Calcário	t	35,00	2,0	70,00
3.3. Fitossanitários				
Inseticida (1x)	l	180,00	0,25	45,00
Subtotal 3				386,00
4. Custo Operacional Efetivo (COE)				
Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3				1.202,00
5. Outros Custos Operacionais				
Outras Despesas (5%)				60,10
6. Custo Operacional Total (COT)				
COE + Outros Custos Operacionais				1.262,10

Fonte: Elaboração do autor.

Na comercialização de abóbora, a receita bruta do agricultor familiar assentado, como se observa na Tabela 19, pode variar de R\$2.400,00/ha a R\$2.592,00/ha, em função do tipo de comercialização realizado. Tem-se para a cultura a menor variação entre a receita obtida no mercado tradicional e no PAA, de apenas 8%, quando comparada com as outras atividades estudadas. Como para os dois tipos de comercialização o COT e também a produtividade obtida são iguais, o preço de nivelamento, isto é, o preço mínimo necessário para pagar o COT, foi de R\$0,53/kg, independentemente do tipo de comercialização.

Tabela 19. Estimativas de produção, preços e indicadores financeiros da produção de abóbora, para um hectare, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, em 2015.

Tipo de Comercialização	Tradicional	PAA
Preço Médio (R\$.kg ⁻¹)	1,00	1,08
Produtividade (kg.ha ⁻¹)	2.400	2.400
Receita Bruta (R\$.ha ⁻¹)	2.400,00	2.592,00
COT (R\$.ha ⁻¹)	1.262,10	1.262,10
Lucro Operacional (LO) (R\$.ha ⁻¹)	1.137,90	1.329,90
Índice de Lucratividade (IL) (%)	47,41	51,31
Margem Bruta (%)	90,16	105,37
Ponto de Nivelamento (kg.ha ⁻¹)	1.262	1.169
Ponto de Nivelamento (R\$.kg ⁻¹)	0,53	0,53

Fonte: Elaboração do autor.

Para o mercado tradicional de comercialização de abóbora do agricultor familiar assentado, o preço médio pago pelos compradores é de R\$1,00 por quilograma de abóbora; tem-se, portanto receita bruta de R\$2.400,00/ha. Assim sendo, o lucro operacional seria de R\$1.137,90/ha, e para o produtor de abóbora de Tangará da Serra-MT, com a comercialização de toda a produção de um hectare, este preço pagaria o COT, o que demonstra ser a atividade lucrativa no curto prazo. Com índice de lucratividade de 47,41%, já se teria uma taxa de disponibilidade de receita para a atividade da produção de abóbora, após o pagamento de todas as despesas; e pela margem bruta de 90,16% do COT, haveria possibilidade de remuneração do risco e da capacidade empresarial do produtor. Por este preço de

comercialização da abóbora, com a produção de 1.262 kg.ha⁻¹, o produtor pagaria todo o COT.

Já para o mercado do PAA de abóbora, utilizado pelo agricultor familiar assentado, o preço médio recebido pela comercialização com o Programa é de R\$1,08³⁶ por quilograma de abóbora; tem-se, assim, receita bruta de R\$2.592,00/ha. O lucro operacional foi de R\$1.329,90/ha, mostrando que a atividade é rentável no curto prazo. O índice de lucratividade é de 51,31% – isto é, da receita bruta obtida mais da metade é lucro operacional – e com a margem bruta de 105,37%, vê-se que a lucratividade correspondeu a mais de 100% do COT. Por este preço de comercialização de abóbora, com a produção de 1.169 kg.ha⁻¹, o produtor pagaria todo o COT.

No caso da abóbora o produtor poderia vender toda a produção de um hectare ao PAA que não atingiria a cota limite de comercialização da modalidade Compra com Doação Simultânea, que para o caso de Tangará da Serra-MT, no CPR Doação 2014 foi de R\$6.500,00, sendo que em média a cota limite de comercialização foi R\$6.151,37 por fornecedor beneficiário do Programa.

5.2.3 Custos e lucratividade da cultura da banana

No Brasil, a bananicultura é uma das principais atividades da fruticultura, está entre as cinco principais frutas em termos de valor da produção (nesta ordem: laranja, banana, uva, abacaxi e mamão) (IBGE, 2012). É muito consumida e apreciada por apresentar baixo custo ao consumidor e ser uma importante fonte de proteínas, vitaminas e sais minerais.

O Brasil, com área colhida de 485.559 hectares, atingiu em 2013 a segunda posição no *ranking* dos países produtores de banana, atrás somente da Índia (796.000 hectares). No entanto, quanto à produção, o país ocupou a terceira posição no *ranking*, com 6,89 milhões de toneladas de fruto ao ano, estando atrás da China (12,37 milhões de toneladas) e Filipinas (8,64 milhões de toneladas). Os estados brasileiros maiores produtores de banana foram São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina e Pará. O estado de Mato Grosso, em 2013, produziu somente 67.273 toneladas de banana, em uma área colhida de 6.200 hectares, sendo

³⁶ O valor de comercialização de abóbora pelo CPR Doação 2014 é de R\$1,20, porém, deste valor a COOPERVIDA retém 10%.

responsável por, aproximadamente, 0,95% da produção e 1,27% da área nacional da cultura (AGRIANUAL, 2016).

Em 2015, no Brasil, colheu-se um pouco mais que em 2013: 7,02 milhões de toneladas de banana, em uma área de 481.439 hectares e produtividade média de 14,5 t.ha⁻¹. No estado de Mato Grosso, foram colhidas 75.362 toneladas, mais do que em 2013, em 6.361 hectares, com produtividade média de apenas 11,8 t.ha⁻¹ (LPSA, 2016).

Na microrregião de Tangará da Serra, uma importante região produtora de banana no estado de Mato Grosso, a atividade também é predominantemente realizada por agricultores familiares, apresentando condição de baixa produtividade e baixo nível tecnológico (RAMBO et al., 2015).

A propriedade pesquisada conta com mão de obra familiar efetiva de duas pessoas e tem experiência no cultivo de banana³⁷ (*Musa ssp.*) em sistema de plantio tradicional manual intensivo em trabalho³⁸.

O cultivo de banana-maçã e banana da terra foi realizado sobre área de capoeira rebrota de cerrado; o(a) agricultor(a) familiar assentado(a) não soube identificar as variedades de banana cultivadas na propriedade; o espaçamento utilizado foi de 5 x 5 metros, com 400 touceiras por hectare; e a produção média de cachos de banana-maçã (BM) por touceira foi de 15 quilogramas e de cachos de banana da terra (BT) por touceira foi de 10 quilogramas, em um sistema de produção que não faz utilização de insumos e de tecnologia moderna e não conta com sistema de irrigação. Apesar de a bananicultura ser uma atividade bastante relevante no Assentamento Antônio Conselheiro, Silva (2007) observa que o sistema de produção local é pouco intensivo na utilização de insumos e tecnologia, implantados com recursos próprios do agricultor e apresenta baixa produtividade de banana por hectare.

A planilha de estimativa de custo operacional total (COT) de produção de BM e de BT, com o custo operacional efetivo (COE) e suas despesas com operações manuais e com os outros custos operacionais para a cultura, é detalhada na Tabela 20.

³⁷ O ciclo produtivo da banana é de 12 meses, no qual o(a) agricultor(a) familiar assentado(a) realiza Plantio entre os meses de outubro a abril, estação das águas, e a Colheita se inicia, passados 12 meses, e após iniciada a produção o bananal continua produtivo por até 3 anos.

³⁸ Sistema assim denominado pelo pesquisador.

Tabela 20. Estimativa de custo operacional total (COT) de produção de banana-maçã ou banana da terra, para um hectare, primeiro ano, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, safra 2014/15

Descrição	Especificação	Valor	Quantidade	Valor
		Unitário		Total
		(R\$)		(R\$)
1. Despesas com Operações Manuais				
1.1. Implantação				
Preparo da área	hd	80,00	10,0	800,00
Produção e distribuição de mudas	hd	80,00	3,0	240,00
Coveamento e plantio das mudas	hd	80,00	3,0	240,00
1.2. Tratos culturais				
Coroamento da touceira	hd	80,00	16,0	1.280,00
Limpeza de manutenção	hd	80,00	1,0	80,00
1.3. Colheita				
Colheita e encaixamento	hd	80,00	9,0	720,00
Subtotal 1				3.360,00
2. Custo Operacional Efetivo (COE)				
Subtotal 1				3.360,00
3. Outros Custos Operacionais				
Outras Despesas (5%)				168,00
4. Custo Operacional Total (COT)				
COE + Outros Custos Operacionais				3.528,00

Fonte: Elaboração do autor.

Quanto às despesas com operações manuais, observou-se que atingiram R\$3.360,00/ha e corresponderam a 95% do COT, sendo que as despesas com operações na implantação (R\$1.280,00) representaram a 38,09% deste total e incluíram despesas com preparo da área (R\$800,00) correspondentes a 23,81%, a produção e distribuição das mudas (R\$240,00) equivalentes a 7,14% e o preparo das covas e o plantio (R\$240,00) correspondentes a 7,14% do COT. As despesas com tratos culturais (R\$1.360,00) representaram 40,47% do COT, sendo o

coroamento das touceiras responsável por despesas de R\$1.280,00 e a limpeza de manutenção do bananal custou R\$80,00, valores portanto correspondentes a 38,09% e 2,38% do COT respectivamente. As despesas com colheita (R\$720,00) foram de 21,43% do COT, uma vez que envolveram desde a retirada do produto da lavoura até o encaixamento deste.

É interessante observar que para a produção de banana-maçã e banana da terra não há despesas com operações mecanizadas, nem com materiais consumidos, neste sistema de cultivo adotado. Rambo et al. (2015), também analisando o COT da produção de banana-maçã no mesmo Assentamento em Tangará da Serra-MT, para a Safra 2013/14, em um sistema convencional manual, constataram que para a cultura da banana-maçã as operações mecanizadas e materiais consumidos representavam 11,06% e 47,67% do COT, respectivamente, e as operações manuais equivaliam a somente 36,51% do COT.

Em outra direção, Furlaneto, Martins e Esperancini (2011), Silva, Tarsitano e Boliani (2005) e Zonetti et al. (2002) obtiveram como despesas de operações manuais na cultura da banana somente 11,60%, 6,20% e 13,90% do COT, respectivamente, percentual muito abaixo do obtido neste trabalho. A justificativa para as despesas maiores no sistema tradicional manual intensivo em trabalho de Tangará da Serra-MT encontra-se em especial no preparo manual da área para plantio, no coroamento das touceiras e na operação de colheita e encaixamento da banana, já deixando o produto pronto para comercialização.

Nesta pesquisa não houve aquisição de mudas e sim extração em outra área já cultivada com banana, com custos de 7,14% do COT, da mesma forma que o observado em Rambo et al. (2015): com a extração de mudas pelo próprio produtor, o custo desta corresponde a somente 2,81% do COT com a cultura. Situação muito diferente da apresentada por Furlaneto, Martins e Esperancini (2011), na qual só as aquisições de mudas de banana corresponderam de 36,47% a 39,77% do COT, ou mesmo por Silva, Tarsitano e Boliani (2005), em que, as aquisições de mudas corresponderam a 21,20% do COT.

O COE no primeiro ano (2014) de um hectare de banana em Tangará da Serra foi de R\$3.360,00/ha. Rambo et al. (2015) e Lacerda et al. (2013) determinaram COE muito próximo aos da presente pesquisa, R\$2.713,00/ha e R\$2.775,00/ha respectivamente na implantação da cultura da banana-maçã para o estado do Mato Grosso e Pará, nos anos agrícolas 2013 e 2011. Já Furlaneto,

Martins e Esperancini (2011), na região do Médio Paranapanema, estado de São Paulo, calcularam COE de R\$7.078,48/ha na implantação da cultura da banana na safra agrícola 2009/10; sendo R\$3.181,50/ha deste COE relativos à aquisição das mudas, verifica-se que sem a aquisição de mudas o COE da implantação da cultura da banana teria sido, portanto, reduzido para R\$3.896,98/ha. Da mesma forma, Furlaneto et al. (2005) obtiveram COE de R\$3.862,41/ha, sendo que, neste caso, o custo com a aquisição de mudas foi somente de R\$700,00, portanto, sem a aquisição de mudas, o COE seria de R\$3.162,41/ha. Muito embora não se possam comparar valores em épocas diferentes, o objetivo foi mostrar a importância dos custos com aquisição das mudas, quando se inicia na atividade, reconhecendo-se, no entanto, que em determinadas regiões do país, existe a necessidade de mudas melhoradas de banana, fator que demanda um maior investimento inicial.

Somando-se o COE obtido neste trabalho ao valor de R\$168,00 de outros custos operacionais, o COT de um hectare de banana no primeiro ano em Tangará da Serra-MT foi estimado em R\$3.528,00/ha. Rambo et al. (2015) verificaram COT de R\$2.848,65/ha, e Lacerda et al. (2013) COT de R\$3.025,00/ha, valores próximos ao determinado neste estudo, mas deve-se observar que o nível tecnológico adotado pelos produtores e a perspectiva de produção de banana-maçã foram diferentes: em Rambo et al. (2015) era-se mais intensivo em tecnologia e com menor produtividade, e em e Lacerda et al. (2013) mais intensivo em tecnologia e mais produtivo.

Furlaneto, Martins e Esperancini (2011) tiveram COT de R\$7.999,32/ha no primeiro ano, demonstrando-se que o sistema produtivo estudado por esses autores é altamente intensivo na utilização de capital, insumos e tecnologia, muito diferente do abordado na presente pesquisa, na qual a utilização de tecnologia e insumos poderia ser um fator qualitativo ao desenvolvimento da banana, porém as despesas de produção também seriam aumentadas e demandariam um suporte de assistência técnica e extensão rural, assim como de comercialização. Estes fatores, por ora, são ausentes e insuficientes para o atendimento da demanda dos agricultores familiares assentados locais, como já mencionado.

Na comercialização de banana-maçã, a receita bruta do agricultor assentado, como se observa (Tabela 21), pode variar de R\$9.100,00/ha a R\$22.347,00/ha e ser justificada tal variação pelo tipo de comercialização a ser realizado. Percebe-se para a cultura em foco a maior variação de receita obtida na comparação entre a

comercialização com o mercado tradicional e o PAA, sendo 145% maior para este último, e que R\$0,27/kg seria o preço do nivelamento da produção, isto é, aquele em que o COT seria pago independentemente do tipo de comercialização.

Já a receita bruta de um hectare de banana-maçã, no primeiro ano, em Tangará da Serra-MT, com produção de 13 toneladas por hectare, a um valor médio de R\$0,70 quilograma, foi de R\$9.100,00/ha. Lacerda et al. (2013), ao pesquisarem uma produção de 12 toneladas de banana-maçã por hectare, no segundo ano, a preço médio de R\$0,73, calcularam receita bruta de R\$8.760,00.

Pode-se constatar que o sistema de produção tradicional manual realizado em Tangará da Serra-MT apresenta produção muito próxima a dos estudos de Lacerda et al. (2013), Furlaneto et al. (2005) e um pouco acima do estudo de Silva, Tarsitano e Boliani (2005).

Tabela 21. Estimativas de produção, preços e indicadores financeiros da produção de banana-maçã, para um hectare, primeiro ano, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, em 2014/15

Tipo de Comercialização	Tradicional	PAA	Ponderada³⁹
Preço Médio (R\$.kg ⁻¹)	0,70	1,712	0,95
Produtividade (kg.ha ⁻¹)	13.000	13.000	13.000
Receita Bruta (R\$.ha ⁻¹)	9.100,00	22.347,00	12.358,00
COT (R\$.ha ⁻¹)	3.528,00	3.528,00	3.528,00
Lucro Operacional (LO) (R\$.ha ⁻¹)	5.572,00	18.819,00	8.830,00
Índice de Lucratividade (IL) (%)	61,23	84,21	71,45
Margem Bruta (%)	157,94	533,42	250,28
Ponto de Nivelamento (em kg.ha ⁻¹)	5.040	2.052	3.713
Ponto de Nivelamento (em R\$.kg ⁻¹)	0,27	0,27	0,27

Fonte: Elaboração do autor.

No mercado tradicional de comercialização de banana-maçã o lucro operacional seria de R\$5.572,00/ha, e para o produtor de banana-maçã de Tangará da Serra-MT, com a comercialização de toda a produção de um hectare, este preço pagaria o COT, o que demonstra que a atividade é lucrativa no curto prazo. Com

³⁹ Os cálculos de preços e estimativa financeira levaram em consideração a comercialização de R\$6.151,37 de banana-maçã com o PAA e o restante da produção de um hectare de banana-maçã comercializado com o mercado tradicional.

índice de lucratividade de 61,23%, já se teria uma taxa de disponibilidade de receita para a atividade da bananicultura após o pagamento de todas as despesas, e pela margem bruta de 157,94% do COT, haveria possibilidade de remuneração do risco e da capacidade empresarial do produtor. Por este preço de comercialização da banana, com a produção de 5.040 kg.ha⁻¹, o produtor pagaria todo o COT.

Tem-se, também, que, para o mercado do PAA de banana-maçã pelo agricultor familiar assentado, o preço médio recebido pela comercialização com o Programa é de R\$1,712⁴⁰ por quilograma de banana, tendo-se receita bruta de R\$22.347,00/ha. Porém, existe um problema para o agricultor assentado, na comercialização de toda a produção de um hectare de banana-maçã por meio de organização fornecedora, no PAA pela modalidade Compra com Doação Simultânea, pois o Programa, atualmente estabeleceu o valor máximo anual de comercialização de R\$8.000,00 por fornecedor⁴¹ (BRASIL, 2014). Isto significa que, com a produção obtida pela banana-maçã e o valor de comercialização, não seria possível comercializar toda a produção por este meio. A lógica do PAA, com efeito, é servir como um canal de comercialização da produção da agricultura familiar, não ser o único mercado para o produtor e, muito menos, estimular baixa produtividade a ser compensada via preço pago ao produtor⁴².

No entanto, caso fosse possível toda a produção ser comercializada via PAA, o lucro operacional seria de R\$18.819,00/ha, demonstrando ser lucrativa a atividade no curto prazo, com valor bem acima do obtido com a cultura da abóbora (R\$2.592,00/ha). Com índice de lucratividade de 84,21%, já se teria uma taxa de disponibilidade de receita para a atividade da bananicultura após o pagamento de todas as despesas, e pela margem bruta de 533,42% do COT, a remuneração da atividade ao produtor seria mais de cinco vezes este valor. Por este preço de comercialização da banana, com a produção de 2.052 kg.ha⁻¹, o produtor pagaria todo o COT.

⁴⁰ O valor de comercialização de banana-maçã pelo CPR Doação 2014 é de R\$1,91, porém, deste valor a COOPERVIDA retém 10%.

⁴¹ Em Tangará da Serra-MT, o valor máximo de comercialização dos agricultores familiares com o CPR Doação 2014 foi R\$6.500,00 sendo o valor médio projetado de comercialização de cada agricultor familiar de R\$6.151,37.

⁴² Para a banana-maçã, com a produção de 3.220 kg (40,2% da produção de um hectare), o produtor já atingiria a cota limite de comercialização local com o CPR Doação 2014 (R\$6.151,37), demonstrando de certa forma, o motivo do descontentamento dos agricultores familiares assentados do município com relação ao baixo limite de comercialização com o Programa.

Se houvesse uma comercialização ponderada⁴³ de banana- maçã, 40,2% da produção de um hectare para o PAA e 59,8% para o mercado tradicional, o preço médio recebido pela comercialização seria de R\$0,95 por quilograma de banana- maçã, tendo-se receita bruta de R\$12.358,00/ha, o lucro operacional seria de R\$8.822,00/ha (maior na ordem de R\$3.258,00/ha, se comparado com a comercialização somente com o mercado tradicional), para o produtor de banana- maçã de Tangará da Serra-MT, com a comercialização de toda a produção de um hectare, este preço pagaria o COT. O índice de lucratividade seria de 71,45%, tendo-se taxa de disponibilidade de receita para a atividade da bananicultura após o pagamento de todas as despesas, e pela margem bruta de 250,28% do COT, haveria possibilidade de remuneração do risco e da capacidade empresarial do produtor.

Na comercialização de banana da terra, por sua vez, os valores são menores, mas ainda bem atrativos (Tabela 22), a receita bruta variando de R\$8.000,00 a R\$16.128,00/ha em função do tipo de comercialização a ser realizado, sendo aproximadamente 101% maior pelo PAA que o preço obtido no mercado tradicional. Como o COT e a produtividade são iguais em ambos os mercados, o preço de nivelamento, isto é, o preço mínimo necessário para pagar o COT, seria de R\$0,44/kg.

Para o mercado tradicional de comercialização de banana da terra pelo agricultor familiar assentado, o preço médio pago pelos compradores é de R\$1,00 por quilograma de banana e tem-se receita bruta de R\$8.000,00/ha. Assim sendo, o lucro operacional seria de R\$4.472,00/ha, e o produtor de banana da terra de Tangará da Serra-MT, com a comercialização de toda a produção de um hectare a este preço, pagaria o COT, o que comprova ser a atividade em pauta lucrativa no curto prazo. Com índice de lucratividade de 55,90%, já se teria uma taxa de disponibilidade de receita para a atividade da bananicultura, após o pagamento de todas as despesas, e pela margem bruta de 126,76% do COT, haveria possibilidade de remuneração do risco e da capacidade empresarial do produtor. Por este preço de comercialização da banana da terra, com a produção de 3.528 kg.ha⁻¹, o produtor pagaria todo o COT.

⁴³ Comercialização da cota limite do produtor anualmente com o PAA, e o restante da produção de um hectare com comercialização com o mercado tradicional.

Para o mercado do PAA de banana da terra pelo agricultor familiar assentado, o preço médio recebido pela comercialização é de R\$2,016⁴⁴ por quilograma, gerando receita bruta de R\$16.128,00/ha. Mais uma vez, contudo, ressalta-se que no PAA pela modalidade Doação Simultânea estabeleceu-se o valor máximo de comercialização de R\$8.000,00 por fornecedor (BRASIL, 2014). Isto significa que, com a produção obtida pela banana da terra e o valor de comercialização, não seria possível comercializar a produção total por meio do Programa⁴⁵.

Todavia, se fosse possível comercializar toda a produção via PAA, o lucro operacional seria de R\$12.600,00/ha, o índice de lucratividade de 78,13% e margem bruta de 357,14% sobre o COT, valores maiores que os obtidos pela cultura da abóbora. Por este preço de comercialização da banana da terra, com a produção de 1.700 kg.ha⁻¹, o produtor pagaria todo o COT.

Tabela 22. Estimativas de produção, preços e indicadores financeiros da produção de banana da terra, para um hectare, primeiro ano, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, em 2014/15

Tipo de Comercialização	Tradicional	PAA	Ponderada⁴⁶
Preço Médio (R\$.kg ⁻¹)	1,00	2,016	1,348
Produtividade (kg.ha ⁻¹)	8.000	8.000	8.000
Receita Bruta (R\$.ha ⁻¹)	8.000,00	16.128,00	10.789,00
COT (R\$.ha ⁻¹)	3.528,00	3.528,00	3.528,00
Lucro Operacional (LO) (R\$.ha ⁻¹)	4.472,00	12.600,00	7.261,00
Índice de Lucratividade (IL) (%)	55,90	78,13	67,30
Margem Bruta (%)	126,76	357,14	205,81
Ponto de Nivelamento (em kg.ha ⁻¹)	3.528	1.750	2.617
Ponto de Nivelamento (em R\$.kg ⁻¹)	0,44	0,44	0,44

Fonte: Elaboração do autor.

⁴⁴ O valor de comercialização de banana da terra pelo CPR Doação 2014 é de R\$2,24, porém, deste valor a COOPERVIDA retém 10%.

⁴⁵ Para a banana da terra, com a produção de 2.746 kg (34,3% da produção de um hectare), o produtor já atingiria a cota limite de comercialização com o CPR Doação 2014 (R\$6.151,37) de Tangará da Serra-MT, demonstrando mais uma vez, o motivo do descontentamento com relação ao baixo limite de comercialização com o PAA.

⁴⁶ Os cálculos de preços e estimativa financeira levaram em consideração a comercialização de R\$6.151,37 de banana da terra com o PAA e o restante da produção de um hectare de banana da terra comercializado com o mercado tradicional.

Por fim, levando-se em consideração, a realização de comercialização ponderada, onde 34,3% da produção de um hectare comercializado com o PAA e 65,7% com o mercado tradicional, o preço médio recebido pela comercialização de banana da terra seria de R\$1,348 por quilograma de banana, tendo-se receita bruta de R\$10.789,00/ha, o lucro operacional seria de R\$7.261,00/ha (maior na ordem de R\$2.789,00/ha, se comparado com a comercialização somente com o mercado tradicional), e para o produtor de banana da terra, com a comercialização de toda a produção de um hectare, este preço pagaria o COT. Com índice de lucratividade de 67,30%, se têm taxa de disponibilidade de receita para a atividade da bananicultura após o pagamento de todas as despesas, e pela margem bruta de 205,81% do COT, haveria possibilidade de remuneração do risco e da capacidade empresarial do produtor.

5.2.4 Custos e lucratividade da cultura da mandioca

Originária do continente americano, provavelmente do Brasil Central, a mandioca (*Manihot esculenta*) é atualmente cultivada em países compreendidos por uma extensa faixa do globo terrestre, que vai de 30º de latitude norte a sul (SOUZA; OTSUBO, 2002); apresenta tolerância à seca e ampla adaptação às mais variadas condições de clima e solo; e tem como a parte mais importante a raiz tuberosa, rica em amido, utilizada na alimentação humana e animal ou como matéria-prima para diversas indústrias (LORENZI et al., 2002). Possui também importância na geração de emprego e de renda (SOUZA; FIALHO, 2003).

Constitui-se a mandioca em um dos principais alimentos energéticos, componente cotidiano da refeição de cerca de 1 bilhão de pessoas em 105 países, sobretudo naqueles em desenvolvimento (SOUZA; AGUIAR; LÔBO, 2011). Tanto que, segundo Felipe, Alves e Vieira (2013), a mandioca é um dos mais dinâmicos produtos da agricultura mundial, e os autores enfatizam que a mesma possui potencialidade para ser utilizada na alimentação animal e como matéria-prima para a agroindústria e o etanol. A mandioca é conhecida, ainda, pela rusticidade e pelo papel social que desempenha, principalmente entre as populações de baixa renda (OTSUBO; PEZARICO, 2002).

Estima-se que no ano de 2012 a produção mundial foi acima de 280 milhões de toneladas de mandioca em área superior a 21,8 milhões de hectares (produtividade média de $12,8 \text{ t.ha}^{-1}$), fator que a coloca como uma das principais explorações agrícolas do mundo (FAO, 2014). O Brasil ocupa a terceira posição no *ranking* mundial de produção de mandioca (SOUSA; AGUIAR; LÔBO, 2011), e em 2015 a produção nacional foi de mais de 22,7 milhões de toneladas em área próxima a 1,5 milhões de hectares (produtividade média de $15,2 \text{ t.ha}^{-1}$) (LSPA, 2016).

Os estados do Pará, Paraná, Bahia, Maranhão e São Paulo são principais produtores nacionais (AGRIANUAL, 2016). No estado de Mato Grosso, a produção de mandioca foi de um pouco mais de 300 mil toneladas em área de 20,5 mil hectares (produtividade média de $14,7 \text{ t.ha}^{-1}$) (LSPA, 2016); a participação mato-grossense, portanto, representa, pouco mais de 1,3% da produção e área nacional.

Lorenzi et al. (2002) apontam que a farinha é o principal derivado da mandioca e é consumida em todo o país, especialmente pela população de renda mais baixa e que o consumo médio brasileiro de mandioca é de 70 kg/habitante/ano, no qual o consumo médio de farinha é de aproximadamente 18 kg/habitante/ano (60 kg equivalente raiz) e 10 kg são consumidos nas formas de raízes frescas (mandioca de mesa) e de outros derivados menos expressivos, tais como polvilho, tapioca, puba, etc.

Souza e Souza (2002) comentam que a mandioca tem sido historicamente cultivada, em sua maior proporção, por pequenos produtores, que têm disponíveis somente áreas marginalizadas do processo de produção de culturas economicamente mais rentáveis, apresentando solos com problemas de nutrientes, degradados em sua estrutura e sujeitos à erosão. Silva (2002), em contrapartida, apresenta que a mandioca demanda baixo custo de produção, baixo risco de colheita, baixo investimento e mão de obra pouco qualificada (mas muito onerosa), fatores que de certa forma combinam com a agricultura familiar. Apesar da grande diversidade, o sistema produtivo da cadeia de mandioca apresenta três tipologias básicas: a unidade doméstica, a unidade familiar e a unidade empresarial, as quais levam em consideração as interconexões entre a origem da mão de obra, o nível tecnológico, a participação no mercado e o grau de intensidade do uso de capital na exploração (CHICHERCHIO, 2013; SOUZA; OTSUBO, 2002).

Em função do tipo de raiz, a mandioca pode ser classificada em: 1) de “mesa”: é comercializada na forma *in natura*; e 2) para a indústria: é transformada

principalmente em farinha, fécula e produtos derivados (SOUZA; FIALHO, 2003). A mandioca de mesa geralmente é comercializada *in natura*, em feiras livres e supermercados, durante todo o ano, assim como pode ser encontrada minimamente processada (congelada, refrigerada, pré-cozida e em forma de “chips”); já a mandioca destinada às indústrias é usada principalmente na fabricação de farinhas e féculas, para composição da alimentação humana (SOUSA, AGUIAR; LÔBO, 2011).

A propriedade pesquisada conta com mão de obra efetiva de duas pessoas e tem experiência no cultivo de mandioca⁴⁷ (*Manihot esculenta*) em sistema de plantio tradicional manual intensivo em trabalho⁴⁸.

O cultivo de mandioca era realizado sobre área que anteriormente fora cultivada com culturas anuais; o(a) agricultor(a) familiar assentado(a) identificou a mandioca como da variedade Liberata (destinada à comercialização de mesa); o espaçamento utilizado foi de 1,0 x 0,8 metros, com 12.500 pés por hectare; considera-se que 2/3 possuem produção comercial, e a produção média de cada pé de mandioca é de 3 quilogramas/ciclo, em um sistema de produção que não faz utilização de insumos e tecnologia e não conta com sistema de irrigação.

A planilha de estimativa de custo operacional total (COT) de produção de mandioca, com o custo operacional efetivo (COE) e suas despesas com operações manuais e com os outros custos operacionais para a cultura, é detalhada na Tabela 23.

Pode-se observar que as despesas com operações mecanizadas da cultura da mandioca foram de R\$160,00/ha, que representaram 5,01% do custo operacional total (COT) da atividade. A despesa foi de gradagem, contratada pelo agricultor familiar assentado para preparar a área e deixar o solo em condições de receber as manivas de mandioca.

Fachini et al. (2009) obtiveram com operações mecanizadas na cultura da mandioca indústria, no estado de São Paulo, despesas que representaram 3% do COT. Na produção de mandioca para a indústria na região do médio Paranapanema-SP, o item de maior custo foi o de operações mecanizadas, que representou quase 43% do COT, valores maiores por haver capinas mecânicas,

⁴⁷ O ciclo produtivo da mandioca é de 15 meses, no qual o(a) agricultor(a) familiar assentado(a) realizou Plantio da maniva em abril de 2014 e Colheita entre junho e agosto de 2015.

⁴⁸ Sistema assim denominado pelo pesquisador.

pulverizações e a colheita ser semimecanizada (FURLANETO; KANTHACK; ESPERANCINI, 2007). Quanto às despesas com operações manuais, observou-se que foram de R\$2.880,00/ha e atingiram 90,22% do COT, sendo que as despesas com operações de implantação (R\$560,00) corresponderam a 19,44% deste total, as despesas com tratos culturais (R\$1.600,00) representaram 55,55%, e as despesas com colheita e encaixamento (R\$720,00) foram correspondentes a 25%.

Tabela 23. Estimativa de custo operacional total (COT) de produção de mandioca, para um hectare, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, safra 2014/2015

Descrição	Especificação	Valor		Valor
		Unitário (R\$)	Quantidade	Total (R\$)
1. Despesas com Operações Mecanizadas				
Gradagem	hm	80,00	2,0	160,00
Subtotal 1				160,00
2. Despesas com Operações Manuais				
2.1. Implantação				
Coveamento	hd	80,00	2,0	160,00
Produção e distribuição de maniva	hd	80,00	3,0	240,00
Plantio	hd	80,00	2,0	160,00
2.2. Tratos culturais				
Capinas	hd	80,00	20,0	1.600,00
2.3. Colheita				
Colheita e encaixamento	hd	80,00	9,0	720,00
Subtotal 2				2.880,00
3. Custo Operacional Efetivo (COE)				
Subtotal 1 + Subtotal 2				3.040,00
4. Outros Custos Operacionais				
Outras Despesas (5%)				152,00
5. Custo Operacional Total (COT)				
COE + Outros Custos Operacionais				3.192,00

Fonte: Elaboração do autor.

Fachini et al. (2009) buscando as despesas de operações manuais para a cultura da mandioca, encontram 38% do COT, que, se somado às despesas com manivas, seriam de 48% do COT. Novamente diferenciando-se dos resultados obtidos nesta pesquisa, nos estudos de Furlaneto, Kanthack e Esperancini (2007) os gastos com mão de obra representaram somente 12,56% do COT.

Ressalta-se que para a produção de mandioca, no caso estudado, não se possui despesas com materiais consumidos. Já em Fachini et al. (2009) os materiais consumidos (fertilizantes e corretivos) para a cultura da mandioca eram responsáveis por 22% do COT, e para Furlaneto, Kanthack e Esperancini (2007) as despesas com fertilizantes, manivas, herbicidas e inseticidas responderam por 8,81%, 6,9%, 3,22% e 1,35% do COT, respectivamente, valores que somados correspondem por 20,28% do COT da cultura da mandioca.

O COE de um hectare de mandioca em Tangará da Serra-MT foi de R\$3.040,00/ha. Somando-se o COE obtido neste trabalho ao valor de R\$152,00 de outros custos operacionais, o COT de um hectare de mandioca foi estimado em R\$3.192,00/ha.

Fachini et al. (2009) delimitam o COT da produção de um hectare de mandioca em R\$1.544,48/ha. Na presente pesquisa, o principal fator de despesas na produção de mandioca é a mão de obra, em especial a voltada à limpeza de manutenção do mandiocal e à colheita e encaixamento, que somadas correspondem a 74,56% dos custos de produção de mandioca, evidenciando-se que em Tangará da Serra-MT o sistema de produção é altamente intensivo em mão de obra, uma característica dos produtos da agricultura familiar.

Da mesma forma constataram Souza et al. (2014b) na produção de mandioca para a agricultura familiar cultivada em sequeiro sem adubação, na qual, o que mais influenciou nos custos de produção, foi a mão de obra, que é intensiva neste sistema, representando mais de 88% dos custos.

Os custos estimados pelo Agriannual (2016), com valores para 2015 para o estado de Paraná, de R\$5.313,00/ha, são próximos aos obtidos na nossa pesquisa se não considerarmos as despesas com insumos, que foram de R\$1.533,00/ha. Chama a atenção ainda a produtividade de 25 t.ha⁻¹ (semelhante à da pesquisa, sem despesas com fertilizantes, fitossanitários e manivas) e a diferença dos preços obtidos pelos produtores de mandioca no Paraná, que recebem apenas R\$0,22/kg, conseqüentemente com lucratividade de apenas R\$312,00/ha.

Na comercialização de mandioca, a receita bruta do agricultor assentado pode variar de R\$12.500,00 a R\$24.300,00/ha, o que se justifica pelo tipo de comercialização a ser realizado, quase 95% maior pelo PAA em relação ao preço obtido no mercado tradicional. Como o COT e a produtividade nos dois tipos de comercialização se apresentam iguais, o preço de nivelamento, isto é, o preço mínimo necessário para pagar o COT, seria de R\$0,13/kg (Tabela 24).

Tabela 24. Estimativas de produção, preços e indicadores financeiros da produção de mandioca, para um hectare, no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT, em 2014/15

Tipo de Comercialização	Tradicional	PAA	Ponderada⁴⁹
Preço Médio (R\$.kg ⁻¹)	0,50	0,972	0,607
Produtividade (kg.ha ⁻¹)	25.000	25.000	25.000
Receita Bruta (R\$.ha ⁻¹)	12.500,00	24.300,00	15.188,00
COT (R\$.ha ⁻¹)	3.192,00	3.192,00	3.192,00
Lucro Operacional (LO) (R\$.ha ⁻¹)	9.308,00	21.108,00	11.996,00
Índice de Lucratividade (IL) (%)	74,46	86,86	78,98
Margem Bruta (%)	291,60	661,28	375,81
Ponto de Nivelamento (em kg.ha ⁻¹)	6.384	3.284	5.258
Ponto de Nivelamento (em R\$.kg ⁻¹)	0,13	0,13	0,13

Fonte: Elaboração do autor.

No mercado tradicional de comercialização de mandioca pelo agricultor familiar assentado, o preço médio pago pelos compradores é de R\$0,50 por quilograma de mandioca, e tem-se receita bruta de R\$12.500,00/ha. Assim sendo, o lucro operacional seria de R\$9.308,00/ha, e o produtor de mandioca de Tangará da Serra-MT, com a comercialização de toda a produção de um hectare a este preço, pagaria o COT, o que demonstra ser lucrativa essa atividade no curto prazo. Com índice de lucratividade de 74,46%, já se teria uma taxa de disponibilidade de receita para a atividade da mandiocultura, após o pagamento de todas as despesas, e pela margem bruta de 291,60% do COT, haveria possibilidade de remuneração do risco e

⁴⁹ Os cálculos de preços e estimativa financeira levaram em consideração a comercialização de R\$6.151,37 de mandioca com o PAA e o restante da produção de um hectare de mandioca comercializado com o mercado tradicional.

da capacidade empresarial do produtor. Por este preço de comercialização da mandioca, com a produção de 6.384 kg.ha^{-1} , o produtor pagaria todo o COT.

Esses valores são menores que os obtidos por Souza et al. (2014b) de 7.780 kg.ha^{-1} necessários para cobrir os custos de produção de mandioca em sistema sem adubação; já em sistema adubado, necessita-se de produção de $13.890 \text{ kg.ha}^{-1}$ para cobrir o COT.

Para o mercado do PAA de mandioca pelo agricultor familiar assentado, o preço médio recebido pela comercialização com o Programa é de R\$0,972⁵⁰ por quilograma de mandioca, tendo-se receita bruta de R\$24.300,00/ha. O já referido problema com o valor máximo de comercialização de R\$8.000,00/ano por fornecedor⁵¹ (BRASIL, 2014), impede, contudo, que toda a produção seja comercializada via Programa⁵².

Se fosse possível toda a produção ser comercializada via PAA, o lucro operacional seria de R\$21.108,00/ha, e o produtor de mandioca de Tangará da Serra-MT obteria índice de lucratividade de 86,86% e margem bruta de 661,28% do COT. Considerando este preço de comercialização da mandioca, com a produção de 3.284 kg.ha^{-1} o produtor pagaria todo o COT, e a produção obtida acima desse valor seria o lucro do produtor. Das quatro atividades estudadas (considerando abóbora, banana-maçã, banana da terra e mandioca), a produção de mandioca apresentou maior lucratividade.

Com comercialização ponderada da produção de mandioca de um hectare, o produtor comercializaria 5.695 kg (22,8% da produção) com o PAA, e 19.305 kg (77,2% da produção) com o mercado tradicional, o preço médio recebido pela comercialização seria de R\$0,607 por quilograma de mandioca, tendo-se receita bruta de R\$15.188,00/ha, o lucro operacional seria de R\$11.996,00/ha (maior na ordem de R\$2.688,00/ha, se comparado com a comercialização somente com o mercado tradicional), e para o produtor de mandioca, com a comercialização de toda a produção de um hectare, este preço pagaria o COT. Com o índice de lucratividade

⁵⁰ O valor de comercialização de mandioca pelo CPR Doação 2014 é de R\$1,08/kg, porém deste valor a COOPERVIDA retém 10%, recebendo líquido R\$0,972/kg.

⁵¹ Lembrando que em Tangará da Serra-MT, o valor máximo de comercialização dos agricultores familiares com o CPR Doação 2014 foi R\$6.500,00 sendo o valor médio projetado de comercialização de cada agricultor familiar de R\$6.151,37.

⁵² Para a mandioca, com a produção de 5.695 kg (22,8% da produção de um hectare), o produtor já atingiria a cota limite de comercialização local com o CPR Doação 2014 (R\$6.151,37), demonstrando como mencionado, a justificativa do motivo do descontentamento dos agricultores familiares assentados do município com relação ao baixo limite de comercialização com o PAA.

de 78,98%, se têm taxa de disponibilidade de receita para a atividade da mandioca após o pagamento de todas as despesas, e pela margem bruta de 375,81% do COT, haveria possibilidade de remuneração do risco e da capacidade empresarial do produtor seria mais de três vezes este valor.

A análise financeira das três principais culturas agrícolas produzidas no Assentamento Antônio Conselheiro e comercializadas com o PAA CPR Doação 2014, com os preços médios obtidos na comercialização, tanto no mercado tradicional, no PAA e na comercialização ponderada entre os dois mercados, apresenta a cultura da mandioca com maior rentabilidade, mesmo considerado o ciclo de produção maior (15 meses). As produções de banana-maçã e da banana da terra também apresentaram rentabilidade para os agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT (ciclo de produção de 12 meses), tendo-se bananal com produção comercial por até três anos. E por último o cultivo da abóbora, muito embora também tenha apresentado resultados de rentabilidade positivos, esses são menores que os de mandioca e de banana, mesmo com ciclo de produção menor (de 4 a 5 meses).

5.3 ILUSTRAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Figura 4. Placa de identificação do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 5. Aplicação de formulário junto a agricultor familiar assentado de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014 - A



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 6. Aplicação de formulário a agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014 - B



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 9. Produção de aves de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 10. Produção de suínos de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 11. Implantação de horta de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 12. Produção de mandioca de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 13. Produção de banana de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 14. Caixa de transporte de banana de agricultor familiar assentado da reforma agrária de Tangará da Serra-MT integrante do CPR Doação 2014



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 15. Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará da Serra e da COOPERVIDA.



Fonte: Elaboração do autor.

6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Pelos resultados da presente pesquisa, considera-se que, do PAA em Tangará da Serra-MT, as condições socioeconômicas, de produção, de comercialização, de organização, de participação, de resultados na qualidade de vida dos agricultores familiares assentados e dos custos e da lucratividade da produção apresentam-se delimitadas como se segue:

- A idade média dos entrevistados é de 51,5 anos, a maioria possui ensino fundamental incompleto, o número médio de residentes por família no lote é maior que o número médio de trabalhadores no núcleo familiar, e o percentual de 35,70% das entrevistas foi realizado com agricultoras familiares assentadas.
- As residências dos entrevistados são predominantemente de alvenaria e têm boa qualidade, todas contam com energia elétrica, a principal fonte de água das famílias é o poço próprio, e a área média dos lotes é de 30,63 hectares.
- A produção agropecuária dos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT é diversificada. Com o PAA, têm-se comercialização de produtos agrícolas diversos, e o Programa fortaleceu a qualidade e a quantidade dos produtos.
- Com o PAA, a comercialização da produção vegetal é a de maior importância, em especial pelo preço remunerador pago aos produtos, e a renda média agrícola das famílias se concentra na faixa de 0,34 até 2 salários mínimos/mês.
- A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará da Serra são importantes apoiadores da execução do PAA em nível local.
- Verifica-se, contudo, que pela visão dos agricultores familiares assentados o associativismo está tendo por finalidade única a comercialização com o Programa.
- Com o Programa obtiveram-se melhorias nas condições de equipamentos, infraestrutura, moradia e vida das famílias, entretanto, há preocupações quanto às

interrupções e intermitência de projetos do PAA, fatores que geram insegurança e desconfiança quanto ao Programa em nível municipal.

- As atividades agrícolas predominantes no Assentamento e na comercialização para o PAA, abóbora, banana e mandioca, mostraram resultados econômicos positivos, com os preços médios obtidos no mercado tradicional, no PAA e comercialização ponderada por esses dois mercados. O maior lucro operacional foi obtido com a produção da mandioca, independentemente do preço obtido, mas a maior diferença entre preço de venda tradicional e venda PAA foi obtida com a banana-maçã, de 145%: o menor resultado econômico foi com a produção de abóbora. Está última atividade é a única que permite vender toda a produção de um hectare ao PAA, ao contrário da banana e da mandioca, que apresentaram valores bem superiores ao valor máximo por produtor/ano de comercialização com o PAA.

- Percebe-se uma falta de articulação entre as políticas públicas voltadas ao segmento da agricultura familiar, que resulta em ausência de assistência técnica, de extensão rural e de acesso ao PRONAF. Assim sendo, ajustes locais e regionais na concepção e execução do PAA assim como de outras políticas públicas voltadas à agricultura familiar (crédito, assistência técnica e extensão rural, seguro agrícola, habitação, comercialização e preços) mostram-se necessários.

- As políticas públicas dirigidas ao segmento da agricultura familiar devem ser articuladas entre si, para os agricultores familiares assentados ao final serem os beneficiários, junto com suas organizações, das ações atuais do estado, no curto, médio e longo prazo, e não só pontualmente.

- Localmente, percebe-se que o apoio voltado ao fortalecimento da agricultura familiar é menos abrangente que o proposto nas legislações vigentes do PAA e outras ligadas ao segmento.

7 CONCLUSÃO

- Produzir produtos agrícolas e pecuários, apesar das limitações de atendimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, os agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT conseguem em quantidade, com qualidade e diversificação, tanto para atender a demanda da própria família, quanto para comercialização, reforçando a pertinência de característica conceitual essencial da agricultura familiar.
- Vender a produção dos agricultores familiares assentados, que se apresenta lucrativo, precisa de um suporte mais efetivo; apesar do PAA representar uma ferramenta importante de comercialização, ainda se encontra embrionário e incipiente em nível municipal, na construção de acesso a novos mercados e na organização dos agricultores familiares assentados.
- Assim sendo, a hipótese é confirmada somente no aspecto da produção e, ainda, mesmo a produção apresentando bons índices de lucratividade, ressalva-se que, por questões de funcionamento e regras do PAA, tanto em âmbito municipal como nacional, o Programa não consegue absorver toda a produção desses agricultores familiares, também não foi possível perceber o fortalecimento da organização e do espírito cooperativista dos agricultores familiares assentados, após a participação no PAA.
- Entretanto, a luta em favor da agricultura familiar não pode ser diminuída e/ou enfraquecida sob qualquer situação, porque dos avanços alcançados pelo segmento com programas como o PAA e outros, mesmo com seus gargalos, em nenhum momento foram consequências da boa vontade dos poderes públicos: municipal, estadual e/ou federal; e sim resultados de intensas lutas, enfrentamentos, momentos políticos e econômicos favoráveis e principalmente, reflexos da importância econômica, social, política, alimentar e ambiental que tem a agricultura familiar em contribuir com a soberania da população e do país.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998. 104 p.
- AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13-21. 2012. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2012/tec2-03-04-2012.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- AGRIANUAL - ANUÁRIO DA AGRICULTURA BRASILEIRA 2016. São Paulo: Informa Economics South America/FNP, 2016.
- AGUIAR, C. C.; FONSECA, B. C. Evolução, acesso e efetividade das políticas públicas para a agricultura familiar no Governo Lula: um estudo do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável de Viçosa, Minas Gerais. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 3, p. 121-145. 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural/article/view/7854/pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, DF: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/o/1635683>>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- ALVES, V. O.; VIEIRA, N. S.; SILVA, T. C.; FERREIRA, P. R. O associativismo na agricultura familiar dos estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **APGS**, Viçosa, MG, v.3, n.1, p. 66-88. 2011. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/47/48#.VvqxZ-IrLIU>>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- AMARO, G. B. *et al.* **Recomendações técnicas para o cultivo de abóbora híbrida do tipo japonesa**. Brasília, DF: Embrapa Hortaliças, 2014. (Circular Técnica, n. 137)
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Ser ou não ser agricultor? eis a questão: representações sociais sobre a profissão de agricultor entre jovens de comunidade rural no sul do Brasil. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, MG, v. 4, n. 1, p. 14-26. 2015. Disponível em: <<http://www.revistarever.ufv.br/index.php/rever/article/download/38/39>>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- ANTUNES, M. V. M.; HESPANHOL, R. A. M. O programa de aquisição de alimentos no município de Dracena-SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 33, p. 101-122. 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/1929/1809>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ARAÚJO, J. L. P.; CORREA, R. C. Análise dos custos de produção e da rentabilidade do sistema típico de produção de abóbora no Submédio São Francisco. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 8., 2010, São Luiz. **Anais...** Pelotas: SBSP, 2010. p. 1-5. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/859568/1/lincoln.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

AZEVEDO, R. A. B. Análise e descrição de sistemas agrícolas: teorias para não naturalização da agricultura. **Revista Verde**, Mossoró, v. 2, n. 2, p. 01-26, 2007. Disponível em: <<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/40/40>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BAIARDI, A. Gênese e evolução da agricultura familiar: desafios na realidade brasileira e as particularidades do semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 143-156. 2014. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1458>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#2>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BAVARESCO, P. A. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (Fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 255-315.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634800/2719>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a03.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2016.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 – 2015: avanços e desafios**. Brasília, DF: SAF/MDA, 2015. 113 p.

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 57-104.

BRASIL. Decreto nº 8.381, de 29 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 de dezembro de 2014. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8381.htm>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 de agosto de 2014. Disponível:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_correta.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. Decreto nº 8.166, de 23 de dezembro de 2013. Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de dezembro de 2013. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8166.htm>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 de julho de 2012. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_correta.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de outubro de 2011. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_correta.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de julho de 2006. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_correta.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 de julho de 2003. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_correta.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 de julho de 2003a. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_correta.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRUMER, A.; DUQUE, G.; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M. N. B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 179-234.

BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. (Coord.). **Cadeia produtiva de frutas**. Brasília, DF: MAPA/SPA/IICA, 2007.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Campinas: FAO/INCRA, 2000. 58 p.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 45-65. 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n2_1998/vol15_n2_1998_4artigo_45_65.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

CAMPOS, A.; BIANCHINI, V. A agricultura familiar passa a ser uma prioridade de Estado. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 11-25.

CAMARGO, E. A. O. M.; GOMES, R. R. O.; MEIRA, B. C.; BORSATTO, R. S. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do Assentamento 23 de Maio, Itapetininga, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 18-28. 2013. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2013/tec2-0113.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CARDOSO, C. F. S. **Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 125 f.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

CERDAN, M.A. **O tempo que os escravos tinham para si: um estudo sobre a autonomia escrava em Itu de 1850 a 1888**. 2013. 177 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/110586/000796274.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). Tradução de Manuel Villaverde Cabral. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

CHICHERCHIO, C. L. S. **Mandioca e principais derivados**: noções. Brasília, DF: Conab, 2013. 64 p. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_06_05_10_14_46_mandioca_e_derivados_-_nocao_produtos.pdf>. Acesso em 20 mai. 2016.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos**: resultados das ações da CONAB em 2015. Brasília, DF, 2016. 24 f. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_02_02_16_00_42_acoes_da_conab_paa_2015.pdf>. Acesso em 01 ago. 2016.

_____. **MOC**: Manual de Operações CONAB. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>>. Acesso em: 20 maio 2016.

CONTERATO, M. A.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.). **Agricultura familiar**: interações entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p.13-54.

DALLACORT, R.; MARTINS, J. A.; INOUE, M. H.; LOURENÇO, P. S.; COLETTI, A. J. Distribuição das chuvas no município de Tangará da Serra, médio norte do Estado de Mato Grosso, Brasil. **Acta Scientiarum Agronomy**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 193-200. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asagr/v33n2/01.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

D'ÁVILA, C. A. R.; SILVA, S. P. Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, v. 15, n. 2, p. 335-346. 2011. Disponível em: <http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=69>. Acesso em: 10 jun. 2016.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. P. (Org.) **Políticas públicas e a agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 15-52.

DEVES, O. D. **Fortalecimento da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: o caso do município de São Pedro do Butiá-RS. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/18840>>. Acesso em 10 jun. 2016.

DIAS, T. F.; NUNES, E. M.; TORRES, F. L.; TORRES, A. C. M. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 9, n.3, p. 100-129, 2013. Disponível em:

<<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1127/347>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

DIAS, T. F.; ROCHA, L. A. O PAA e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte - 2005 a 2011. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 7, n. 1, p. 16-25, 2015. Disponível em:

<<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/viewFile/557/389>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. A avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. In: BOTELHO FILHO, F. B.; CARVALHO, A. D. (Orgs.). **Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Rurais. v. 7, n. 27, p.107-138. 2007. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/aval_impact_econo.pdf>. Acesso em 10 jun. 2016.

EMPAER-MT. **Agricultura familiar em números: 1ª aproximação**. Cuiabá, 2015.

FACHINI, C.; RAMOS JUNIOR, E. U.; BARROS, V. L. N. P.; LUCHESI JUNIOR, V. Viabilidade econômica das culturas de feijão, abóbora e mandioca para indústria em consórcio com eucalipto, região de Capão Bonito, estado de São Paulo.

Informações Econômicas, São Paulo, v. 39, n. 5, p. 16-28. 2009. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2009/tec2-0509.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. **Produzir mais com menos: mandioca: um guia para intensificação sustentável da produção**. [S. l.], 2014. 24 p. (Informe de política). Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i2929o.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FELIPE, F. I.; ALVES, L. R. A.; VIEIRA, R. M. Fécula de mandioca: produção na Tailândia versus Brasil. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 28, 2013. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pdf/Agroanalysis_marco_2013.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FERREIRA, M. J.; BORSATTO, R. S.; GOMES, R. R. S.; MEIRA, B. C.; BERGAMASCO, S. M. M. P. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento para organização social de agricultores familiares: o caso de Angatuba, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 55-62. 2014. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2014/tec5-0214.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FURLANETO, F. P. B.; KANTHACK, R. A. D.; ESPERANCINI, M. S. T. Análise econômica da cultura da mandioca no Médio Paranapanema, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 10, p. 20-26, 2007. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie2-1007.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2016.

FURLANETO, F. P. B.; MARTINS, A. N.; ESPERANCINI, M. S. T. Viabilidade econômica de manejos nutricionais na cultura de banana. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 41, n. 2, p. 205-212, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/pat/article/view/10813>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FURLANETO, F. P. B.; MARTINS, A. N.; GOLDONI, C. L.; ESPERANCINI, M. S. T. Custo de produção e rentabilidade da cultura de banana “maçã” (*Musa ssp.*) na região do Médio Paranapanema, estado de São Paulo, 2005. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 12, p. 19-25, 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec2-1205.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 045-068, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n1/03.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

GGPAA. Resolução nº 1, de 31 de julho de 2003. Define a sistemática de aquisição da produção da agricultura familiar para os produtores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e estabelece critérios para a aquisição e doação de gêneros alimentícios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 ago. 2003. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa__correta.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GGPAA. Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011. Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 ago. 2011. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa__correta.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GGPAA. Resolução nº 59, de 10 de julho de 2013. Estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa__correta.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GHIZELINI, A. A. M. A experiência do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná: uma estratégia para a produção de atores sociais na agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL ANPPAS, 6., 2012, Belém. **Anais...** São Paulo: ANPPAS, 2012. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-120-251-20120629174810.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

GOMES, A.; BASTOS, F. Limites e expectativas da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, DF, v. 1, n. 1., p. 1-22, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodof.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/25/17>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GONZAGA, D. A. **Resultados e significados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares de Pereira Barreto (SP)**. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Faculdade de Engenharia, universidade Estadual paulista, Ilha Solteira, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128068/000849377.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

GOUVEIA, R. G. L.; RAMBO, J. R.; GALVANIN, E. A. S.; GOUVEIA, R. G. L. Diagnóstico sobre administração de famílias assentadas de Tangará da Serra - MT: o caso do projeto de crédito fundiário Vale do Sol II. **Revista Brasileira de Agrociência**, Pelotas, v. 18, n. 4, p. 283-291, 2012. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/faem/agrociencia/v18n4/artigo%2003.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

GRANDO, M. Z.; FERREIRA, G. S. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul**. Textos para Discussão FEE nº 113. Porto Alegre. 2013. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/tds/113.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas-SP: UNICAMP, 1996. p. 1-40.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 157-180.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. 624 p.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n.2, p. 323-346, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52n2/07.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 255 p. (Estudos brasileiros, v. 24).

HESPANHOL, R. A. M. O Programa de aquisição de alimentos (PAA) na MRG de Dracena (SP). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 20, p. 64-87, 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1429/1207>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a03.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

HOLANDA, D. R. **Desenvolvimento rural sustentável: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território da cidadania Vale do Curu e Aracatiçu-CE**. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6283/1/2012_dis_drholanda.pdf>. Acesso em: 23 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=510795&idtema=16&se arch=mato-grosso|tangara-da-serra|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 23 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro, 2012. v. 39, 101 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Tabela com módulo fiscal dos municípios**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Reforma agrária**: pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentados da reforma agrária. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/pqra_-_apresentao.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, DF, 1996.

JOVCHELEVICH, P. **Melhoramento participativo de abóbora (*Cucurbita moschata* Dusch), sob manejo biodinâmico**. 2011. 54 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2011. Disponível em: <http://www.biodinamica.org.br/pdf/TESE_CD_COMPLETA.pdf>. Acesso em: 23 maio 2016.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, 2008. Disponível em:

<www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/download/5469/4991>. Acesso em: 16 jun. 2016.

KAGEYAMA, A. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLAVERDE, C. M. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. p.113-223.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v. 12/13, p. 55-72, 1989/90. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1904/1553>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. A. Caracterização dos estabelecimentos de assentados no censo agropecuário de 2006. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 13, p. 31-74. 2010. Disponível em: <<http://www.uniara.com.br/arquivos/file/nupedor/revistas-retratos/Retratos-v13-2010/conteudo.pdf>>. Acesso em 08 jun. 2016.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 105-122, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n1/06.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

LACERDA, M. D.; TARSITANO, R. A.; HERNANDES, F. B. T.; NASSER, M. D. Análise econômica da produção de banana-maçã na região sudeste do estado do Pará. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 40-44, 2013. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2013/tec3-0813.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LEITE, S. P. (Org.) **Políticas públicas e a agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

LEMOS, S. M.; LIMA, I. S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, MG, v. 25, n. 1, p. 069-092, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/download/143/186>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

LOPES, D. E.; ALMEIDA, R. A. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 13, n. 1, p. 132-148, 2012. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1036/1906>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

LORENZI, J. O.; OTSUBO, A. A.; MONTEIRO, D. A.; VALLE, T. L. Aspectos fitotécnicos da mandioca em Mato Grosso do Sul. In: OTSUBO, A. A.; MERCANTE, F. M.; MARTINS, C. S. **Aspectos do cultivo da mandioca em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Campo Grande: UNIDERP, 2002. 219 p.

LSPA. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Rio de Janeiro, 2016. 79 p. Disponível em:

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Fasciculo/lspa_201603.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Fasciculo/lspa_201603.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2016.

MAIA, P. O.; FERRANTE, V. L. B. S. PAA em assentamentos rurais: novos modos de vida? **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, v.17, p. 245-260, 2014.

Disponível em: <<http://www.uniara.com.br/arquivos/file/nupedor/revistas-retratos/Retratos-v17-n1-2014/conteudo.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

MALUF, R. S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, S. P. (Org.) **Políticas públicas e a agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 145-168.

MARCELINO, J. S.; MARCELINO, M. S. **Dossiê técnico: cultivo de abóboras**. Instituto de Tecnologia do Paraná, 2012. 24 f.

MARQUES, P. E. M.; MOAL, M. F. L.; ANDRADE, A. G. F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão. **RURIS**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 63-89. 2014. Disponível em:

<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1741/1157>>. Acesso em 08 jun. 2016.

MARQUES, V. P. M. A.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **O censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados**. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2012.

MARTIN, N. B.; SERRA, R.; OLIVEIRA, M. D. M.; ÂNGELO, J. A.; OKAWA, H. Sistema integrado de custos agropecuários - CUSTAGRI. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 7-28. 1998. Disponível em:

<<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/ie/1998/tec1-0198.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MATSUNAGA, M. et al. Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 123-139, 1976. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/rea/tomo1_76/artigo3.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

MATTEI, L. F. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no estado de Santa Catarina. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 1-31, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodof.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/22/20>>. Acesso em 08 jun. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, DF, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/gestor/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 08 maio 2015.

MELLO, G. C. F. C.; FIGUEIREDO, A. M. R. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Cuiabá-MT na ótica da nova economia institucional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 15, n. 1, p. 131-159, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/747/1332>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 47-87.

MIELITZ, C. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de segurança alimentar. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 59-73.

MIRANDA, F. F. R. **Efeito da frutificação induzida por 2,4-D em características agrônômicas dos frutos de abóbora 'Tetsukabuto'**. 2012. 62 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Tocantins, Gurupi, 2012. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br/producaovegetal/dissertacoes/FL%C3%81VIA%20FERNANDES%20RIBEIRO%20DE%20MIRANDA.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

MORAES, M. D.; SANT'ANA, A. L. Características socioeconômicas do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina (MT): uma análise sob a ótica da adoção ou construção de conhecimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 53, n. 4, p. 589-606, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005304002>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MORAES, M. D. C. Um *Povo do Cerrado* entre *Baixões e Chapadas*: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos Cerrados do Sudoeste Piauiense. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 131-161.

MULLER, A. L.; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Campinas, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/21/21>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

NEHRING, R.; MCKAY, B. Ampliando iniciativas de desenvolvimento local: o Programa de Aquisição de Alimentos do Brasil. **Working Paper**, Geneva, n. 106. 2013. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCWorkingPaper106.pdf>>. Acesso em 08 jun. 2016.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OTSUBO, A. A.; PEZARICO, C. R. A cultura da mandioca em Mato Grosso do Sul. In: OTSUBO, A. A.; MERCANTE, F. M.; MARTINS, C. S. **Aspectos do cultivo da mandioca em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Campo Grande: UNIDERP, 2002. 219 p.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papyrus, 2004.

PANDOLFO, M. C. O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.14-17, 2008. Disponível em: <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/equidade-e-soberania-nos-mercados/o-programa-de-aquisicao-de-alimentos-como/at_download/article_pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

PAULA, L. A. C.; HESPANHOL, R. A. M. O PAA no Assentamento São José em Presidente Prudente (SP): seus desdobramentos na vida das mulheres agricultoras. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária "Territórios em Disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro". Uberlândia, MG, **Anais...** ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., p. 1-21. 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1146_1.pdf>. Acesso em 08 jun. 2016.

PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 23, n.1, p. 33-43, 2014. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/883/808>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

PEREIRA, B. D.; MENDES, C. M. A modernização da agricultura de Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, Brasília, DF, ano 4, n. 7, p. 61-76, 2002. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/res/article/view/182/172>> . Acesso em: 08 jun. 2016.

PONTES, A. E.; SANTOS, M. J. Produção e comercialização em assentamentos rurais: estudo do caso do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água (Morrinhos, Goiás – Brasil). **Mundo Agrario**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 33, p. 1-22, 2015. Disponível em: <<http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/viewFile/MAv16n33a06/7141>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

PORTO, S. I.; SOARES, E. S.; SOARES, J. F.; CRUZ, K. C. M. S.; VIEGAS, L. G.; VIANA, C. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 35-57.

QUEIROZ, R. F. N.; NEVES, S. M. A. S.; SEABRA JUNIOR, S.; MACHADO, T. S. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 184-200, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/22817/pdf_79>. Acesso em: 08 jun. 2016.

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; KRAUSE, W.; LAFORGA, G.; SILVA, C. Análise financeira e custo de produção de banana-maçã: um estudo de caso em Tangará da Serra, estado do Mato Grosso. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 29-39, 2015. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2015/tec4-1015.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

RAMOS, S. R. R.; LIMA, N. R. S.; ANJOS, J. L.; CARVALHO, H. W. L.; OLIVEIRA, I. R.; SOBRAL, L. F.; CURADO, F. F. **Aspectos técnicos do cultivo da abóbora na região Nordeste do Brasil**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010. 36 p. (Documentos / Embrapa Tabuleiros Costeiros). Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2010/doc_154.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

RESENDE, G. M. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise dos seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

RESENDE, G. M.; BORGES, R. M. E.; GONÇALVES, N. P. S. Produtividade da cultura da abóbora em diferentes densidades de plantio no Vale do São Francisco. **Horticultura Brasileira**, Brasília, DF, v. 31, p. 504-508, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hb/v31n3/27.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a08.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

SAMBUICHI, R. H. R.; GALINDO, E. P.; OLIVEIRA, M. A. C.; MOURA, A. M. M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. A. C.; SAVIAN, M. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 75-104.

SCHEUER, J. M.; NEVES, S. M. A. S.; MOURA, A. P.; NEVES, R. J. Aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares da Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 85-106, 2016. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2122/495>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-13, 2008. Disponível em: <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/equidade-e-soberania-nos-mercados/o-mercado-institucional-como-instrumento-para-o/at_download/article_pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 215-265.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 571-592.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA**: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 115-151.

SILVA, J. A. **Viabilidade econômica e custo de implantação da cultura da banana-maçã na Agrovila Serra dos Palmares no Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2007. 65 p.

SILVA, J. R. B. Plano de desenvolvimento da cadeia produtiva da mandioca (e seus derivados) - metas 2003-2006. In: OTSUBO, A. A.; MERCANTE, F. M.; MARTINS, C. S. **Aspectos do cultivo da mandioca em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Campo Grande: UNIDERP, 2002. 219 p.

SILVA, M. C. A.; TARSITANO, M. A. A.; BOLIANI, A. C. Análises técnica e econômica da cultura da bananeira 'maçã' (*Musa spp.*) na região noroeste do estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 27, n. 1, p. 139-142, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbf/v27n1/24586.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

SILVA, V. A. **Levantamento de métodos de controle da cigarrinha utilizados no Assentamento Antônio Conselheiro Tangará da Serra-MT**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2010. 38 p.

SILVA, W. F.; MARQUES, D. J.; SILVA, E. C.; BIANCHINI, H. C.; ISHIMOTO, F.A.; PEREIRA JÚNIOR, M. J. F. Diagnóstico da produção de hortaliças na região metropolitana de Belo Horizonte. **Horticultura Brasileira**, Brasília, DF, v. 33, p. 355-359, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-05362015000030000?>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

SIMONATO, D. C.; FIGUEIREDO, R. A.; DORNFELD, C. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Condições socioeconômicas e qualidade de vida de um assentamento rural no noroeste paulista, Ilha Solteira/SP. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 231-255, 2014. Disponível em: <<http://www.uniara.com.br/arquivos/file/nupedor/revistas-retratos/Retratos-v17-n2-2014/conteudo.pdf>>. Acesso em 08 jun. 2016.

SOUSA, J. M. M.; LARA, D. C.; SOUZA, I. F. As condições de moradia, o nível de satisfação das famílias assentadas em Sergipe e as interfaces com a política nacional de reforma agrária. **Oikos**, Viçosa, MG, v. 23, n. 2, p. 82-106, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/view/45/126>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

SOUSA, T. C. R.; AGUIAR, J. L. P.; LÔBO, C. F. A importância da mandioca. In: FIALHO, J. F.; VIEIRA, E. A. **Mandioca no Cerrado**: orientações técnicas. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. p. 13-23.

_____. Aspectos econômicos e de mercado da cultura da mandioca. In: FIALHO, J. F.; VIEIRA, E. A. **Mandioca no Cerrado**: orientações técnicas. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. p. 173-201.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SOUZA, E. G. F.; SANTANA, F. M. S.; MARTINS, B. N. M.; PEREIRA, D. L.; BARROS JÚNIOR, A. P.; SILVEIRA, L. M. Produção de mudas de cucurbitáceas utilizando esterco ovino na composição de substratos orgânicos. **Revista Agro@ambiente On-line**, Boa Vista, v. 8, n. 2, p. 175-183, 2014a. Disponível em: <<http://revista.ufrr.br/index.php/agroambiente/article/viewFile/1675/1321>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

SOUZA, J. S.; OTSUBO, A. A. Perspectivas e potencialidades de mercados para os derivados de mandioca. In: OTSUBO, A. A.; MERCANTE, F. M.; MARTINS, C. S. **Aspectos do cultivo da mandioca em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Campo Grande: UNIDERP, 2002. 219 p.

SOUZA, L. D.; SOUZA, L. S. Manejo do solo para mandioca. In: OTSUBO, A. A.; MERCANTE, F. M.; MARTINS, C. S. **Aspectos do cultivo da mandioca em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Campo Grande: UNIDERP, 2002. 219 p.

SOUZA, L. S.; FIALHO, J. F. **Cultivo da mandioca para a região do Cerrado**. Cruz das Almas: Embrapa Fruticultura e Mandioca, 2003 (Sistemas de Produção, n. 8). Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mandioca/mandioca_cerrados/index.htm>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SOUZA, R. F.; SILVA, V. F.; SILVEIRA, F. P. M.; DINIZ NETO, M. A.; ROCHA, I. T. M. Análise econômica no cultivo da mandioca. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Mossoró, v. 9, n. 2, p. 345-354, 2014b. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2238-1445532516.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

TEIXEIRA, V. M. **O colono**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <<http://www.teixeirinha.com.br/letras.php>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

TRENTO, E. J.; SEPULCRI, O.; MORIMOTO, F. **Comercialização de frutas, legumes e verduras**. Curitiba: Instituto Emater, 2011. 40 p. (Série Informação Técnica, n. 085). Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/arquivos/bibl/79-com.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

VALNIER, A.; RICCI, F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 16, p. 198-228, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21732/13079>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

VEIGA, J. E. Fundamentos do agro-reformismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 39-65, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a04n23.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

VELOSO, F.; HESPANHOL, R. A. M. O PAA na região de Dracena: da diversificação à especialização produtiva. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 34, p. 161-178, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/1924/1803>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.

XAVIER, J. H. V.; ZOBY, J. L. F. Dinâmicas locais da agricultura e políticas públicas em Silvânia, Goiás: tecnologia, crédito e organizações dos produtores. *In*: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.). **Agricultura familiar**: interações entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 159-185.

ZONETTI, P. C.; TARSITANO, M. A. A.; SANTOS, P. C.; SILVA, S. C.; PETINARI, R. A. Análise de custos de produção e lucratividade de bananeira 'nanicão jangada' sob duas densidades de cultivo em Ilha Solteira-SP. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 24, n. 2, p. 406-410, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbf/v24n2/a25v24n2.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

APÊNDICE A – Formulário de entrevista para retrato do Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra-MT

FORMULÁRIO _____/2015 PARA AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)

Caro(a),

O objetivo deste formulário é coletar informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, tendo em vista elaboração de tese de doutorado e de pesquisa científica sob nossa responsabilidade via Projeto de Pesquisa **Política pública na agricultura familiar matogrossense: uma análise do PAA em assentamentos nos municípios de Tangará da Serra, Juína e São José dos Quatro Marcos** Edital FAPEMAT 003/2014. Gostaríamos de contar com a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Ressaltamos que a sua participação é de suma importância para o objetivo de nosso estudo, pelo que expressamos os nossos agradecimentos.

Perfil do(a) Entrevistado(a)

Nome do(a) Entrevistado(a): _____

Sexo: () Masculino () Feminino Idade: _____

Escolaridade: () Não Alfabetizado () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio () Superior Incompleto () Superior Completo

Experiência com agricultura e agropecuária: () Sim () Não.

Tempo: () 0 – 5 anos () 6 – 10 anos () 11 – 15 anos () 16 – 20 anos () +21 anos

Ocupação principal e pregressa da família (pai, mãe, irmãos) foi com explorações agropecuárias? Sim () Não ()

Residência no Assentamento:

() 0 - 5 anos () 6 - 10 anos () 11 - 15 anos () +16 anos

Pessoas que residem no lote: () 1 () 2 () 3 () 4 () +5

Moradia: () Alvenaria () Madeira () Mista () Outra _____

Água: () Poço próprio () Poço Artesiano Comunitário () Fontes de Água () Chuva

Energia: () Rede () Gerador () Não possui () Outro

Perfil Produtivo do(a) Entrevistado(a)/Lote

Tamanho do lote: _____ hectares. _____ alqueires.

Pessoas da família que trabalham no lote: () 1 () 2 () 3 () 4 () +5

O trabalho é em tempo: () Integral () Parcial () Outro _____

Pessoas contratados(as) que trabalham no lote: () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () +5

O trabalho é em tempo: () Integral () Parcial () Outro _____

Explorações agrícolas desenvolvidas no lote:

Vegetal: Ordem de Importância de 1 a 3

Animal: Ordem de Importância de 1 a 3

Produtos agrícolas comercializados:

Vegetal: Ordem de Importância de 1 a 3 (em volume de produção - kg)

Animal: Ordem de Importância de 1 a 3

Produtos agrícolas que são produzidos e consumidos no lote:

Vegetal: Ordem de Importância de 1 a 3

Animal: Ordem de Importância de 1 a 3

Produtos Agrícolas Comercializados via PAA:

Vegetal: Ordem de Importância de 1 a 3 (em volume de produção - kg)

Animal: Ordem de Importância de 1 a 3

Quanto da sua produção total tem comercializado via PAA?

() 0 - 20% () 21 - 40% () 41 - 60% () 61 - 80% () 81 - 100%

Qual(is) o(s) principal(is) produtos comercializados via PAA?

Quanto da produção desta atividade e destes produtos são comercializados via PAA?

() 0 - 20% () 21 - 40% () 41 - 60% () 61 - 80% () 81 - 100%

Costuma comparar os preços recebidos pelo PAA com os preços pagos no varejo?

Sim () Não ()

Considera que os preços pagos pelo PAA são remuneradores? Sim () Não ()

O preço pago pelos produtos ao PAA comparado com outros mercados é:

Menor Igual Maior

Quais os meses do ano oferecem maior volume de produtos?

O projeto contempla adequadamente um calendário de produtos segundo a possibilidade de produção (sazonalidade: épocas de plantio e comercialização)?

Sim Não

Há quanto tempo comercializa a produção via PAA: 1 ano 2 anos 3 anos 4 anos +5 anos

Comercializa parte da sua produção para outros mercados? Sim Não

Feira Atravessador Supermercados Venda Direta

Outro(a) _____

Comercializava parte da sua produção para outros mercados antes do PAA?

Sim Não

Se sim, qual:

Feira Atravessador Supermercados Venda Direta Outro(a) _____

Recebeu algum tipo de assistência técnica no lote: Sim Não

Se respondeu sim na anterior, quantas vezes no ano: 1 2 3 4 +5

Quem fez a visita? EMPAER SEAPA Empresa Privada/Inkra Particular

Outro(a) _____

Qual foi o motivo da visita da assistência técnica? _____

Considera importante a presença de um técnico de extensão rural no lote?

Sim Não

Tem dificuldade para produzir? Sim Não

Qual seria a maior dificuldade? _____

A quem recorre para resolver problemas de produção no lote:

Televisão Rádio Vizinho Outro _____

Teve acesso a crédito rural? Sim Não Valor do crédito? _____

Se respondeu sim na anterior,

Qual e para qual atividade? _____/ _____

Renda bruta da produção agropecuária do lote:

Vegetal: _____

Animal: _____

Renda bruta via PAA do lote: _____

Possui algum outro tipo de renda? () Sim () Não

Qual? () Aposentadoria () Pensão () Emprego Permanente () Emprego Temporário. Quanto recebe? _____

Percepção do Agricultor Familiar sobre o Programa de Aquisição de Alimentos

Como soube do PAA?

() Técnico () Sindicato () MST () Prefeitura () Rádio e TV ()

Cooperativa/Associação

() Outro _____

Que motivos levaram a participar do PAA?

Como é a organização dos agricultores familiares para participar do PAA?

Participa de alguma Cooperativa/Associação para participar do PAA?

() Sim () Não

Teve alguma dificuldade com documentação para acessar o PAA?

() Sim () Não

Qual?

Há quanto tempo é associado da Cooperativa/Associação?() 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () +5 anos

Qual foi o motivo o levou a fazer parte da Cooperativa/Associação?

Sabe dizer há quanto tempo a Cooperativa/Associação foi constituída?

Sim () Não ()

Se sim, quanto tempo? _____

Participa das assembleias e reuniões? Sim () Não ()

Existem conflitos entre a Cooperativa/Associação e Agricultores? Sim () Não ()

Se sim, quais? _____

O senhor sabe quantos produtores do seu assentamento participam da entrega para o PAA?

Sim () Não () Se sim, quantos? _____

O senhor é o responsável por transportar os produtos adquiridos via PAA até a Cooperativa/Associação?

Sim () Não ()

Como funciona o transporte dos produtos agrícolas do lote até as entidades:

() Próprio () Terceiros () Outro _____

() Carro () Ônibus () Caminhão () Outro _____

Quem é o responsável por realizar o transporte dos produtos até o local de entrega?

Qual é a distância (km) da propriedade até o local de entrega dos produtos?

Sabe para onde vão os produtos comercializados via PAA? Sim () Não ()

Para os produtores existem despesas/custos para participar do PAA?

Sim () Não ()

Tipo e quais seriam essas despesas/custos? _____

Quanto em R\$? _____ Quanto em % de produção comercializada via PAA? _____

A Prefeitura Municipal oferece que tipo de apoio aos agricultores que participam do PAA?

De quanto em quanto tempo há a entrega de produtos agrícolas ao PAA?

() 1x ao mês () 2x ao mês () 3x ao mês () 4x ao mês Outro: _____

() 1x ao ano () 2x ao ano () 3x ao ano () 4x ao ano Outro: _____

Depois que começou a participar do PAA, aumentou a diversificação e quantidade de produtos produzidos no lote? () Sim () Não

Quais e o quê? _____ / _____

Depois da participação no PAA, obteve melhorias na propriedade? () Sim () Não

O quê? () Infraestrutura () Equipamentos () Outro(a) _____

Depois da participação no PAA obteve melhorias na produção? () Sim () Não

() Renda () Comercialização () Assistência () Outro(a) _____

Depois da participação no PAA, obteve melhorias no lar? () Sim () Não

() Ampliação da Casa () Reforma da Casa () Eletrodomésticos

() Veículo (Carro, Moto) () Outro(a) _____

Depois da participação no PAA necessitou ampliar a produção com inclusão de mais mão de obra? () Sim () Não

Se sim, essa mão de obra foi de filhos ou parentes que estavam inseridos em outras atividades fora da propriedade (trabalhando em fazendas vizinhas ou empregados na cidade)? _____

Quais são os planos dos filhos para o futuro em termos de permanência no lote? O PAA fornece uma nova perspectiva de permanência?

Quais instituições estão mais próximas do trabalho no assentamento?

() EMPAER () Associação/Cooperativa () Prefeitura () UNEMAT () MST

() STR () Outro(a) _____

Que papel têm desempenhado essas instituições?

O que mudou com a implantação do PAA? (houve novas exigências para acessar/manter no PAA - agroindustrialização, planejamento, manejo/técnicas)?

Produtor encontrou suporte em quem para se adequar? (ou nada mudou/não se adequou?)

Se mudou, isso tem proporcionado vantagens para acessar outros mercados, ou essas melhorias param por aí (atender apenas o PAA)? (qual a capacidade dessa política pública gerar novas competências também exigidas por outros mercados que não o institucional)?

Sua inserção no PAA o estimulou a participar (capacitar-se) em atividades técnicas como dias de campo, participar de cursos oferecidos por SENAR, UNEMAT ou outros órgãos?

Você é conhecedor de que o PAA paga adicional de 30% para produtos agroecológicos?

() Sim () Não

Isso não levou a pensar em realizar mudanças no manejo com vistas à produção agroecológica?

Participa ativamente da execução do PAA via cooperativa ou associação de produtores? Sente-se mais fortalecido por isso? Consegue visualizar novas oportunidades com essa agregação, ou mesmo consegue fazer gestão para melhorias desta ou de outras políticas públicas (PRONAF/Assistência Técnica, etc)?

APÊNDICE B - Formulário de entrevista para Análise Financeira da Produção de Abóbora, Banana e Mandioca

Formulário de Análise de Sistemas de Produção de Culturas Agrícolas comercializadas via Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, parte de Tese de Doutorado em Agronomia de José Roberto Rambo e de Pesquisa da FAPEMAT **Política pública na agricultura familiar matogrossense: uma análise do PAA em assentamentos nos municípios de Tangará da Serra, Juína e São José dos Quatro Marcos.**

Produção de _____

Nome do(a) Agricultor(a): _____

Área produzida? Hectares (_____) Alqueires (_____)

Mudas ou semente? _____ Valor? _____

Número de sementes/mudas? _____

Espaçamento utilizado: _____

Ciclo da cultura: Formação (_____) Colheita (_____)

Época de plantio: _____

Produtividade: quantidade (____)(____)(_____)

Quando/Períodos (____)(____)(_____)

Comercialização: para quem? (____)(_____)

Preço recebido:

Pelo PAA: quando (____), valor (____), descontos (____) e quanto (____)

Outras formas: quando (____), valor (____), descontos (____) e quanto (____)

Possui máquinas, implementos, equipamentos para preparo do solo, plantio, pulverizações, etc.: [] Sim [] Não

Quais? _____

Prestação de serviços de terceiros:

Hora máquina: [] Sim [] Não - Valor? _____

Quais operações? _____

Quantas vezes e quanto tempo para a cultura cada operação? _____

Diarista: [] Sim [] Não - Valor? _____

Quais operações? _____

Quantas vezes e quanto tempo para a cultura cada operação? _____

Faz análise do solo? [] Sim [] Não

Quem coleta as amostras? _____

Onde faz as análises? _____ Valor? _____

Quem faz a recomendação de adubação? _____

Quem faz a recomendação de fungicidas, herbicidas e inseticidas? _____

Sistema de cultivo

Como prepara a terra antes do plantio/semeadura?

Faz calagem? [] Sim [] Não

Quantidade: _____ Quanto custa? _____

Como realiza? _____

Quantas pessoas participam? _____

Quanto tempo demora? _____

Como faz o plantio/semeadura? _____

Quantas pessoas participam? _____

Quanto tempo demora? _____

Realiza adubação de plantio? [] Sim [] Não

Quais adubos? (_____) (_____) (_____) (_____)

Quantidade de adubo? (_____) (_____) (_____) (_____)

Valor do adubo? (_____) (_____) (_____) (_____)

Quantas pessoas? _____

Quanto tempo demora? _____

Realiza adubação de cobertura? [] Sim [] Não

Quais adubos? (_____) (_____) (_____)

Quantidade de adubo? (_____) (_____) (_____)

Valor do adubo? (_____) (_____) (_____)

Quantas pessoas? _____

Quanto tempo demora? _____

Controle de pragas: [] Sim [] Não

Quais as principais pragas encontradas na cultura? _____

É utilizado o controle químico ou biológico na propriedade? _____

Se químico, quais os principais produtos utilizados? (_____)

(_____) (_____) (_____)

Quantidade/área ou por pulverizador? (_____) (_____) (_____) (_____)

Quantas vezes? (_____) (_____) (_____) (_____)

Valor dos produtos? (_____) (_____) (_____) (_____)

Se biológico, quais os principais produtos utilizados? (_____)

(_____) (_____) (_____)

Quantidade/área ou por pulverizador? (_____) (_____) (_____) (_____)

Quantas vezes? (_____) (_____) (_____) (_____)

Valor dos produtos? (_____) (_____) (_____) (_____)

Como é aplicado? _____

Tipo de pulverizador e capacidade? _____

Quanto tempo demora? _____

Controle de doenças: [] Sim [] Não

Quais as principais doenças encontradas na cultura?

É utilizado o controle químico ou biológico na propriedade? _____

Se químico, quais os principais produtos utilizados? (_____)

(_____) (_____) (_____)

Quantidade/área ou por pulverizador? (_____) (_____) (_____) (_____)

Quantas vezes? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Valor dos produtos? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Se biológico, quais os principais produtos utilizados? (_____)

(_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Quantidade/área ou por pulverizador? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Quantas vezes? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Valor dos produtos? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Como é aplicado? _____

Tipo de pulverizador e capacidade? _____

Quanto tempo demora? _____

Uso de herbicidas:

Realiza controle de plantas daninhas? [] Sim [] Não

Como é realizado o controle de plantas daninhas?

() Químico () Manual () Mecânico () Cultural

Se for manual? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Quanto tempo demora? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Quantas pessoas? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Se químico, quais os principais produtos utilizados? (_____)

(_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Quantidade/área ou por pulverizador? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Quantas vezes? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Valor dos produtos? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Se for mecânico? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Quanto tempo demora? (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

Se for cultural, qual é o método? _____

Irrigação

Realiza irrigação? [] Sim [] Não

Qual a área da cultura irrigada? _____

Qual o procedimento de irrigação? _____

Quantas vezes irriga por dia? _____ Por mês? _____ Por ciclo da cultura? _____

Quanto tempo demora cada irrigação? _____

Se utiliza energia elétrica, que valor gasta? _____

Se utiliza combustível (óleo, gasolina ou gás), que valor gasta?

Colheita

Quantas vezes no período? _____

Como é realizada? _____

Quantas pessoas participam? _____

Quanto tempo demora? _____

Após a colheita são realizadas atividades? [] Sim [] Não

Quais são essas atividades? (_____) (_____)

Quantas pessoas participam? _____

Quanto tempo demora? _____

Pretende ampliar ou continuar com essa atividade? [] Sim [] Não

Por quê? _____

Quais suas maiores dificuldades com a cultura?

	Preço obtido
	Acesso a novas tecnologias
	Associativismo (Cooperativas e Associações)
	Acesso à assistência técnica e extensão rural
	Infra-estrutura geral (Moradia, Energia, Rádio, Telefone, etc.)
	Infra-estrutura produtiva (Mão de Obra, Máquinas, Equipamentos, Água)
	Condições de acesso/estradas
	Comercialização
	Acesso a crédito
	Manter a regularidade de entrega (época)
	Outra (_____)

ANEXO A – Relação de Beneficiários Fornecedores ao CPR Doação 2010 em Tangará da Serra-MT

	Companhia Nacional de Abastecimento Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	01/08/2016 14:45:23
---	---	------------------------

Ano: 2010
 Modalidade: CPR-Doação
 Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UF: MT Município: Tangará da Serra
 CPR: MT/2010/02/0007

Fornecedores

UF	Município	Fornecedor	DAP	Categoria
MT	TANGARÁ DA SERRA	ADELINO JOSÉ DA SILVA	MT51079580301091000000179	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ADELMO GONZAGA DE SOUZA	MT51079580302140300000101	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ADELSON AUGUSTO DA SILVA	MT51079580301122400000061	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ADEMILTON MANUEL DE OLIVEIRA	MT51079580302140300000056	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALCIDES PEREIRA COSTA	IN-MT0181000-01661/06	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALDO ATANAZIO DA SILVA	SDW0571659711492306100238	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALDO TEIXEIRA DE MATOS	IN-MT0181000-01607-020806	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALMIRO CARVALHO DE OLIVEIRA	MT51079580301122400000065	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALTAMIRA FERREIRA	MT51079580301122200000017	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANA RIBEIRO DA SILVA	MT51079580301122200000018	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTENOR DE ALMEIDA	MT51079580302140300000061	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO BARATELLI	MT51079580301122200000022	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO CARLOS DA SILVA	SDW0442622641492611120543	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO DONIZETE RODRIGUES	MT51079580301122200000011	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO MIGUEL DOS SANTOS	SDW0156573379721102130315	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	APARECIDO RODRIGUES NETO	MT51079580302140300000112	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ARGENI QUADROS	MT51079580301091000000592	TRABALHADOR RURAL SEM TERRA ACAMPADO
MT	TANGARÁ DA SERRA	BENEDITO JOSÉ DE FREITAS	MT51079580302140300000120	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	BENEDITO RODRIGUES VAZ	MT51079580302140300000090	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	BENILDES XAVIER DE JESUS	IN-MT0181000-00060-140910	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	CARLINDA DIAS CORREA	MT51079580301122200000020	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	CATARINO JOSE DA SILVA	MT51079580301122200000021	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
				ASSENTADO DA

MT	TANGARÁ DA SERRA	CELSO HEIDMANN	IN-MT0181000-01717-100408	REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	CICERA ALVES PEÇANHA	MT51079580301122400000011	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	CLAUDIO LEMOS DOS SANTOS	MT51079803011224000000052	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	DAMIÃO MACIEL MOURA	IN-MT0181000-01352021007	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	EDSON PINHEIRO	SDW0485954119720909100548	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	EDVALDO DA SILVA BORGES	IN-MT0181000-01799-060309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	EMILIO JOSÉ DA SILVA	IN-MT0181000-01655/06	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	EROTIDES BORGES DA SILVA	MT51079580302140300000119	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	FERNANDA RODRIGUES TURELA	SDW0709788081342202130417	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	FLÁVIO JOSÉ DE FREITAS	SDW0481858411872301130614	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	FRANCISCO CORREIA	SDW0304651411531112090457	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	FRANCISCO FERREIRA LIMA	IN-MT0181000-01550-310706	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	FRANCISCO VIEIRA	MT51079580302140300000093	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	GERALDA G. P. DE JESUS	SDW0531218991040803130508	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	GILMAR JOSÉ WEIS	IN-MT0181000-01355-220906	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	GUMERCINO RODRIGUES DE MIRANDA	IN-MT0181000-01527-020806	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	HILDA SOARES DA SILVA	IN-MT0181000-01516-110906	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	IRACEMA M. DE SOUZA TORRES	IN-MT0181000-01767-100309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	IRACI VIANA DE AMORIM	SDW0043732508392111120617	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	IVO FICK	MT51079580301122400000051	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	IVON JOSE DE SOUZA	SDW0654907031720909100533	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	JADIR MAMEDES GOMES	SDW0719121931911601130715	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JANDIR M. GOMES	SDW0303549601301601130722	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JERONIMO JOAQUIM PEREIRA	IN-MT0181000-01531-310706	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOÃO ALVES DE BARROS	SDW0345281131042605110553	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOÃO BATISTA MATIAS	MT51079580301122200000012	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOÃO LEAO	MT51079580302140300000047	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOAQUIM FERREIRA DE BRITO	SDW0461021241202602130802	ASSENTADO DA REFORMA

				AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ APARECIDO CUSTODIO	MT51079580301122400000066	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ CARLOS DE ARAUJO	MT51079580301122400000045	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSE DOS SANTOS DO NASCIMENTO	IN-MT0181000-01604-310706	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ GOMES RODRIGUES	MT51079580301122200000015	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ MANOEL DA SILVA	MT51079580301122400000047	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ NUNES DE OLIVEIRA	SDW0318446181532201130622	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ RAIMUNDO CUSTÓDIO	IN-MT0181000-01691	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ REINALDO DA SILVA	MT51079580302140300000104	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSE ROBERTO SILVA	IN-MT0181000-01642-141009	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ VALATIM DOS SANTOS	MT51079580301122400000053	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LAFAETE DE AZEVEDO	MT51079580301091000000408	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LEIDE MARIA DE MORAES	MT51079580301122400000046	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LEODOMAR ALVES DUARTE	SDW0821296221002206130821	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LEONIDES ARAUJO DANTAS	IN-MT0181000-01515-220207	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LEONILDO LEANDRO DOS SANTOS NETO	MT51079580302140300000091	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LUIZ CARLOS MOREIRA RODRIGUES	MT51079580301091000000064	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MADALENA GOMES DA SILVA DONATO	MT51079580301122200000014	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MANOEL ALVES DE BARROS	IN-MT0181000-01452-070109	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MANOEL TEIXEIRA MESQUITA	IN-MT018000-01741-060309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MANOEL VICENTE DA SILVA	MT51079580301122400000050	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA JOSÉ CARDOSO	IN-MT0181000-01602-070409	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA LUIZA DA SILVA	MT51079580302140300000046	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA SOARES DA SILVA	MT51079580301091000000461	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MIGUEL BERNARDO DO NASCIMENTO	SDW0027956198901309100521	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MILTON GOMES RODRIGUES	MT51079580302140300000116	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	MOACIR DE SOUZA BOTELHO	MT51079580301122200000010	ASSENTADO DA REFORMA

				AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	NELSON BATISTA DOS SANTOS	SDW0511946271532002130342	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	NILSE KAUFMANN	SDW0918354881531503120469	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	NIVALDO FERREIRA DA SILVA	IN-MT0181000-01694-051206	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ORLANDO PAZ BARRETO	MT51079580301122200000019	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ORNEZINO MANOEL DE SOUZA	MT51079580302140300000110	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	PEDRO JOSÉ DE FREITAS	MT51079580301122200000032	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	PERSIO NAZIAZENO	IN-MT0181000-01723-090309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	RAIMUNDO DONIZETE DOS SANTOS	IN-MT0181000-01503-070109	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	REINALDO GIMENEZ PEREIRA	SDW0616349991341601130802	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ROGÉRIO JOSÉ DE FREITAS	MT51079580301122400000072	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	RONALDO JOSÉ DE FREITAS	MT51079580301122400000023	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ROSA MARIA VITORINO	MT51079580301091000000090	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ROSIMARIE MIRANDA EIDAM	MT51079580301091000000114	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	SEVERINO HONORATO DA SILVA	MT51079580301122200000013	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	SILVANO APARECIDO BARBOSA	IN-MT0181000-01396-141009	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VALDIR NEVES CORDEIRO	MT51079580301091000000022	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VALMIR FERNANDES DE OLIVEIRA	IN-MT0181000-00350-140109	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VALTE MIR NEVES CORDEIRO	MT51079580301091000000034	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VERA NILDA LIMA DOS SANTOS	SDW0699355481042906120920	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VERGILIO LUCIANO RIGUI	SDW0432251791913009090256	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	VIVIANE RODRIGUES TURELA	SDW0027119701320703130711	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

ANEXO B – Relação de Beneficiários Fornecedores ao CPR Doação 2011 em Tangará da Serra-MT

	Companhia Nacional de Abastecimento Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	01/08/2016 14:59:08
---	---	------------------------

Ano: 2011
 Modalidade: CPR-Doação
 Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UF: MT Município: Tangará da Serra
 CPR: MT/2011/02/0058

Fornecedores

UF	Município	Fornecedor	DAP	Categoria
MT	TANGARÁ DA SERRA	ADELMO GONZAGA DE SOUZA	MT51079580302140300000101	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ADELSON AUGUSTO DA SILVA	MT51079580301122400000061	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ADEMAR NUNES DE ARAUJO	SDW0009355971231009080454	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALBERTO OSCAR LANG KAMMER	SDW0206488801251109080548	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALDO ATANAZIO DA SILVA	SDW0571659711492306100238	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALDO TEIXEIRA DE MATOS	IN-MT0181000-01607-020806	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALISON DA SILVA LIMA	SDW0027778041170109091220	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALMIRO CARVALHO DE OLIVEIRA	MT51079580301122400000065	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALTAMIRA FERREIRA	MT51079580301122200000017	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANA BECKER	IN-MT0181000-01823-081111	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANASTÁCIA DELA JUSTINA	SDW0684833842721910091115	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO BARATELLI	MT51079580301122200000022	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO DONIZETE RODRIGUES	MT51079580301122200000011	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO MIGUEL DOS SANTOS	SDW0156573379721102130315	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	APARECIDO RODRIGUES NETO	MT51079580302140300000112	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	AQUILINO SANTANA	MT51079580301122400000059	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ARGENI QUADROS	MT51079580301091000000592	TRABALHADOR RURAL SEM TERRA ACAMPADO
MT	TANGARÁ DA SERRA	BENEDITO RODRIGUES VAZ	MT51079580302140300000090	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	BENILDES XAVIER DE JESUS	IN-MT0181000-00060-140910	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	CAMILO MOREIRA DA SILVA	SDW0140554651490109090414	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	CARLOS NUNES DE ARAUJO	SDW0328104231720109090428	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	CATARINO JOSE DA SILVA	MT51079580301122200000021	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA

MT	TANGARÁ DA SERRA	CÍCERA ALVES PEÇANHA	MT5107958030112240000011	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	CINTIA FERNANDES LIMA DE OLIVEIRA	SDW0022366951280109090449	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	CINTIA STEFANELLA PIANESSO	SDW0939627970681803090531	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	CLAUDIO LEMOS DOS SANTOS	MT5107980301122400000052	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	CLEONICE CARDOSO BITENCURT DA COSTA	MT5107980301122200000009	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	CLEUZA AP. ZOCAL DE MATOS	MT51079580301122400000071	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	DAMIÃO MACIEL MOURA	IN-MT0181000-01352021007	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	DANIEL ROBERTO MORANDI	SDW0437106201631808100659	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	DIEGO LENZI	IN-MT0181000-01457-100408	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	DIRCEU MUNHOZ RIO SILVEIRA	MT51079580301122400000064	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	EDGAR BENICIO DE SOUZA	SDW0937590291910109090610	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	EDINÉIA DOS S. CORREIA	IN-MT0181000-01239-090309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	EDSON PINHEIRO	SDW0485954119720909100548	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	EDVALDO DA SILVA BORGES	IN-MT0181000-01799-060309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	EGYDIO PEDRO PALAGANO	MT51079580301122400000062	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ELENA MARIA BASTOS	SDW0580694701780109090632	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	FABIO ROGERIO DA SILVA	SDW0855292651201809080415	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	FERNANDA RODRIGUES TURELA	SDW0709788081342202130417	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	FLÁVIO JOSÉ DE FREITAS	SDW0481858411872301130614	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	FRANCISCO CARDOSO DA SILVA	MT51079580301122400000054	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	FRANCISCO CORREIA	SDW0304651411531112090457	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	GERALDO JOSÉ GOULART	SDW0537991941340707100345	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	GODENCIO CATARINO DA COSTA	IN-MT0181000-01589-080109	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	GUILHERME F. DA SILVA	SDW0385469902633005110621	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	HELENA MARIA NASCIMENTO	IN-MT0181000-01346-100806	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ILZA MARIA FERREIRA	SDW0340053821340209091009	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	IRACI VIANA DE AMORIM	SDW0043732508392111120617	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	IVO FICK	MT51079580301122400000051	AGRICULTOR

				FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	IVON JOSE DE SOUZA	SDW0654907031720909100533	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	JADIR MAMEDES GOMES	SDW0719121931911601130715	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JAILTON SANTOS BENEVIDES	SDW0439688995041708090451	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JAIR MASSAROTTO	SDW0577224399340109100431	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JANDIR M. GOMES	SDW0303549601301601130722	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JERONIMO JOAQUIM PEREIRA	IN-MT0181000-01531-310706	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOÃO ALVES DE BARROS	SDW0345281131042605110553	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOAO ATANASIO DA SILVA	SDW0329524571152406101106	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOAO BATISTA DA SILVA	SDW0476678421910409091205	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOÃO BATISTA MATIAS	MT51079580301122200000012	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOÃO LEAO	MT51079580302140300000047	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOÃO PAULO PEREIRA DE JESUS	SDW0935657712912109100605	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOAQUIM FERREIRA DE BRITO	SDW0461021241202602130802	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOAQUIM PEREIRA DA SILVA	IN-MT0181000-01351-101006	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ APARECIDO CUSTODIO	MT51079580301122400000066	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ CARLOS DE ARAUJO	MT51079580301122400000045	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSE DOS SANTOS DO NASCIMENTO	IN-MT0181000-01604-310706	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ GOMES RODRIGUES	MT51079580301122200000015	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSE LINO DA SILVA	SDW0325822509532112091240	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ MANOEL DA SILVA	MT51079580301122400000047	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ NUNES DE OLIVEIRA	SDW0318446181532201130622	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ RAIMUNDO CUSTÓDIO	IN-MT0181000-01691	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSE ROBERTO SILVA	IN-MT0181000-01642-141009	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ ROBERTO SILVA	IN-MT0181000-01837-140910	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ VALATIM DOS SANTOS	MT51079580301122400000053	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LARISSA ANDRESSA LOPES	SDW0895216682533009091148	AGRICULTOR FAMILIAR

MT	TANGARÁ DA SERRA	LEIDE MARIA DE MORAES	MT51079580301122400000046	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MANOEL ALVES DE BARROS	IN-MT0181000-01452-070109	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MANOEL SANTANA	IN-MT0181000-00547-090910	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MANOEL TEIXEIRA DA SILVA	IN-MT0181000-00240-090910	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MANOEL VICENTE DA SILVA	MT51079580301122400000050	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARCELINA GUIMARÃES COSTAQ	MT51079580301122400000056	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA DA PAZ FERREIRA LIMA	IN-MT0181000-01572-110906	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA DE FATIMA CORREIA	SDW0012700751280410100218	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA LUIZA DA SILVA	MT51079580302140300000046	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MAXIMIANO MAGALHÃES MENDES	SDW0085958828941101110408	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	MIGUEL BERNARDO DO NASCIMENTO	SDW0027956198901309100521	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MILTON GOMES RODRIGUES	MT51079580302140300000116	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	MOACIR DE SOUZA BOTELHO	MT51079580301122200000010	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	NATAL DE JESUS LOPES	SDW0532319889340502100406	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	NELSON BATISTA DOS SANTOS	SDW0511946271532002130342	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	NILSE KAUFMANN	SDW0918354881531503120459	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	NILVO ILDEFONSO BULEGON ROCHA	SDW0067857949001406100429	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	NIVALDO FERREIRA DA SILVA	IN-MT0181000-01694-051206	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ORLANDO PAZ BARRETO	MT51079580301122200000019	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ORNEZINO MANOEL DE SOUZA	MT51079580302140300000110	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	OSCARINO SANTANA	MT51079580301122400000057	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	PAULO TEIXEIRA DA SILVA	SDW0604701274492301130342	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	PAULO ZOCAL DE MATOS	MT51079580301122400000049	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	PEDRINHO VANIR GOBI	MT51079580301122200000039	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	PEDRO DE JESUS GOMES	SDW0547378859910109101251	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	PEDRO JOSÉ DE FREITAS	MT51079580301122200000032	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	PEDRO MELQUIADES FERNANDES	SDW0810691111041102130323	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
				ASSENTADO DA

MT	TANGARÁ DA SERRA	PERSIO NAZIAZENO	IN-MT0181000-01723-090309	REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	REINALDO GIMENEZ PEREIRA	SDW0616349991341601130802	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ROGÉRIO JOSÉ DE FREITAS	MT51079580301122400000072	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	RONALDO JOSÉ DE FREITAS	MT51079580301122400000023	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	SANDRA ROCHA	MT51079580301122400000006	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	SILVANO APARECIDO BARBOSA	IN-MT0181000-01396-141009	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	STEFANO ROBERTO SILVEIRA	SDW0580216719041102090613	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	TIAGO LUCIANO RIGUI	SDW0240500210803081100459	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	VALMIR ERMITA	SDW0593875211680402090921	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VALMIR FERNANDES DE OLIVEIRA	IN-MT0181000-00350-140109	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VANDERLEI DA SILVA	IN-MT0181000-01478-150508	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VERA NILDA LIMA DOS SANTOS	SDW0699355481042906120920	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VERGILIO LUCIANO RIGUI	SDW0432251791913009090256	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	VICENTINA RODRIGUES PEIXOTO	MT51079580301122400000058	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VIVIANE RODRIGUES TURELA	SDW0027119701320703130711	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ZENILDA DE MORAES FRANÇA	SDW0514717101061310090525	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

ANEXO C – Relação de Beneficiários Fornecedores ao CPR DOAÇÃO 2014 em Tangará da Serra-MT

	Companhia Nacional de Abastecimento Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	01/08/2016 15:07:04
---	---	------------------------

Ano: 2014
 Modalidade: CPR-Doação
 Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UF: MT - Município: Tangará da Serra
 CPR: MT/2014/02/0064

Fornecedores

UF	Município	Fornecedor	DAP	Categoria
MT	TANGARÁ DA SERRA	ADELINO FACHIN DIAS	SDW0550940821910109100611	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ADILSO AFONSO DA SILVA	SDW0568787371681304110606	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ADRIANO FARIAS	SDW0886546305821411120808	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ALEXANDRE FICK	MT51079580301122400000103	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	AMÓS ÂNGELO TAETS	SDW0873430451720403130554	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	AMÓS DE OLIVEIRA TAETS	SDW0283767499000403130601	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANA BECKER	IN-MT0181000-01823-081111	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANA DE FREITAS RODRIGUES	SDW0279775872202201130737	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANDERSON RIBEIRO ASSAKURA	SDW0942128641342903120546	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANGELA FERREIRA DE AMORIM	SDW0023422801650203130347	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO ABADI ROSADO DOS SANTOS	SDW0256055930722708120544	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO BARATELLI	MT51079580301122200000022	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO CARLOS DA SILVA	SDW0442622641492611120543	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO MIGUEL DOS SANTOS	SDW0156573379721102130315	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ANTONIO PEREIRA DE SIQUEIRA	SDW0298707631201012141041	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	AQUILINO SANTANA	MT51079580301122400000059	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ARILO VIEIRA LIMA	SDW0273169631151210100908	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ARVITOR A. DE MEDEIROS	SDW0664872180490906100113	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	BENEDITA S. ALENCAR	SDW0329661301302111120605	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	CAMILO MOREIRA DA SILVA	SDW0140554651490109090414	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	CÍCERA ALVES PEÇANHA	MT51079580301122400000011	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	CLEMENTE TANAZIO	SDW0792651891340403130636	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	CLEUZA AP. ZOCAL DE MATOS	MT51079580301122400000071	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	DAVID F. DE AMORIM	SDW0034084391842609111035	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	DEJALMA LOPES DA SILVA		AGROEXTRATIVISTA
MT	TANGARÁ DA SERRA	EDIMILSON CEZAR GOULART	SDW0482289231041708120334	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	EDINEIA DOS S. CORREIA	IN-MT0181000-01239-090309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	EGIDE FÁTIMA DEOT SZURLAN	SDW0345720079342303110615	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	EGYDIO PEDRO PALAGANO	MT51079580301122400000062	AGRICULTOR FAMILIAR

MT	TANGARÁ DA SERRA	ELIANGELA NUNES MONTEIRO CUSTODIO	MT51079580301122400000066	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ELIAS BARBOSA		AGROEXTRATIVISTA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ELIRES G. D. WOICIECHOSKI	SDW0825089412041008120411	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ELISEU BARBOSA		AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ELIZANGELA SILVA BARBOSA	IN-MT0181000-01396-141009	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ELIZ R. F. DA SILVA	SDW0020488551560803130520	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ELZA FRANCISCA DE SOUZA	SDW0481859811912301130325	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	EMILIA GOMES DA VEIGA CUSTODIO	SDW0452608691680501110332	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ESLI AP. DE MENDONÇA	SDW0821633831721802130643	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	FÁBIO HIPÓLITO CAMILO	SDW0038104931040403130706	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	FERNANDA RODRIGUES TURELA	SDW0709788081342202130417	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	FLÁVIO JOSÉ DE FREITAS	SDW0481858411872301130614	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	FRANCISCA B. DE S. LADEIA	SDW0819102821200109090659	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	FRANCISCO CORREIA	SDW0304651411531112090457	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	FRANCISCO SALES DA SILVA	SDW0534917691911901111150	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	GENILSON DA ROCHA ALVES	SDW0001726921052602130751	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	GERALDA G. P. DE JESUS	SDW0531218991040803130508	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	GERALDO JOSÉ GOULART	SDW0537991941340707100345	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	GUILHERME F. DA SILVA	SDW0385469902633005110621	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	IRACEMA M. DE SOUZA TORRES	IN-MT0181000-01767-100309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	IRACI VIANA DE AMORIM	SDW0043732508392111120617	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ISRAEL BARBOSA	SDW0019062181882411120826	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ISRAEL DE OLIVEIRA GOMES	SDW0019883788770801130625	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	IVO FICK	MT51079580301122400000051	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	IZAURA LEAL NUNES RODRIGUES	MT51079580301122200000011	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	IZAURO SÃO PEDRO	SDW0704657465001101130524	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JACIRA DE M. BARBOSA	SDW0926665581341805110618	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JADIR MAMEDES GOMES	SDW0719121931911601130715	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JADIR PEGO DOS SANTOS		AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	JAIR ALVES	SDW0370651819871310100852	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JAIR MASSAROTTO	SDW0577224399340109100431	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JANDIR M. GOMES	SDW0303549601301601130722	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOÃO ALVES DE BARROS	SDW0345281131042605110553	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOÃO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA	SDW0582914901041112120612	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOÃO F. DA SILVA	SDW0764795791000901130524	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOÃO ROSEMAR DA SILVA	SDW0437135131041610090639	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
				ASSENTADO DA

MT	TANGARÁ DA SERRA	JOAQUIM FERREIRA DE BRITO	SDW0461021241202602130802	REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ CLOVES NEVES	SDW0361943281342202130431	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ JOAQUIM CAMELO	SDW0411558231681901130947	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSÉ NUNES DE OLIVEIRA	SDW0318446181532201130622	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	JOSIANE ALVES CARLOS	SDW0626317482040603120446	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LEODOMAR ALVES DUARTE	SDW0821296221002206130821	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LOURDES MELO DA SILVA	SDW0551749901590701130454	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LUCIA FERREIRA DA ROCHA	SDW0654863741001712120512	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LUCIA HELENA DELAI RODRIGUES	SDW0301199369680701130640	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	LUCIENE FELIZARDA DE MELO LUZ	SDW0370136701970801130634	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MADALENA JOCELI ROCHA	SDW0520127430721901130938	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MANOEL JOÃO DE OLIVEIRA	SDW0207817849720901130534	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	MANOEL SANTANA	IN-MT0181000-00547-090910	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARCIA MARIA MASSAROTTO	SDW0334205139680902110456	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARGARETE GOMES LIMPIAS BATISTA	SDW0791571651491712120501	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA DE FATIMA DA SILVA PEREIRA		AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA DE MELO RODRIGUES PADILHA	SDW0775393701492802130532	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA JOSÉ CARDOSO	IN-MT0181000-01602-070409	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA LUCIA DA SILVA	SDW0496502541532802131122	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA SALETE FELIZARDO MARINHO	MT51079580301122400000061	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIA ZULEIDE BARBOSA	IN-MT0181000-01642-141009	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MARIVALDA MARANGON		AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	MAXIMIANO MAGALHÃES MENDES	SDW0085958828941101110408	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	MIGUEL BERNARDO DO NASCIMENTO	SDW0027956198901309100521	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	MIRACI DA SILVA	IN-MT0181000-01598-090309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	NELSON BATISTA DOS SANTOS	SDW0511946271532002130342	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	NERI ANGELO LEGRAMANTI	MT51079580301122200000031	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	NILSE KAUFMANN	SDW0918354881531503120459	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	NILVO ILDEFONSO BULEGON ROCHA	SDW0067857949001406100429	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ODETE DE MELO RODRIGUES	SDW0986585224152802130508	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ORLANDO PAZ BARRETO	MT51079580301122200000019	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	PAULO PEREIRA AVINCULA	SDW0686736719490703130717	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	PAULO TEIXEIRA DA SILVA	SDW0604701274492301130342	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	PAULO ZOCAL DE MATOS	MT51079580301122400000049	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	PEDRO DE ASSIS DOS SANTOS	SDW0395910851681502131043	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	PEDRO DE JESUS GOMES	SDW0547378859910109101251	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA

MT	TANGARÁ DA SERRA	PEDRO MELQUIADES FERNANDES	SDW0810691111041102130323	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	PERSIO NAZIAZENO	IN-MT0181000-01723-090309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	REINALDO GIMENEZ PEREIRA	SDW0616349991341601130802	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ROMÃO DE OLIVEIRA ALEXANDRO	SDW0352600501000707130241	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	RONALDO JOSÉ DE FREITAS	MT51079580301122400000023	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ROSANGELA FERREIRA ROCHA	IN-MT0181000-01574-090309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ROSENEIDE MENDES DA SILVA MORANDI	SDW0437106210631808100659	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ROSENEIRE DOS SANTOS FREITAS	MT51079580301122200000032	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	ROSENI ALVES DOS SANTOS VAZ	SDW0481863841202202130907	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ROZILDA I. BARBOZA VILAS BOAS	SDW0705626951682202130548	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	SANDRA ROCHA	MT51079580301122400000006	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	SEBASTIANA GOULART RODRIGUES	MT51079580301122200000015	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	SEVERINO SILVA CAMILO	SDW0174770421000403130651	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	SILVANIA RIBEIRO DE SOUZA	MT51079580301122400000076	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	SILVANO LIELIS DE OLIVEIRA		AGROEXTRATIVISTA
MT	TANGARÁ DA SERRA	SONIA DOS SANTOS MATOS RIGUI	SDW0432251791913009090256	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	VALDEMIR SILVÉRIO DOS SANTOS	SDW0010634741160503130556	AGRICULTOR FAMILIAR
MT	TANGARÁ DA SERRA	VERA NILDA LIMA DOS SANTOS	SDW0699355481042906120920	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VICENTE PIRES DE OLIVEIRA	SDW0008639961671310101036	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VICENTINA RODRIGUES PEIXOTO	MT51079580301122400000058	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	VIVIANE RODRIGUES TURELA	SDW0027119701320703130711	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA
MT	TANGARÁ DA SERRA	ZUALDO RAMOS GOMES	SDW0206497891721301010104	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

ANEXO D – Convênio entre Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT e COOPERVIDA para apoio ao Programa de Aquisição de Alimentos



Ma o Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria Jurídica



Setor de Contratos

www.tangaradaserra.mt.br - Fone (0xx65) 3311 - 4801
Emails: ajutangara@gmail.com e gju@tangaradaserra.mt.gov.br

CONVÊNIO Nº 015/ADM/2015

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT E A COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR TANGARÁ DA SERRA E REGIÃO

Processo Administrativo nº051/SAD/2015

Pelo presente Instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 03.788.239/0001-66, com sede na Avenida Brasil, nº 2350-N, Jardim Europa, nesta cidade de Tangará da Serra – MT, adiante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo atual Prefeito Municipal, o **PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº Identidade 225.967- SSP/MT e CPF/MF nº 108.856.331-72, residente e domiciliado nesta cidade de Tangará da Serra/MT, doravante designado **CONCEDENTE**, e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**, no ato representado pelo Sr. **ANDER CLEBISON SILVA DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº14758750 SSP/MT e inscrito no CPF nº 953.305.261-91, residente e domiciliado na cidade de Tangará da Serra/MT, adiante denominado **INTERVENIENTE** e, de outro lado, a Instituição **COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR TANGARÁ DA SERRA E REGIÃO – COOPERVIDA**, sociedade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº.12.556.384/0001-02, estabelecida na Rua Arlindo Nogueira Gomes, nº54-N, Jardim Tanaka, na cidade de Tangará da Serra/MT, denominada **CONVENIENTE**, neste ato representada pelo Diretor Presidente, o Sr. **ADILSON AFONSO DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº.888.894 SSP/MT e inscrito no CPF nº.568787371-68, residente e domiciliado na cidade de Tangará da Serra/MT, resolvem celebrar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio encontra-se fundamentado na seguinte Legislação:

- 1.1- Constituição Federal (arts. 23, § único e 241);
- 1.2- Lei nº 8.666/93 (art. 116);
- 1.3- Lei nº 4.320/64 (arts. 60 a 65);
- 1.4- Lei Complementar nº 11/91 (arts. 52, 191 e 105);
- 1.5- Regimento Interno do TCE/MT (arts. 191 e 192);
- 1.6- Decreto Federal nº 93.872/86 (art. 33, § 2º);
- 1.7- Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, I, “f” e art. 25);
- 1.8- LDO da concedente (art. 4º, I, “f”, da LRF);
- 1.9- Lei Municipal nº 2.781/2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno;
- 1.10- Decreto nº 299/2007 que regulamenta a Lei que instituiu o Sistema de Controle Interno;



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria Jurídica

www.tangaradaserria.mt.gov.br - Fone: (0xx65) 3311 - 4801
E-mail: ajur@tangaradaserria.mt.gov.br e jur@tangaradaserria.mt.gov.br



Setor de Contratos

1.11- Instruções Normativas – SCI N° 001/2007 – Versão 003/2015 – que dispõe sobre as rotinas de trabalho a serem observadas pelas diversas unidades da estrutura administrativa, aprovada pelo Decreto N° 041/GP/2015, de 23 de fevereiro de 2015.

1.12- Instrução Normativa SCC N° 001/2014 – Versão 003/2015 – Dispõe sobre a celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos, aprovada pelo Decreto N° 041/GP/2015, de 23 de fevereiro de 2015.

1.14-Lei Municipal n.º 3.863, de 19 de Julho de 2012

CLÁUSULA SEGUNDA- DA IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

2.1- Constitui objeto do presente Convênio o repasse de recursos financeiros à **COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR TANGARÁ DA SERRA E REGIÃO – COOPERVIDA** para apoio à execução do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra/MT.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1- **São obrigações do Concedente:**

- a) repassar a **CONVENIENTE**, em tempo hábil, os recursos financeiros correspondentes à sua participação nas despesas objeto deste Convênio, obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho conforme o disposto na **CLAUSULA QUINTA**;
- b) aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação da execução deste Convênio, mediante proposta da **CONVENIENTE**, fundamentada em razões concretas que a justifique, formulada, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência em relação ao término de sua vigência;
- c) dar ciência deste Convênio à Câmara Municipal ou Assembleia Legislativa, conforme determina o § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e o Item 2.3, alínea “f” da IN/SCC nº 001/2008, respectivamente;
- d) fornecer a **CONVENIENTE** normas e instruções para prestação de contas dos recursos do Convênio;
- e) analisar e aprovar as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Convênio; e
- f) prorrogar “de ofício” a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, **após informação imediata e formal do Fiscal do Convênio ao ordenador de despesa que solicitará o aditivo de prazo à Procuradoria Geral.**

3.2- **São obrigações da Conveniente:**

- a) executar o objeto pactuado na **CLÁUSULA SEGUNDA**, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado e, aplicar os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto;
- b) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros a cargo do **CONCEDENTE**, transferidos de acordo com o Cronograma de Desembolso;
- c) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;
- d) observar, na contratação de serviços ou aquisição de bens vinculados à execução do objeto deste Convênio, os procedimentos licitatórios de que trata a Lei n.º 8.666/93, inclusive os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação e as



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria Jurídica



Setor de Contratos

www.tangaradaserri.mt.gov.br - Fone: (0xx65) 3311 - 4801
E-mail: ajuntangara@gmail.com e ajur@tangaradaserri.mt.gov.br

disposições relativas a contratos, assim como utilizar a modalidade de pregão eletrônico conforme os termos do Decreto 5.504/05.

e) prestar contas final com observância do prazo e na forma estabelecida na CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA deste instrumento,

f) havendo contratação entre a **CONVENENTE** e terceiros, visando a execução de serviços vinculados ao objeto deste Convênio, tal contratação não induzirá em solidariedade jurídica ao **CONCEDENTE**, bem como não existirá vínculo funcional ou empregatício, nem solidariedade às parcelas de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias ou assemelhados, não cabendo ao contratado qualquer reclamação trabalhista contra o **CONCEDENTE** de ordem administrativa, judicial ou extrajudicial, e

g) adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1- A vigência deste Convênio terá início na data de **05/08/2015**, encerrando-se em **31/12/2015**, conforme Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO. A vigência deste Convênio poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação da **CONVENENTE**, fundamentada em razões concretas que justifiquem, formulada, no mínimo, **15 (quinze)** dias antes do término de sua vigência, desde que aceita pelo **CONCEDENTE**.

CLAUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1- Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio totalizam **RS75.000,00(setenta e cinco mil reais)**, conforme discriminação abaixo:

5.2- Recursos da **CONCEDENTE**: Totalizam o valor de **RS RS75.000,00 (setenta e cinco mil reais)** sendo pago em parcela imediata o valor de **RS RS25.000,00 (vinte e cinco mil reais)** que correrão à conta da dotação orçamentária **2034-33504500000100000000**, tendo a seguinte classificação orçamentária:

Programa	Fonte	Natureza de despesa	Valor
0010-Geração de Emprego, Trabalho e Renda	2034	3.3.50.45.00.00.0100000000	RS75.000,00

5.3- Recursos do **CONVENENTE** (contrapartida): Totalizam o valor de **RS75.000,00 (setenta e cinco mil reais)** sendo pagos conforme cronograma de desembolso descrito no Plano de Trabalho pela Instituição.

CLAUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

6.1- Os recursos do **CONCEDENTE** destinados à execução do objeto deste Convênio, serão liberados *03 (três) parcelas* de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, a crédito de conta específica aberta no **Banco do Brasil**, conta corrente nº**45.929-1**, na Agência nº**1321-8**, em nome do **CONVENENTE** e, vinculada ao presente Instrumento, devendo



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria Jurídica

www.tangaradaserra.mt.gov.br - Fone (0xx65) 3311 - 4801
E-mail: apjtangara@gmail.com e ajur@tangaradaserra.mt.gov.br



Setor de Contratos

as retiradas serem somente para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheques nominais e individualizados por credor e/ou por ordem bancária ao credor ou para aplicação no mercado financeiro.

Parágrafo Primeiro. Ocorrendo a liberação dos recursos em três ou mais parcelas, a liberação da terceira parcela fica condicionada a apresentação da prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada e assim sucessivamente.

Parágrafo Segundo. Caso a liberação dos recursos seja efetuada em até duas parcelas, a apresentação da Prestação de Contas se fará no final da vigência do instrumento, globalizando as parcelas liberadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

7.1- Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

Parágrafo Primeiro. Os rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro serão, obrigatoriamente, utilizados no objeto deste Convênio, sujeitos às mesmas condições da prestação de contas, não podendo ser computados como contrapartida, se exigida.

Parágrafo Segundo. Ocorrendo impropriedades e/ou irregularidades na execução deste Convênio, obriga-se o CONCEDENTE a suspender a liberação de eventuais parcelas subsequentes, se houver, e a notificar, de imediato, o Dirigente da CONVENENTE, a fim de proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos a seguir especificados:

- a) quando não houver comprovação da correta aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela CONCEDENTE e/ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Municipal;
- b) quando verificando desvio da finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Convênio;
- c) quando a CONVENENTE descumprir quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Findo o prazo da notificação de que trata o parágrafo anterior, sem que as impropriedades e/ou irregularidades tenham sido sanadas, será instaurada a competente Tomada de Contas Especial, por determinação do ordenador de despesas nos termos do art. 42 da LN 01/2014, e procedendo-se ao registro de inadimplência do CONVENENTE no Cadastro de Convênios do Sistema Integrado da Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PROIBIÇÕES

8.1- É vedada a utilização dos recursos repassados por força deste Convênio, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este instrumento.



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria Jurídica

Rua: Setor de Contratos - Tangará da Serra - MT - Fone: (0xx40) 3211 - 4801
E-mail: ajutangara@gmail.com • ajud@tangaradaserra.mt.gov.br



Setor de Contratos

Parágrafo Único. Os recursos deste Convênio também não poderão ser utilizados:

- a) na realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- b) na realização de despesas a título de taxa de administração, (despesas com contador, administrador, contratação de estagiários, advogado e demais casos), de gerência ou similar;
- c) no pagamento, inclusive com recursos de contrapartida a qualquer título de gratificações, serviços de consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor ou empregado público, integrante de quadro pessoal do concedente, conveniente ou interveniente, ou de entidade pública da administração direta ou indireta;
- d) na realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social e desde que relacionadas ao objeto deste Convênio e, como tais, previstas no Plano de Trabalho, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos e/ou de outras pessoas físicas;
- e) utilização de recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- f) o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo ou pensionista do conveniente com os recursos referentes ao valor do convênio;
- g) a transferência de recursos para igrejas e cultos religiosos;
- h) a realização de despesas de cunho indenizatório, a qualquer título;
- i) a transferência de recursos da conta específica para outras contas, bem como o saque integral dos recursos do convênio sem obedecer ao cronograma físico-financeiro da execução do objeto;
- j) o saque dos recursos para pagamento em espécie de despesas;
- k) o pagamento de despesas com internet, salvo se for parte integrante do objeto do convênio e, neste caso, deve ser expressamente autorizado pelo órgão gestor;
- l) o pagamento de despesas com TV a Cabo seja da instituição ou de particular;
- m) o pagamento de contas pessoais dos funcionários, voluntários e/ou responsáveis pelo conveniente, bem como de despesas com linha telefônica móvel, seja do conveniente ou de particulares;
- n) cobrança de aluguel nas instalações da instituição quando estas pertencerem ao Poder Público;
- o) despesas com condomínio e pagamento de sindicatos;

Parágrafo único. As vedações previstas nos incisos II e VI deste artigo não se aplicam às organizações de direito privado sem fins lucrativos, as quais poderão remunerar com a conta de convênio somente o pessoal de seu quadro funcional permanente ou aqueles admitidos para atender ao objeto do convênio, quando for o caso.



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria Jurídica

www.tangaradaserria.mt.gov.br - Fone (0xx65) 3311 - 4801
E-mail: ajur@tangaradaserria.mt.gov.br



Setor de Contratos

CLAUSULA NONA – DOS BENS REMANESCENTES

9.1- Quando for prevista a aquisição, produção ou transformação de equipamentos ou materiais permanentes, com recursos deste Convênio, estes poderão, a critério do CONCEDENTE, ser doados a CONVENIENTE, após a conclusão do objeto, mediante processo formal, quando sejam necessários para assegurar a continuidade do programa governamental.

CLAUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

10.1- É prerrogativa do CONCEDENTE conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, mediante a supervisão e acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste Instrumento, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

10.2- A CONVENIENTE franqueará livre acesso os servidores do sistema de controle interno e externo, ou outra autoridade delegada, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos praticados, relacionados direta ou indiretamente a este Convênio, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

10.3- O Município de Tangará da Serra, por meio da *Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento*, indica o servidor Neuri Eliezer Senger, matrícula nº4011, inscrito no CPF nº297.177.280-20 para atuar como Fiscal Titular de Convênio e o Sr. Izaeir Luiz Blau, matrícula nº103709, inscrita no CPF nº966.412.319-68, para atuar como Suplente do Fiscal do Convênio, por meio da Portaria nº19/SEAPA 2015 representando em seus atos o CONCEDENTE.

10.4- O servidor designado fará o acompanhamento da execução do referido convênio, notificando quando necessário a entidade ou instituição beneficiada para cumprimento das obrigações firmadas bem como das normas legais e prazos exigidos.

10.5- Caberá ainda ao servidor fiscal do convênio, o acompanhamento da prestação de contas do objeto convênitado, verificando os prazos, documentos exigidos e instruindo o conveniente, sempre que necessário.

10.6- Constatada qualquer irregularidade na execução do convênio, o servidor designado para acompanhamento do mesmo, deverá informar tal fato imediata e formalmente ao ordenador da despesa e à UCCI, sob pena de responsabilidade solidária.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1- A Prestação de Contas Final dos recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE e os de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, será apresentada em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste instrumento.

11.2- As prestações de contas de Convênios, acordos ou ajustes, nos termos do Capítulo V da IN – SCC – 001/2014 deverão ser apresentadas pelo Conveniente ao Departamento Contábil da Secretaria de Fazenda, através do fiscal do convênio, dentro do prazo definido no termo respectivo, contendo os seguintes documentos:

- a) Relatório de Cumprimento do Objeto;
- b) Cópia do Plano de Trabalho e de suas possíveis alterações;
- c) Cópia deste Instrumento e de eventuais Termos Aditivos;



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria Jurídica

www.tangaradaserria.mt.gov.br - Fone (68) 3311 - 4801
Email: ajur@tangaradaserria.mt.gov.br e jur@tangaradaserria.mt.gov.br



Setor de Contratos

d) Relatório de Execução Físico-Financeira;

e) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, se for o caso, e os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, e os saldos;

- 16 - Relação analítica de pagamentos efetuados;
- 16 - Relação de bens, discriminando quais os adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do CONCEDENTE, se for o caso;
- 16 - Extrato da conta bancária específica do período de recebimento dos recursos até o último pagamento efetuado, emitido pelo banco e que contemple o período da vigência do convênio contendo toda a movimentação dos recursos e conciliação bancária, se for o caso;
- 16 - Cópia do Termo de Aceitação Definitiva da Obra (ou parcial, quando para prestação de contas parcial), quando envolver execução de obras; *

j) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos;

l) Cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando for o caso e;

m) Fotos das obras/serviços realizados, quando for o caso;

n) Cópias dos cheques ou comprovantes de pagamento equivalente;

o) Original dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais/recibos) contendo o número do contrato, convênio e/ou congêneres, atestado de que os serviços foram executados ou o material foi recebido pelo órgão ou entidade devidamente assinado por seu representante;

Parágrafo Primeiro. A prestação de contas parcial será composta da documentação especificada nas alíneas "d", "e", "f", "h", "i", "j", "m", "n" desta Clausula e será apresentada em até 10 (dez) dias após o prazo de execução da respectiva parcela.

Parágrafo Segundo. Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas parcial, o ordenador de despesas suspenderá imediatamente a liberação de recursos e notificará o conveniente dando-lhe o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Terceiro. Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior sem que a irregularidade haja sido sanada ou adimplida a obrigação, o ordenador de despesas do concedente, sob pena de responsabilidade no caso de omissão, comunicará o fato ao órgão de controle interno a que estiver subordinado, providenciará, junto à unidade de contabilidade analítica competente, a instauração de Tomada de Contas Especial e procederá, no âmbito do Sistema Integrado da Administração Municipal, no cadastro de Convênios, ao registro de inadimplência.



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria Jurídica

www.tangaradaserra.mt.gov.br - Fone (0xx65) 3311 - 4804
E-mail: assessoria@tgserra.mt.gov.br e ass@tangaradaserra.mt.gov.br



Setor de Contratos

Parágrafo Quarto. A prestação de contas parcial ou final será analisada e avaliada no Departamento Contábil da Secretaria de Fazenda que emitirá parecer sob os seguintes aspectos:

- a) Técnico – quanto à execução física e atingimento dos objetivos do convênio;
- b) Financeiro – quanto à correta e regular aplicação dos recursos do convênio

Parágrafo Quinto. A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o ordenador de despesa da unidade concedente, e a vista do pronunciamento do Departamento Contábil da Secretaria de Fazenda, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada, sendo 45 (quarenta e cinco) dias para o pronunciamento do referido Departamento e 15 (quinze) dias para o pronunciamento do ordenador de despesa.

Parágrafo Sexto. Na hipótese de a prestação de contas não ser aprovada e exaurida todas as providências cabíveis previstas na Cláusula Décima Quarta, o ordenador de despesas registrará o fato no Cadastro de Convênios no Sistema Integrado da Administração Municipal e encaminhará o respectivo processo ao órgão de contabilidade analítica, para **instauração de tomada de contas especial** e demais medidas de sua competência, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo Sétimo. O órgão de contabilidade analítica examinará, formalmente, a prestação de contas e, constatando irregularidades procederá a instauração da Tomada de Contas Especial, após as providências exigidas para a situação, efetuando os registros de sua competência.

Parágrafo Oitavo. Após a providência aludida no parágrafo anterior, o respectivo processo de tomada de contas especial será encaminhado ao órgão de controle interno para os exames de auditoria previstos na legislação em vigor e providências subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS DE DESPESA

12.1- As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo os recibos e notas fiscais ser emitidos em nome da **CONVENENTE** e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste Convênio.

Parágrafo Único. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data de aprovação da prestação de contas pelo **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

13.1- Este Convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial; por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria Jurídica

www.tangaradaserra.mt.gov.br - Fone (0xx65) 3311 - 4801
E-mail: autajur@tjmt.mt.gov.br e ajur@tjmt.mt.gov.br



Setor de Contratos

Parágrafo Único: Constitui motivo para rescisão deste Convênio, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- 16 - utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- 16 - aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na **CLÁUSULA SETIMA;**
- 16 - constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias; e
- 16 - falta de apresentação da Prestação de Contas Parcial, nos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

14.1- Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste instrumento, o **CONVENIENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, é obrigado a recolher à conta do **CONCEDENTE**:

a) o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do Convênio;

- 16 - o valor total transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

b.1. quando não for executado o objeto da avença;

b.2. quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final ou, eventualmente, quando exigida, a prestação de contas parcial; e

b.3. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

- 16 - o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais e;

- 16 - o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização; quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou ainda que não tenha sido feita aplicação;

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1- A publicação do extrato deste Convênio ou de seus aditamentos no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela **CONCEDENTE**.



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria Jurídica

www.tangaradaserra.mt.gov.br - Fone (68) 3371 - 4801
 E-mail: ajur@tangara@gmail.com e ajur@tangaradaserra.mt.gov.br



Setor de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1- Para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou quaisquer questões oriundas do presente Instrumento, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o Foro da Comarca de Tangará da Serra/MT, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, em 05 (único) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos partícipes abaixo identificados, para que produza os efeitos legais e jurídicos, em Juízo ou fora dele.

Tangará da Serra/MT, 05 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT
FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
 Concedente

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
ANDER CLEBISON SILVA DOS SANTOS
 Interveniante

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE TANGARÁ DA SERRA E REGIÃO - COOPERVIDA
ADILSON AFONSO DA SILVA – DIRETOR PRESIDENTE
 Convenente